

2

3

4

5

6 7

8

9 10

11

12

13 14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32 33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CES-MT

Aos sete dias do mês de Abril 2010, às nove horas, no Hotel Fazenda Mato Grosso em Cuiabá/MT deu início à Ducentésima Trigésima Segunda Reunião do CES, sendo esta a Centésima Septuagésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso. A Sessão foi presidida pelo Vice Presidente Conselheiro Carlos Alberto Eilert, presidente em exercício. (Carlos Alberto Eilert) – Segundo a nossa Secretária Executiva, não nomeada ainda, nós já temos quorum vamos dar início aos nossos trabalhos. A nossa pauta de hoje está marcada das nove às dezoito horas período integral primeiro conferência de quorum apreciação e aprovação da ata da reunião, observação, não vai ter vai ser retirado **EXPEDIENTE RELEVANTE**, ato de posse do Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso; segundo conselheiro Antonio Cordeiro assunto dia do rim; três Controladoria Geral da União assunto proposta de parceria da transparência Brasil temática em conselheiros; quatro resoluções trinta e seis e trinta e sete não publicadas PCCS e fiscais conselheira Alzita; não se encontra e sim conselheira Cida presidente do sindicato Maria Aparecida. Quatro; solicitação mesa diretora para secretaria geral, apresentação mensal dos encaminhamentos das comissões especiais e permanentes ao pleno e por e-mail da secretaria geral, do Conselho Estadual de Saúde que a solicitação dos conselheiros sejam feitos por escrito ou por email; três, da Secretaria, deliberação de uma comissão de conselheiros junto à secretaria geral instituições para encaminhar o processo da condução dos assentos do Pleno do Conselho Estadual de Saúde período dois mil e dez dois mil e doze; cinco **INFORMES** capacitação e mobilização de conselheiros, conselheira Maria Luiza Ortiz; dois conferência de saúde mental Aurea Lambert conselheiros Orlando e Maria Aparecida. Pauta: Período matutino proposta de alteração do capitulo quatro da gestão do sistema único de saúde da Lei Complementar número vinte e dois de nove de novembro de mil novecentos e noventa e dois, comissão especial para reformulação da lei. Vespertino Ouvidoria Geral do Conselho Estadual de Saúde, apresentação das demandas protocoladas, três apresentação e aprovação do RAG, quatro avaliação do pacto da saúde definir metodologia de análise e avaliação comissão política de saúde seis ponto cinco deliberação referente parecer da Procuradoria Geral do Estado sob a sumula treze do STF para situação da secretaria geral do Conselho Estadual de Saúde, seis ponto seis, apresentação deliberação encaminhamento referente à resolução que garante diária para acompanhar deficiente em viagens; seis ponto sete, apresentação para deliberação das normas técnicas da comissão de comunicação, informação e saúde, Conselheira Leila Boabaid; e seis ponto oito apresentação da estrutura funcionamento do tratamento dos pacientes dependente de álcool e drogas pela Secretaria Estadual de Saúde. Em discussão a proposta da reunião ordinária de abril. Nós temos inscrito a conselheira Leila, conselheiro Paulo, conselheiro Carlos que preside esta Mesa, conselheiro Orlando, conselheira Lilia, Carlos, que vos fala, quem mais? Alguém se inscreve em relação à reunião ordinária? Para essa discussão retirada substituição, acho que nós temos que discutir, estou sendo alertado aqui que primeiro nós começamos agora com a comunicação a sequência normal de qualquer reunião será: a seguinte confirmação de quorum já foi feito leitura e discussão e aprovação da ata da reunião anterior, comunicação do secretário geral dos expedientes relevante recebido leitura da ordem do dia, inclusão da pauta de matéria considerada urgente, discussão e votação das matérias constantes na pauta. Então nós vamos proceder como manda o regimento, quando nós chegarmos no item seis nós vamos fazer a discussão e votação das matérias constantes na pauta. Alguém tem alguma inclusão de pauta até para adiantarmos o serviço, eu tenho. Então a nossa secretaria (Ana Boabaid)- O ato de posse do presidente estava previsto para as nove





44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55 56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74 75

76

77

78

79

80

81

82

83 84

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

horas da manhã, nós recebemos informação do secretário adjunto Fabiano devido a uma necessidade especial dele estar despachando com o governador, Conselheira Clélia) - Senhor Presidente por questão de ordem o senhor solicitou que tinha uma inclusão de pauta então antes de iniciar tem que passar a palavra para outro conselheiro para o senhor fazer a inclusão, (Presidente Carlos Alberto Eilert) – conselheira Clélia eu ainda não fiz a inclusão de pauta, primeiro vai ser lido a resolução e ai tem a inclusão de pauta que o item cinco primeiro nós vamos fazer leitura e discussão e aprovação da ata confirmação do quorum comunicação pelo secretário dos expediente relevante eu falei assim alguém quer se inscrever por inclusão de pauta, eu estou inscrito quando chegar o momento da inclusão de pauta como manda o regimento eu vou passar para um outro conselheiro assumir, (Ana Boabaid) - Dando continuidade o novo presidente do Conselho Estadual de Saúde que deverá tomar posse ele solicita que seja transferido para as quatorze horas o doutor Kamil atual secretário estadual Três ponto dois - Apreciação do Regimento da Terceira de saúde Kamil Hussein Fares. Conferência de Saúde Mental, número dois o conselheiro Antonio Cordeiro assunto dia D do Rim, (Intervenção - Conselheira Maria Luiza) - questão de ordem antes de começar a pauta nós temos aqui alguns conselheiros. Bom dia a todos meu nome é Maria Luiza, alguns conselheiros levantaram a mão para fazerem inclusão ou para retirada então nós temos que ouvi-los para depois darmos continuidade a pauta. (Carlos Alberto Eilert) - Vou ler novamente a sequência normal da reunião será a seguinte: Confirmação de quorum feito pelo secretario geral e abertura pelo presidente foi feito, leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior informação da secretaria que não tem comunicação pelo secretário geral dos expedientes relevantes recebidos, leitura da ordem do dia constantes dos temas previamente definidos e preparados já foi feito alguns conselheiros já se inscreveram inclusão na pauta da matéria considerada urgente, discussão e votação das matérias constantes então quando chegar pela sequência do que está no regimento conselheira Maria Luísa ela será obedecida então vamos deixar fazer a leitura do expediente relevante do secretário e a fala que está todo mundo inscrito será obedecida. (Ana Boabaid) - Dando continuidade. Numero dois, conselheiro Antonio Cordeiro assunto dia D do rim. O senhor Antonio Cordeiro conselheiro está pedindo pra deixar pra ele pro final que ele está fechando. Em seguida nós temos .(Antonio Cordeiro) - Bom dia senhoras e senhores sou Antonio Cordeiro da associação de pacientes renais só um minutinho para eu me organizar aqui . Vou só fazer uma prévia da relevância do sistema mais uma vez como anda nossa situação e a situação de Mato Grosso de certa forma do descaso com os pacientes renais é transplantado eu acredito que de certa forma com a saúde de modo geral. A gente olha para outros estados vizinhos a situação como que se anda e como se alavanca enquanto aqui no estado de Mato Grosso os pacientes as pessoas sofrem a situação na calamidade. Esperava dizer na presença do novo secretário achava que ele iria estar aqui na posse dele não está. Se a gente olhar a vontade política para que as coisas aconteçam e que aqui não tem, aqui no estado de Mato Grosso não tem porque se tivesse aconteceria. Hoje infelizmente a situação o tamanho do absurdo na nossa área de transplante e dos pacientes renais o estado de Mato Grosso é o estado campeão disso daquilo ou daquele outro, em tudo é campeão até de miséria. eu vou fazer uma comparação com o estado do Paraná.O estado do Paraná de mil novecentos e noventa e seis à dois mil e nove, vejam só a situação num total de transplante entre rim, coração, fígado, pulmão, pâncreas. Olha o absurdo, para o total de treze mil setecentos e trinta aproximadamente mais ou menos um pouquinho doze mil e nós aqui até dois mil e cinco já vou dizer pra vocês bem claro esse governo atual para nós na área de transplante





86

87

88

89

90

91

92

93 94

95

96

97 98

99

100

101

102

103 104

105

106107

108

109

110

111

112

113

114

115

116117

118

119120

121

122

123

124

125

126

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

foi um desastre pra nós porque nós tínhamos uma equipe que fazia transplantes era pouco mais se fazia de vinte e cinco a trinta transplantes por ano era pra se aumentar. De dois mil e quatro a dois mil e cinco pra cá se paralisou totalmente é revoltante porque nós temos pessoas morrendo de verdade morrendo tudo aqui morre porque senão, não há, o tempo útil do paciente na maquina é limitado ele se degrine, ele se desfaz, a máquina corrói e corrompe e acaba e mata e chega um certo ponto que ele não vai mais ter como se transplantar porque a máquina desgasta. Um deficiente cadeirante,um deficiente que anda com muleta que é cego surdo e mudo ele leva uma vida normal como quase qualquer um outro um deficiente cadeirante morre de velho um deficiente renal não é dez doze quinze anos na maca na reabilitação vai pro calabro. Por quê? A medicação tudo se corrói como se diz o ditado a desfeita e o descaso do poder público mato-grossense de nossos políticos faz tempo que eu tenho debatido isso ai é tempo que não se liga para nada porque se o paciente morre é uma despesa a menos. Eu acredito parece que é assim, é tratado assim entendeu? No sábado retrasado foi feito uma festa aqui no estado parece que tinha sido feita de quinhentos a seiscentos transplantes de córnea eu vou mostrar pra vocês em dois mil e sete em Curitiba quantos foram feitos dois mil e sete e dois mil e oito num total de quase duas mil. (Carlos Alberto Eilert) - conselheiro é melhor o senhor pensar em concluir o seu trabalho que já passaram os três minutos. Antonio Cordeiro) - eu até esqueci de falar porque eu cheguei tão apressado era para eu ter proposto mais tempo nessa pauta de fala, porque não ia dar, três minutos pois é o que era pra eu ter posto, geralmente eu ponho no começo acabei esquecendo é muita correria. então pessoas vejam bem a situação de mil novecentos e noventa e seis em Curitiba os transplantes de córnea foram feitos oito mil a oito mil e quinhentos transplantes de córnea veja como nós estamos atrasados Mato Grosso está pendengue que situação um estado desse campeão disso e daquele outro ai depois as pessoas vem o secretário vem e reclama então judicializado o SUS, mas como não judicializar, como não, pacientes transplantado não se pode ser atendido aqui ou acolá tem que ter um ponto X no hospital de referência para ser atendido. nós aqui não temos e não tem pressa que conclusão de ser atendida para se fazer central de transplantes vejam bem o estado do Paraná tem vinte e duas centrais de transplantes que funcionam nós aqui temos uma e funciona? Recentemente temos o caso daquela menina que foi afogada na piscina se debater a família precisou entrar um repórter pelo meio pra poder forçar quando a imprensa entra eles tem medo pra poder conseguir, veja o descaso do que eu to falando. isso não é brincadeira é a verdade a realidade que foi exposta pra todo mundo ver ali. Será que se fosse uma coisa mais eficiente não seria rápida não estaria pronto aquilo ali para ser atendido? O senhor com a presença do COSEMS acho que é a COSEMS mesmo que fala dos conselhos do municípios, nós temos que atuar temos que tentar verificar esse lado. isso que eu estou dizendo é muito grave é gravíssimo parece que o Ministério Público não sei, está de olhos vendados não vê a situação que acontece deveria estar mais atuante tão difícil a situação. Mato Grosso do Sul, nosso estado vizinho, nas cidades pequenas, estão dez vezes na nossa frente avançada no termo de central de transplante, central de regulação e outras coisas importantes. veja bem senhores, a situação essa revista aqui, foram eleitos dois conselheiros daqui para falar, esta revista de saúde do Governo do Estado de Mato Grosso, eu não sei porque e eu fui eleito pelo :Pleno eu acho que com medo não chamaram a gente para falar, para depor na revista. mentirosamente o governo vem aqui e diz, mentirosamente vem aqui e diz que no governo Blairo Maggi os transplantes deslancharam como deslanchou? Transplante do que ? Só se for de unha, de outra coisa não, ou de soja, transplante





128

129

130

131

132

133

134

135136

137

138

139 140

141

142

143

144

145

146

147

148 149

150

151

152

153

154

155

156

157

158159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

de soja ou alguma coisa. Eu estou revoltado, desculpa de certa forma eu falar, é o modo, é a mentira que vem na revista esparramando mentira para o estado inteiro quem lê lá fora, caramba, Mato Groso tá bonito né ? Não está não situação está grave porque tem gente morrendo que se tivesse transplantado estava vivo em nosso meio, se tivesse transplante aqui dentro, é complicada a situação quando se trabalha no sistema, hoje não é só governo, no modo geral, quando se trabalha no modo politiqueiro a gente viu agora pouco a situação do Hospital Geral Regional de Rondonópolis, UTI com ventilador funcionando olha que absurdo, e ontem a noite eu vi uma propaganda na televisão mostrando o hospital regional aquela maravilha sabendo que não está, porque o Ministério Público está entrando ali. A CPI da saúde está entrando ali e já mostrou estou dizendo isso para que nós, colegiado do Conselho Estadual de Saúde, fique sabendo e atentos a isso. Obrigado senhores. (Carlos Alberto Eilert) - Obrigado conselheiro Antonio Cordeiro. (Ana Boabaid) - Dando següência nós temos aqui a Controladoria Geral da União- assunto proposta de parceria da transparência Brasil temática em capacitação de conselheiros mais me parece que o representante não se faz presente. Número quatro resolução trinta e seis e trinta e sete não publicação de PCCS e fiscais conselheira Alzita vai estar falando conselheira Maria Aparecida Rodrigues. (Maria Aparecida Rodrigues) - Bom dia senhores conselheiros e senhoras conselheiras, a resolução número trinta e seis e trinta e sete quero aqui chamar atenção do conselho afim de que não seja desmoralizado este pleno porque ela veio pra cá ela foi aprovada e até agora o executivo ainda não publicou. Criouse esse imbróglio todo, que chegou ao ponto dos servidores irem para rua entenderam que não era matéria do conselho estar votando aqui essa questão. O secretário de saúde Augustinho Moro não teve argumento de estar repassando isso para o governador da importância deste pleno ter passado a matéria que é do executivo que veio pra cá correto, fazer uma reflexão que foi a matéria que foi votada neste pleno encaminhado pelo executivo, e que na hora do homologar não foi homologado não foi publicado até a presente data. Enfim fomos para a rua e conseguimos ai, não fomos exitosos na totalidade da proposta que este pleno aprovou mais sinalizou, através de uma lei que foi aprovada garantindo do orçamento para dois mil e onze e o efeito financeiro dessa proposta janeiro de dois mil e onze. Esse expediente deveria ser a tarde porque nós vamos precisar porque esse conselho tem que ter uma posição para cobrar do atual presidente que publica-se faça gestão para publicar essa resolução, porque ai vai virar moda né o que é aprovado nesse pleno ai de repente o governo não está homologando ai, e espera-se que a tarde a gente remete de novo, o novo presidente ai para fazer essa cobrança ok só isso. (Carlos Alberto Eilert) - Só para entender, você está encaminhando como inclusão de pauta e faço gestão que na outra (Maria Aparecida Rodrigues) como inclusão de pauta porque eu acho isso muito sério. (Carlos Alberto Eilert) - Então na hora da inclusão de pauta eu convido a conselheira apresentar. Nós temos solicitação aqui da Mesa Diretora Para Secretária Geral apresentação mensal dos encaminhamentos das comissões especiais e permanentes ao pleno e por e-mail a secretaria para poder explicar acho que é um pedido da secretaria não é? (Ana Boabaid) - a Mesa Diretora está solicitando eu acho que a gente queria até apresentação mensal seria aquele relatório aquela memória de gestão? (Carlos Alberto Eilert) – a Mesa Diretora para poder explicar. (Intervenção – Maria Luiza) - A mesa diretora entendeu que as comissões que o que são deliberados nas comissões não tem dado um prosseguimento, então por isso a solicitação de que aquilo que foi deliberado que seja efetivamente dado prazo, dado encaminhamento a exemplo da comissão de monitoramento, foi deliberado que inúmeras vezes aqui alguns conselheiros vem





170

171

172

173

174

175

176

177178

179

180

181 182

183

184 185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200201

202

203204

205

206

207

208

209

210

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

solicitando que o monitoramento apresente o relatório que foi feito com relação às viagens de dois mil e nove. só que a comissão ela não tem disponibilidade e tempo para fazer avaliações de relatório porque tem muitas pessoas que trabalham e não tem disponibilidade cem por cento para o conselho. Então em uma das comissões em uma das reuniões foi deliberada a contratação de assessoria para elaboração desses relatórios, só que até hoje a gente não viu esse desdobramento não só isso como outras deliberações que acontecem em reuniões e que a gente não vê esse processo esse prosseguimento, então a gente pediu mais acões efetivas com relação ao secretario executivo com relação ao que é deliberado nas comissões internas especiais do conselho. (Carlos Alberto Eilert) -Não, você vai falar agora. A secretaria geral ainda te mais dois assuntos para explicar. (Ana Boabaid) - Eu só gostaria de colocar que inclusive que quando eu entrei tem uma demanda de mais de três anos de indicadores de comissão de monitoramento e pela dificuldade de poucos funcionários na área técnica e eu inclusive sugeri para essa comissão Maria Luíza que fosse contratado uma assessoria né só que não sentamos mais para esse encaminhamento porque nós tínhamos que sentar isso até internamente para estar definindo isso, pela quantidade de técnicos que você conhece e que às vezes a gente fica com dois técnicos até por necessidade dos técnicos estarem viajando e eu fico lá com pouca gente para trabalhar e isso ai eu acho que todos os conselheiros até o momento de rever porque a demanda está cada vez maior com a capacitação de conselheiros então nós vamos ter uma demanda maior já temos solicitações tanto da contabilidade como da assessoria jurídica porque, os municípios pequenos não têm. Então eu acho que tem que parar e rever e surgir uma comissão aqui parar rever essa questão da secretaria geral do conselho mais a comissão ainda não se reuniu está parada então a gente fica sem saber muito que atitude tomar às vezes mais todas as vezes que a comissão nos chama tanto eu quanto a área técnica estamos lá de prontidão (Intervenção -Edvande) -. Presidente só uma questão de ordem, só a mesa diretora Edvande a idéia partiu para você usar mais o PTA do conselho do recurso para contrato pessoas físicas ou pessoas jurídicas para serviços temporários prazo determinado então a gente desde a solicitação da época demandar o relatório das visitas conselheiras que pudessem estar ultilizando esse recurso para contratar profissionais temporariamente para determinado servico então é isso que da mesa diretora entendeu que não está sendo feito. Eu quero aqui aproveitar o momento para registrar a presença do presidente do GRUCOM Arimatéia Silva, da Zenaide . (Intervenção - Carlos Alberto Eilert) - conselheiro por favor, depois o senhor pede se inclui aí o senhor coloca porque senão o senhor vai atravessar a pauta, estão me cobrando constantemente a obediencia do senhor pediu a questão de ordem, senão daqui a pouco o pessoal vai falar que estou deixando o senhor falar o vice presidente questão de ordem conselheiro por favor desculpe pessoal mais eu sou obrigado a obedecer o regimento que aqui está. (Ana Boabaid) - Dando continuidade a colocação do conselheiro Edvande eu me recordo muito bem conselheiro que no dia em que nós nos reunimos o senhor até fez uma proposta que não era uma contratação de uma empresa, era chamar o conselheiro Carlão ai quando a gente reuniu Carlinhos ainda estava presente conselheiro Carlinhos estava presente, e eu coloquei que não era dessa forma, que a gente tinha que amadurecer isso (Intervenção - Carlos Alberto Eilert) – Já foi colocado, a proposta que está aqui ou nós fazemos uma proposta de inclusão de pauta para discutirmos esse assunto até do aumento de técnicos administrativos dentro da secretaria poder dar conta. (Intervenção - Lilia) - questão de ordem houve um equívoco da Secretaria Executiva que em reunião com a comissão de monitoramento, Lilia. (Intervenção - Carlos Alberto Eilert) - Qual que





212

213

214

215

216

217

218

219220

221

222

223224

225

226227

228

229230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242243

244

245

246

247

248

249

250

251252

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

é a questão de ordem Lilian, por favor, você está explicando o que aconteceu. (Intervenção – Lilia) -Dá licença Senhor Presidente o senhor tem que permitir que as pessoas se ponham para depois fazer a questão de ordem, é um esclarecimento inicial para depois dar a questão de ordem. Quando ela diz que não houve reunião houve reunião da Comissão de Monitoramento, juntamente com a Secretaria Executiva, onde houve um encaminhamento dentro da secretaria pedindo a essa pessoa para estar colaborando para fazer esse relato desse documento, porque nós conselheiros não temos condições de estar vinte quatro horas fazendo trabalho técnico dentro da secretaria. (Intervenção - Carlos Alberto Eilert) – Qual que é a questão de ordem que eu não entendi agora você explicou. (Intervenção – Lilia) - A questão de ordem Senhor Presidente, se o senhor prestar atenção o senhor vai entender melhor presta atenção que o senhor ouve as pessoas é o seguinte ela falou que não tinha havido reunião e a comissão deliberou um documento essa questão de ordem que ela tinha falado para o Edvande foi acontecido antes mais depois já teve a deliberação da comissão de monitoramento juntamente com ela para dar o encaminhamento desse técnico. (Intervenção - Ângelo) - senhor presidente. (Intervenção - Carlos Alberto Eilert) – questão de ordem conselheiro João Dourado. (João Dourado) - Bom dia conselheiros e conselheiras João Dourado representando aqui a CUT a minha questão de ordem é que de não procede nenhum debate referente ao que esta posto aqui porque aqui ele está dizendo que solicitação da mesa diretora está solicitando a área responsável que faça isso, se caso a Secretaria Geral não tem condições de fazer isso ela vai responder por escrito à Mesa Diretora e ai a Mesa Diretora pode pautar ou não o que está sendo solicitado aqui não é ponto de debate é ponto de solicitação cabe ai a Secretaria Executiva acatar ou não, se não acatar ela responde por escrito e a gente debate depois. (Carlos Alberto Eilert) - muito bem acatada a questão de ordem do conselheiro João Dourado. (Intervenção - Ângelo) - Senhor Presidente, uma questão de esclarecimento. Professor Ângelo da Federal do Mato Grosso, em relação ao problema dessa discussão que está tendo das diárias, porque na verdade quem dá apoio logístico ao Conselho em todos os sentidos é a Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde tem toda uma comissão lá que faz todo o estudo das diárias e manda para o Tribunal de Contas, então enquanto se aguarda essa proposta de se contratar alguém nós temos que pedir apoio a Secretaria Estadual de Saúde (Carlos Alberto Eilert) – O que ele está colocando aqui é o do relatório da comissão de monitoramento dos indicadores da secretaria geral solicitação que a solicitação dos conselheiros seja feita por escrito ou por via e-mail da secretaria geral deliberação de uma comissão de contas de conselheiros junto a secretaria geral do conselho ou instituições para encaminhar o processo da condução dos assentos do pleno do conselho estadual período dois mil e dez e dois mil e doze Maria Luiza questão de ordem: gente isso não estava na pauta. (Carlos Alberto Eilert) - isso é solicitação na mesa diretora (Intervenção Maria Luiza) - não estava na pauta a mesa diretora tem aqui a cópia do que foi discutido é o que está acontecendo, a Mesa Diretora senta perde um tempo para fazer pauta e a Secretaria Executiva muda a pauta é outro fato que a gente esta bastante constrangido com relação a esse acontecimento. (Maria Aparecida) - agora sim uma questão de ordem Senhor Presidente, (Carlos Alberto Eilert) – pois não conselheira Maria Aparecida. (Maria Aparecida) - eu não sei se é questão de ordem vocês me esclareçam porque eu já perdi a noção da realidade desse Maria Aparecida bom dia a todos, eu só gostaria de lembrar que esse Pleno tem uma comissão específica chamada ética e eleitoral. Eu acho que essa comissão teria competência para chamar a responsabilidade assim sendo gostaria que isso fosse remetido para a comissão, se o pleno





254

255

256

257

258259

260

261

262

263

264

265266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284285

286

287

288

289

290

291

292

293294

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

assim entender, senão a gente destitui essa comissão dessas funções obrigada. Maria Luiza- Uma questão de ordem: é justamente Maria Aparecida por isso que a mesa diretora entendeu que não caberia trazer como pauta, justamente essa sua justificativa também entende isso. (Carlos Alberto Eilert) – Nós precisamos acho que as animosidades estão muito quentes e eu acho que poderíamos deixar por uma parte da tarde, porque senão da forma como está sendo colocado não sei se vamos chegar tarde do jeito que está aqui. . Então esta Presidência vai pedir para que nós possamos trabalhar com a consciência de podermos estar sem as agressões verbais ou alterações de voz para que nós possamos conduzir com bom processo. (Intervenção - Ângelo) - Este item está na pauta ou não está na pauta? (Carlos Alberto Eilert) – é só solicitação doutor Ângelo vou fazer a seguinte pergunta Maria Luiza - questão de ordem esclarecimento: doutor Ângelo eu faço parte da mesa diretora juntamente com o conselheiro Edvande, Clélia você estava presente como ouvinte nós fizemos a pauta e tiramos cópia porque outras vezes já aconteceu isso de que a Mesa Diretora se reúne e quando a gente recebe a pauta ela está mudada entendeu? Então eu tirei cópia e disse para ela ontem, que ela tinha mexido na pauta, porque é uma questão de para que nós vamos ficar perdendo tempo com os pontos que não tem sentido para isso a Mesa Diretora existe. Então esse ponto não estava na pauta ela colocou sem consultar a Mesa Diretora. (Carlos Alberto Eilert) – Doutor Ângelo o que acontece é o seguinte eu posso fazer uma explicação o vice-presidente não faz parte da mesa diretora, mas sempre foi convidado para participar, até porque quando o presidente se ausenta para ele ter a consciência do que vai acontecer, com a reunião marcada os conselheiros suspenderam a mesa diretora mesmo tendo quorum, porque eles estavam em viagem. Marcaram a reunião da ultima mesa diretora este vice-presidente não foi nem ligaram para ele para dizer olha o senhor está na cidade não está na cidade vai acontecer a reunião, então concordo realmente que daí eu quero perguntar a mesa diretora a retirada de pauta do mês passado na sequência do porque as discussões das diárias foram retiradas de pautas porque era para ser dito discutidas na reunião ordinária do mês passado e era o segundo ponto de pauta e não está aqui. Já que a conselheira Maria Luíza levantou essa situação eu gostaria que a Mesa Diretora porque tem medo de discutir diárias deste conselho qual é o medo? Foi solicitado que fossem enviadas a todos os conselheiros, por escrito o pedido, o relatório de diária quem viaja quem não viaja qual foi a data não esta sendo informado não é mandado para os conselheiros porque a mesa diretora diz que não pode então eu gostaria que fosse colocada Conselheira Lilia - questão de ordem: o presidente quando for se referir como conselheiro ele tem ad hoc que Conselheiro Ângelo senhor presidente uma questão de esclarecimento se a mesa diretora encaminha uma pauta e essa pauta vai para a secretaria técnica o presidente do conselho ele tem competência para alterar essa pauta? Quem tem competência para alterar essa pauta porque se tiver explica-se e tudo bem agora se não tem ai tem que ver como que está essa historia toda ai (Intervenção - Edvande) - senhor presidente enquanto Mesa Diretora que foi citada nós principalmente eu não fomos comunicados porque o presidente não estaria presente nessa reunião então na ausência a lei fala que na ausência do presidente assume o vice presidente como a gente da mesa diretora não fomos solicitados a falta do presidente então eu não posso justificar o porquê a secretaria executiva que pode explicar isso ai agora em relação as diárias não há porque ter medo que isso é publico no site da secretaria de fazenda tudo isso ai foi aprovado pela assembléia relativa no PTA e no entendimento da Mesa Diretora todos os programas que nós executamos lá no conselho foi aprovado por esse egrégio e conselho no PTA, tem os programas lá a





296

297

298

299

300

301

302

303304

305

306

307308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326327

328

329

330

331

332

333

334

335336

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

duzentos e oitenta e nove, então não tem porque está lá no site todo está sabendo o que nós estamos fazendo e outra nós entendemos que hoje é a aprovação o RAG relatório de gestão anual que vai estar todo o trabalho feito pelo conselho não tem porque ser redundante que nós vamos trabalhar o RAG aqui (Intervenção - Lilia) - questão de esclarecimento: o vice presidente conforme o nosso regimento interno atribuição que ele tem pagina seis artigo quinto, ele diz que o vice presidente eleito pela maioria simples seus membros substituírá o presidente nas suas faltas e impedimentos legais, ou seja, o nosso. Regimento ele não dá atribuição a vice-presidência fora aqui do pleno, ele somente na substituição dentro do pleno que é o vice-presidente sem papel mais está acontecendo que o nosso vice-presidente por falta de conhecimento ou até mesmo falta um pouco maior de leitura da executiva está sendo convocado dentro do pleno para tomar decisões e assinar documentos como presidente, sendo que nosso regimento, nossa lei, não permite, no dá atribuição ao vice-presidente fora aqui do pleno então na mudança da lei quem sabe do regimento quem sabe daria atribuição, mais até então a gente discutiu até mesmo com os colegas lá e olha o vice-presidente não tem como ficar tomando decisões assinando aqui dentro do conselho sem o presidente sendo que o presidente está lá em cima com o secretário não pode descer e ele vai e toma a decisão então temos que rever essa situação. Conselheiro João Dourado Mais uma questão de ordem: João Dourado CUT. questão de ordem referente a pauta expediente relevante pelo regimento ficar com a responsabilidade da secretaria geral não estou fazendo defesa da secretaria geral mais do regimento interno se é do expediente relevante então a secretaria geral pauta o expediente relevante ela colocou mais uma vez a questão da solicitação o três deliberação de uma comissão então no assunto relevante o que ela achou de importante colocou isso como um pedido de deliberação ou não, o que o conselho tem que fazer é o seguinte nós não vamos acatar essa solicitação da secretaria geral do ponto relevante ou vamos acatar e vão pautar para parte de pauta então isso que precisa ser feito, mais na parte do expediente relevante isso pelo regimento interno é de competência da secretaria geral do conselho então ela pautou nesse momento do expediente relevante ela do meu entendimento ela não atropelou porque está no regimento interno no expediente relevante se ela achar que for importante ela pode pautar isso. Então eu sugiro que pelo entendimento aqui seu presidente que o senhor encaminhe e pelo que a conselheira Cida disse não é pertinente a solicitação da secretaria geral. (Carlos Alberto Eilert) -Informes capacitação e mobilização de conselheiros -Maria Luisa pelo será encaminhado. regimento sendo alertada aqui que o informe é após a discussão e votação das matérias constantes na pauta então esses informes iram ser feito ate o final ok e ai nós vamos entrar na pauta propriamente dita ok no período matutino nós temos algumas inclusões de pauta certo ok, eu vou pedir ao conselheiro João Dourado por favor, eu tenho uma inclusão de pauta da retirada quando eu chamar para primeiro nós temos a inclusão e a não inclusão de pauta eu disse que escrevi como inclusão de pauta ok e ai eu gostaria que o João Dourado por favor João assumisse nesse momento para mim poder fazer minha proposta de inclusão de pauta ok três minutos conselheiro por favor muito bem estamos com problema sério faça a identificação por favor Carlos Alberto Eilert conselheiro Carlos Alberto Eilert representante do trabalhador de saúde do conselho regional de educação física. A inclusão de pauta é: com a nova direção secretaria estadual de saúde nós estamos vivendo alguns problemas sérios. O problema sério resulta com deslocamento em relação à capacitação dos conselheiros e as diárias não aconteceram e esse final de semana nós temos agora a capacitação de conselheiro temos o monitoramento do conselho e temos aqui o nosso representante





338

339

340

341

342

343

344

345346

347

348

349350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368369

370

371

372

373

374375

376

377378

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

conselheiro indígena aonde ele vem de Colider, inclusive a maioria das sessões que ele participou o ano passado aqui ele pode explicar, ele não conseguiu receber nem as diárias e nem as passagens para o seu deslocamento então eu acho que este conselho tem que discutir aqui justamente pode ser até no final do ponto de pauta a situação das diárias e como é que vai ficar a capacitação porque extra oficialmente não foram assinadas porque a secretaria está sem ornador de despesa, ora o ornador de despesa que eu sei é o senhor secretário salvo, o melhor juízo agora né, hoje só que hoje a hora que ele for sair do hotel quem vai pagar a conta do hotel porque ele não recebeu diária, já aconteceram outras vezes então nós precisamos também discutir nesse conselho a situação da diária do conselheiro que vem lá de Colíder e muitas vezes a passagem de ônibus chega e ele vem, então essa é minha inclusão de pauta e essa é minha justificativa do porque e como é que vai ficar nós vamos ver as capacitações o conselheiro vai sair e como que ele vai pagar o hotel depois porque não tem diária até amanhã e quinta feira Cuiabá é festa é aniversário da cidade ok é por isso que eu gostaria de aqui que este pleno deliberasse só isso. (João Dourado) - Vamos agora só formatar melhor esse pedido de inclusão de pauta. (Carlos Alberto Eilert) - formatação é, como fica o deslocamento e a capacitação dos conselheiros municipais se até o presente momento não houve o crédito das diárias para com os conselheiros e ou professores se remetam aos municípios para fazer acontecer isso já está previsto em PTA já está tudo previsto os conselheiros vão tirar do seu bolso e ai depois vão receber as diárias quando? Esse é o encaminhamento desse conselheiro. Conselheiro Orlando- só um esclarecimento além do menino aqui os demais também não receberam? (Carlos Alberto Eilert) No final de semana agora nenhum conselheiro tô errado? Pode confirmar nenhuma dos conselheiros que olhar vão viajar já recebi reclamação que técnicos não receberam as diárias para fazer o processo de capacitação dos conselheiros municipais estamos sem ordenador de despesas e essa informação acho que temos que discutir vai suspender esse final de semana as pessoas não vão? como é que vai ficar a pessoa vai chegar no locar de distino Conselheira Maria Aparecida Amorim - só uma quetão de encaminhamento, encaminha como capacitação de conselheiros coloca todas as questão que estão pendente. (Carlos Alberto Eilert) - Então capacitação de conselheiro. Conselheira Maria Luiza - só queria um esclarecimento já foi conversado com a gestão? (Intervenção- Joao Dourado) - só um momento vamos então incluir como seis ponto nove no ultimo ponto de pauta pode ser? Isso em regime de votação os conselheiro que concordam pela inclusão de pauta com sugestão do conselheiro Carlinho que permaneçam como estão. Quem é contrario se manifesta. Abstenção? Maria Luiza: seis ponto nove vai ficar lá em baixo gente tem que subir a pauta para cima entendeu, (João Dourado) - vou passar para a presidência. (Carlos Alberto Eilert) – Pauta do período matutino proposta de aliteração do capitulo quarto da gestão só sistema único de saúde da lei complementar numero vinte e dois de seis de novembro de noventa e dois. Maria Aparecida Amorim - Questão de ordem, Inclusão de pauta. (Carlos Alberto Eilert) – quem mais tem inclusão de pauta? Conselheira Maria Aparecida as duas Maria Aparecida, quem mais conselheira Lilian, vou ler pela ordem João Dourado você tinha inclusão de pauta? Não, então Leila? (Leila) - podemos? Bom dia todos sou Leila Boabaid seguimento de governo, eu estou aqui falando em nome da comissão especial instituída através resolução por deliberação desse pleno com a finalidade de apresentar aqui hoje a proposta de alteração da lei complementar numero vinte e dois. A proposta esta pronta mais, no entanto essa comissão ela tem os seguintes membros Ambrosio ele saiu mais ele participava, Carlos Eilert Célia, Mázena e eu. Sendo a coordenadora a Mázena. a





380

381

382

383

384

385

386

387 388

389

390

391392

393

394 395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410 411

412

413

414

415

416

417

418

419 420

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

proposta foi concluída e veio ao pleno para apreciação de todos, qual seja esse momento seria o momento para a gente apresentar a proposta elaborada pela comissão para que vocês pudessem estar fazendo modificações propondo emendas aditivas modificativa supressivas. no entanto considerando que assumiu um novo presidente, ele não teve tempo hábil para se interar do assunto da nova proposta e também considerando a minuta da proposta ela não foi enviada a todos vocês em tempo regimental para que pudesse analisar com maior critério por todos os membros desse pleno, instituições aqui representadas a gente esta propondo essa retirada para que a gente possa ter um momento de apropriação melhor do que esta sendo proposto e também trazer para cá, discussão num outro momento em uma data que até pode ser retirada daqui hoje caso vocês entendam assim, ou mesmo através de muitas solicitações que a gente teve lá nas reuniões nossas, que essa comissão deveria ser ampliada e se assim o pleno entender a gente poderia até ampliar para comissão paritariamente desde que não fique muita inchada, eu na minha opinião eu não acho isso muito produtivo porque a proposta esta pronta o que essa comissão entendeu que deveria apresentar nesse Pleno esta ai, ela está aberta a todas as alterações e modificações que esse Pleno entender que deva apresentar, alem do mais o que é apenas o começo porque o iniciativa dessa lei é iniciativa exclusiva do executivo estadual então a gente vai apenas encaminhar aquilo que a gente esta sentindo que deva se modificar para que avance, por essa e outra razões que a gente esta propondo isso conselheiro, porque vossa senhoria chegou a mim falou que sua instituição não foi contemplada, então o senhor vai ter esse momento para se esclarecer no dia do debate o senhor vai ter momento para estudar a vir aqui propor, porque esse pleno é que vai deliberar se encaminha ou não essa alteração da lei complementar ao executivo estadual muito obrigada. (Carlos Alberto Eilert) - Só para entender você está pedindo para manter ou a retirada ou a manutenção? (Leila Boabaid) - A retirada e com uma proposta de nova data para apresentar e caso esse pleno entenda que deva ampliar esta comissão, eu acho que não deve porque a proposta esta pronta nós não temos mais nada o que alterar, eu acho que as alterações devem sair daqui desse pleno após todas as instituições terem estudado avaliado, então elas chegam aqui e propõe, o pleno é que vai deliberar. (Carlos Alberto Eilert) – Ouer se inscrever ainda um esclarecimento da retirada porque da retirada não teve discussão nós vamos retirando e ela está propondo uma comissão ampliada ou não ai o conselho vai deliberar. (Leila Boabaid) - é só propondo uma nova data para trazer de volta a discussão porque a proposta já foi elaborada. (Intervenção - Lilia) - Questão de ordem eu fui contemplada com um esclarecimento de outro companheiro conselheiro onde fala do artigo cinquenta e quatro referente o que a conselheira falou, da retirada e da nova data que ela esta propondo então no artigo cinquenta e quatro ele diz, o presente regimento poderá ser modificado caso o regimento das alterações de lei tem que fazer as alterações do regimento que está em parte não pode falar e tanto da lei como do regimento ele só poderá ser feito isso em reunião extraordinária convocada para tal através da votação por maioria absoluta devendo estar presente no mínimo dois terços do conselho então, teria que ser uma reunião extraordinária e em prévia data. (Carlos Alberto Eilert) - Vou tentar entender, a comissão está encaminhando pela retirada pela fala da conselheira nós aprovamos uma reunião extraordinária para tratarmos aqui da lei. a comissão está propondo a retirada eu só queria que a Lilian me esclarecesse se ela mantém a reunião extraordinária para discutir a lei ou se ela concorda com a retirada nesse momento da pauta porque da o entender que é com a conselheira falou que nós estamos com uma reunião extraordinária e que deveríamos discutir aqui essa pauta com a aprovação





422

423

424

425

426

427

428

429 430

431

432

433 434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452 453

454

455

456

457

458

459

460

461 462

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

da maioria simples e absoluta. (Lilia) - eu estou entrando na pauta da Leila no seguinte ponto para ela pediu já uma nova data, então na nova data que ela pede ela já vai pedir uma reunião extraordinária isso muito bem alguém tem alguma contribuição? (Intervenção - Antonio)- eu quero fazer um esclarecimento posso fazer? (Carlos Alberto Eilert) - (Antonio) - É o seguinte o nosso sindicato. Bom dia a todos meu nome é Antonio e eu sou diretor do Sindicato de Mineração do Estado de Mato Grosso o nosso sindicato tem aceitado histórico do conselho estadual de saúde inclusive fundador através do seu masterrilho certo a maior autoridade de mineração do estado de Mato Grosso que saiu do sindicato em dois mil e cinco certo e nessa nova proposta tirou o sindicato pela resolução três três três ela está aqui com entidades patronais nós somos entidades patronais filiadas à Federação das Indústrias há vinte e oito anos, são mil seiscentas e vinte empresas de mineração no Estado. (Carlos Alberto Eilert) – Já é a discussão da pauta foi retirada. Maria Aparecida Amorim - A gente leva isso para a discussão da pauta inclusive para a gente poder estudar de fato a lei e vim fundamentar obrigada. (Carlos Alberto Eilert) - Alguém tem uma sugestão de prazo para reunião dessa extraordinária? Cento e oitenta dias. Conselheiro Leandro - Bom dia a todos meu nome é Leandro representando o Sindesmat é só uma questão de contribuição senhor presidente que a Leila falou o seguinte que o negócio está pronto que ela vai trazer para discutir Leila é só um aviso, se vier do jeito que está eu peço vista para cento e oitenta dias. Sabem por que? Eu faço questão de excluir todos os sindicatos que põem em risco a situação, vocês fizeram questão de excluir isso daí e isso daí me deixou extremamente chateado. (Leila Boabaid) - Nós já estamos discutindo a pauta? Nós não estamos discutindo mais nada. Não foi excluído ninguém. (Maria Aparecida Amorim) - Questão de ordem você pediu a retirada retirou Leila não vamos debater foi retirada de nominação. (Carlos Alberto Eilert) – Os conselheiros, nós temos que votar salvo melhor às vezes. Nós temos que votar a retirada de pauta não é isso me ajudem vamos lá para a gente poder andar os conselheiros que concordam com a retirada de pauta da proposta de alteração do capitulo quatro da gestão do sistema único de saúde e complementar número vinte e dois, por favor, se manifeste levantando o braço vamos contar. Até para deixar registrado um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze. Ok contrários? Abstenções? Muito bem então aprovados com vinte e um votos uma abstenção então tá bom bom com uma abstenção e vinte e um votos ok foi retirado de pauta. Conselheiro Paulo. (Carlos Alberto Eilert) – só um instantinho me perguntaram e o prazo? Que prazo nós vamos dar para as entidades se manifestarem? A comissão tem um prazo? A comissão ampliada propondo a comissão ampliada, Conselheira Lilia - cento e oitenta vai passar para o ano que vem? Conselheira Lilia - Justamente por que nós não vamos chegar da comissão. Trinta dias para a comissão (Carlos Alberto Eilert) – Não estou entendendo não, perai agora à mesa ficou perdida eu estou entendendo o seguinte existe um prazo de apresentação dessa lei, pela proposta que eu escutei de alguns conselheiros em cento e oitenta dias para trazer o resultado final, não eu estou errado ou não? Ah é trinta dias mesmo? Então pronto, vamos encaminhar. (Conselheira Maria Aparecida Amorim - Eu acho que houve uma manifestação sentimental em relação a isso essa comissão ela já vem trabalhando nessa questão se não me engano a mais de seis meses eu acho que a comissão não precisa mais de prazo quem precisa de prazo somos nós, as entidades que temos que discutir isso a nossos pares então veja bem acho que no máximo quarenta e cinco dias(Carlos Alberto Eilert) -Então para alterações modificações e sugestões à comissão em um prazo máximo de quarenta e cinco dias e ai como encaminhamento na próxima reunião ordinária deste conselho. Maria Luiza -





464

465

466

467

468

469

470

471 472

473

474

475 476

477

478 479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494 495

496

497

498

499

500

501

502

503 504

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Ouestão de ordem Carlinhos. (Carlos Alberto Eilert) – Calma deixa eu só encaminhar gente .Maria Luiza "Questão de ordem" - Mais é uma questão de ordem é o seguinte nós a nova haveria uma substituição de conselheiros pelo transcorrer de que da transição foi prorrogado. Carlos Eilert -Então a gente tem que se ater com relação a isso também. Nós temos que fazer uma reunião até a primeira reunião do mês de maio. Para que os atuais conselheiros votem ou não. .(Intervenção -João Dourado) Eu quero fazer um destaque nisso ai até como questão de ordem eu acho que o seguinte enquanto não for reformulada a lei, ela está valendo então todo o procedimento que foi feito desde mil novecentos e noventa e dois até hoje baseado nessa lei, o procedimento tem que continuar sendo feito. Primeiro porque nós temos que pensar que nós vamos discutir uma proposta de mudança de lei que o gestor tem que acatar, porque não tiver dialogo com o gestor e eu falar não, porque isso tem que sair do executivo a reformulação do conselho tem que sair proposta do executivo para ele mandar para o legislativo lá que altera o legislativo que muda lei e faz lei se não tiver esse diálogo com o gestor que o gestor pode fala assim conselho vocês podem apresentar uma proposta para nós e que nós vamos encaminhar para o poder legislativo, lá que será o debate com os deputados nós não podemos sofrer antecipadamente nem referente aquilo que vai ficar de fora ou não o que nós temos que fazer é trabalhar conjuntamente para ter uma proposta de representatividade do usuário, que está precisando para colocar dentro da proposta de lei e conversar com o governador e com o secretário de que eles vão realmente encaminhar este projeto de lei para o poder legislativo, e ai nós temos que tentar no processo eleitoral tudo isso o conselho precisa entender só que o conselho não pode ficar parado, o conselho tem que continuar porque essa lei ela não foi revogada, ela está valendo o que eu encaminho aqui é eu encaminho o processo como eram antes, para o conselho, não parar e não entrar em uma autofagia eu estou sentindo aqui que o conselho está deixando de fazer sua função e caminhando para o processo de autofagia e autofagia vai ser muito ruim não é para conselheiro não não é para o João Dourado não é para a Cida não é para ninguém não é para quem está precisando discutir diz que está vindo o PAC da saúde ai e ai que eu quero ver em que momento que o conselho em plena autofagia vai discutir o PAC pela saúde. Conseleira Leila Boabaid - Questão de esclarecimento o que João colocou ai é importantíssimo porque na verdade a lei em vigor é a nossa lei complementar número vinte e dois os assentos continuam os mesmos mas, considerando que este pleno deliberou pela alteração ai está o momento das instituições com responsabilidade estudarem o avanço dessa lei que está mais de quinze anos ai agora Carlinhos tem que deixar claro que a iniciativa ela é exclusiva do poder executivo então, o que João falou ai é muito pertinente porque nós vamos depender de conversar com os poderes a lei emana do povo mais o povo que somos nós que representamos as bases a gente também tem que ter esse olhar de que como é que a gente vai articular com os poderes, só isso. (Carlos Alberto Eilert) - Podemos andar agora em relação à data agora é data conforme a conselheira Maria Luíza encaminhou nós estamos com uma data ai de mais dois um mês praticamente na próxima quarta-feira trinta dias não tem nada a ver está certo, qual que é a proposta de data quarenta e cinco dias nós temos uma proposta aqui de a partir de hoje tem que olhar um calendário senhor presidente só um instantinho eu vou encaminhar se alguém for contraria a data .(Conselheira Célia) - senhor presidente é em relação à data mesmo (Carlos Alberto Eilert) - só deixa eu encaminhar primeiro ai eu passo para você Clélia. Pessoal, sim eu vou encaminhar as datas eu tenho uma proposta na mesa de quarenta e cinco dias a partir de hoje a reunião extraordinária com o único ponto de pauta lei complementar ok alteração da lei quarenta e cinco dias alguém tem mais





506

507

508

509

510

511

512

513514

515

516

517518

519

520521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

sugestões? Conselheira Clélia já se manifestou depois Antonio Cordeiro Édina (Clélia) -Conselheira Clélia: senhor presidente em relação a resolução que prorrogou a questão do, Então mais exatamente apresentação dos conselheiros novos né então se essa data de guarenta e cinco dias não vai ter problema é essa a questão. (Carlos Alberto Eilert) – quando chegarmos à próxima olhando o nosso regimento os quarenta e cinco dias não poderia acontecer nós teríamos que sair daqui com uma reunião marcada para no máximo sete dias minha sugestão como presidente da mesa é que na ordinária do próximo mês daqui vai dar trinta sete dias a gente estaria marcando a extraordinária na reunião do próximo mês, se eu marcar hoje a extraordinária regimentalmente eu tenho assim estas reuniões serão realizadas no prazo máximo de sete dias contados após a partir da data de convocação eu estou nessa ordinária convocando uma extraordinária então teria aqui somente sete dias a sugestão da mesa se chegar a reunião ordinária viu Clélia, e não tivermos vencido a representação a eleição dos novos representantes do conselho essa ordinária acaba dizendo se vai ou não prorrogar o mandato é nesse sentido que eu quero colocar, mais nós temos até a próxima ordinária para entrar não pode, pode, só quem pode esclarecer. Conselheira Cléliapresidente é o seguinte houve um mal entendido porque essa prorrogação ela está de acordo com a lei vigente então eu acho que eu confundi as coisas uma coisa com a outra a lei é uma situação diferente. Conselheiro Antonio Cordeiro - Eu ia propor, eu Antonio, eu ia propor para sessenta dias que dá mais tempo para discutir. Conselheira Maria Aparecida Amorim - Uma questão de ordem ele tem razão ela tem que ser convocada na próxima por causa do regimento. Conseleira Angelo - não é isso quando é que termina o prazo dos sessenta dias, três de maio. (Carlos Alberto Eilert) – Deixa só no mês de março aqui a data da primeira quarta feira, isso daí é importante. Nosso mandato termina três de maio, os conselheiros que aqui estão atualmente, são sessenta dia. Intervenção - Angelo) Pois é mais sessenta dias já se passaram quantos dias? Então abril e maio então nós já temos menos de trinta dias. Então essa reunião extraordinária ela vai coincidir logo após a entrada de não sei de quantos. Isso daí já é um problema, que eu já dou razão para a conselheira Maria Luíza que se me der um prazo de na outra ordinária sem ser estar agora ai sim daria sessenta e sete dias a preocupação minha é com essa colocação que ela fez e faz sentido porque se eu tiver trocado cinco, sete, oito e dez., eu não sei. Eu por exemplo. Carlos Alberto Eilert) - A Jucélia Clélia tem uma contribuição e aí a gente vai resolver essa situação.(Conselheira Jucélia) - Jucélia conselheira de ação social – acho que está tendo um equívoco aqui porque assim o que foi colocado que a prorrogação do nosso mandato das entidades foi até para que fosse publicizado até que a questão da eleição que saísse o edital convocando as entidades foi para isso que que foi prorrogado, a questão da lei é uma outra situação porque essa lei a gente sabe o prazo e tudo mais tem que ser tramitado tem que sair do executivo e isso a gente não pode casar eleição dos conselheiros com a aprovação da lei gente são situações diferentes gente e volta e meia tá querendo fazer esse casamento então assim dia três é o prazo que foi dado mais para ocupar para ocorrer toda essa divulgação da eleição das entidades realizar o fórum e isso a gente tem uma lei que está amparando porque ela está em vigor até que ela seja revogada. (Carlos Alberto Eilert) – Entenderam então vamos delimitar o prazo aqui ou vamos delimitar o prazo? Na próxima reunião ordinária será marcado o prazo ok ? Pode ser encaminhado assim. (Conselheira Lilia) - Só um esclarecimento para contribuir a questão de que essa comissão como ela está faltando membros que ela amplie até mais contribuição para que quando chegar aqui não dê tanta celeuma, eu sugeri isso para um dos membros ou dois que se pudessem chamar outras pessoas





548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577578

579

580

581

582

583

584

585

586

587 588

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

que se tivesse alguma reunião que tem muitos que vão ser apontados que seria contributivos a gente discutir. Também a questão de esclarecimento que a Jucélia falou é que não ficou definida aqui pelo pleno nenhuma eleição e sim somente um encaminhamento da secretaria executiva as instituições que deveriam fazer isso então só a título de esclarecimento. (Carlos Alberto Eilert) - Pode ser assim? De ampliarmos a comissão porque a Edna gostaria que a ouvidoria fizesse parte dessa ampliação da lei não é isso Edna -Conselheira Leil Boabid Na verdade teve várias contribuições a Alzita contribuiu vários membros do conselho contribuíram na discussão você sabe disso Carlinhos a proposta está pronta não há necessidade ampliar comissão eu acho que existe questões é que devem analisar estudar e apresentar novas propostas as propostas que está ai. A instituição que se sentir prejudicada como é o caso aqui do.. Conselheiro Antonio - senhor presidente tem que reformular a comissão. (Leila) - A comissão foi instituída através de uma resolução. As comissões estão faltando membros, foi votado por esse pleno tem legitimidade para apresentar proposta, a proposta não é decisão, não é definitiva, não é a palavra final, ela apresentou uma proposta que vai ser discutida por todos aqueles que sentirem que o texto não está a contento que apresente a sua proposta este pleno é que vai deliberar e decidir a nova proposta apresentada Maria Luiza: mais a sugestão eu acho que é pertinente (Carlos Alberto Eilert) -. A discussão já foi retirada de pauta não cabe mais discussão nenhuma eu só tenho aqui a data, a proposta de data é que na próxima reunião desta pleno seja marcada a data para discussões e que a comissão está aberta se houver contribuições e alguém quiser fazer parte vem lá está faltando gente e ai vai lá põe é o seguinte contribuições está aberta as contribuições até que para uma próxima reunião a comissão apresente aqui as modificações necessárias ninguém é draconiano, e a gente discute no Pleno, ok?. Até a próxima reunião ok. Temos que votar para ver se vai para o próximo pleno,) (Edna Marlene: Carlinhos por favor, presidente eu gostaria que a ouvidoria estivesse participando dessa comissão, até porque o assunto está aqui dentro da lei e da ouvidoria então eu quero concordar com isso. Você vai propor essa inclusão da ouvidoria. Que eles estejam participando da reunião. (Carlos Alberto Eilert) – A comissão está abertas as contribuições todas, a ouvidoria faz a sugestão no capítulo da ouvidoria é isso que a conselheira Leila está querendo colocar nesse artigo aqui não cabe,a gente vem para o debate e pronto. Não é isso . Leila Maria Boabaid - A comissão estará aberta inclusive até para sistematizar todas as novas propostas trazer para a discussão ok. A ouvidoria pode participar. Edna Marlene - Eu estou pedindo participação na comissão. Leila Boabaid - A comissão já encerrou seus trabalhos, nós vamos receber a sua proposta de alteração e de modificação quando pertinente a ouvidoria Edna que ai o pleno vai deliberar. (Carlos Alberto Eilert) - A proposta é na próxima reunião ordinária para nós podermos marcar. Os que concordam com isso por favor se manifestem levantando o braço, próxima ordinária.está votando, conta. Abstenções? Abstenções contrárias. Nove abstenções. Muito bem. ok Outro ponto de pauta que o conselheiro Paulo pediu para inclusão ou retirada. (Paulo Roberto Araujo) -. Bom dia senhores conselheiros Paulo Roberto Araújo representante do poder executivo. Retirada de pauta do item seis ponto três apresentação e aprovação do RAG. Em partes o motivo que a doutora Leila e conselheira colocou em relação a transição. Ontem nós tivemos a oportunidade juntamente com a secretária executiva que na verdade teve a primeira oportunidade de levar ao novo secretário estadual de saúde todas as demandas e fazer a apresentação formal do conselho estadual de saúde até explicando para ele o que é,quais são as regras,quais são as decisões que ele precisaria em tese precisaria tomar se apropriando do conhecimentos, ele achou plausível que ele pudesse ter um





590

591

592

593

594

595

596

597 598

599

600

601 602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620 621

622

623

624

625

626

627

628

629 630

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

tempo para que ele ter conhecimento de fato do RAG para que ele pudesse assim juntamente como sua equipe de gestão participar também dessa apresentação e aprovação do RAG neste conselho. O único motivo é esse ele teve conhecimento dos dados de todas as informações, ontem em torno das dezesseis, dezessete horas eu acho plausível nós concedermos este prazo para nova gestão até ele porque ele precisa se apropriar das ferramentas deste conselho e desde já também eu gostaria de fazer a minha despedida deste conselho e pedir ao novo secretário que ele pudesse me substituir até para que ele tivesse, ficasse a vontade de escolher aquele que pudesse estar representando com uma nova gestão, novas pessoas tranquilo com a nova escolha então provavelmente já na próxima reunião o poder executivo já estaria indicando outro conselheiro e agradeço a todos aqui pela oportunidade que me deram de estar falando, de estar aprendendo com cada um de vocês, porque eu não tinha noção do que era o conselho estadual de saúde hoje já tenho noção com a contribuição que cada um de vocês deram na minha formação que é o que eu levo deste conselho. Muito obrigado. (Carlos Alberto Eilert) - Muito obrigado conselheiro Paulo com a certeza de que esse conselho vai sentir sua falta e seu posicionamento. Mas nós temos um oficio aqui que a Leila vai ler. A Ana desculpa, do doutor Kamil aqui e ai a gente volta e passa a fala pra ele. (Ana Boabaid) - Bom memorando número zero três três Cuiabá seis de abril de dois mil e dez do gabinete do secretário de estado de saúde de Mato Grosso para secretaria executiva do conselho estadual de saúde. Prezada senhora considerando o momento de transição do secretário do estado de saúde e seus adjuntos considerando a ausência de quorum por parte dos conselheiros estaduais na reunião dia vinte e cinco e vinte e seis do três considerando o período de greve de servidores do dia vinte e nove a trinta e um do zero três que prejudicou a realização das demais reuniões das comissões do Conselho Estadual de Saúde, solicitamos retirar de pauta da reunião ordinária do mês de abril dia sete zero quatro de dois mil e dez a apresentação e aprovação do RAG dois mil e nove em tempo solicitamos que essa secretaria disponibilize nessa segunda e terca feira do restante do mês de abril para as reuniões das comissões em inclusão de pauta na reunião ordinária do mês de maio de dois mil e dez atenciosamente Kamil Hussein Fares. Eu queria colocar também que foi entregue ontem como o conselheiro colocou, o conselheiro Paulo todos os documentos do conselho, do regimento interno na lei complementar vinte e dois e foi entregue também todo material de pauta para o atual secretário estadual de saúde. (Carlos Alberto Eilert) - Podemos votar aqui está bem simples, já temos as explicações de cada. (Conselheira Lilia) - Carlinhos na questão de esclarecimento da comissão de planejamento então o que aconteceu é que em vários momentos. Conselheira Lilian associação nacional de deficiente então em vários momentos a comissão de orçamentos se reuniu que só teve presente lá na reunião era eu e Edvande, nossa comissão está com uma defasagem de membros quando se ausentou o Ambrósio não temos um membro, está faltando um membro, representante da gestão não se fazia presente nas reuniões. Os conselheiros não puderam estar presentes nas reuniões a única reunião que te que pode estar presente foi a passada que também estava presente a minha suplente Edvande mais não deu quorum porque.. então o que acontece a gente gostaria que já na próxima pauta colocasse ou em uma extraordinária recomposição da comissão para que a gente possa estar avaliando não só da comissão de orçamento mais de todas as comissões que está faltando membro, que é muito importante a presença e que também a secretaria não deu condições técnicas não tinham veículos para estar buscando eu muitas vezes tive que pedir carona para poder entrar no Conselho. (Carlos Alberto Eilert) - Eu acredito que o último parágrafo enviado pelo senhor secretário solicitamos que essa





632

633

634

635

636

637

638

639 640

641

642

643 644

645

646 647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662 663

664

665

666

667

668

669

670

671 672

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

secretaria disponibilize as segundas e terças feiras do restante do mês de abril para as reuniões com as comissões em inclusão de pauta nas reuniões do mês de maio a conselheira Lilian esta dizendo que há uma vacância na comissão de planejamento e que gostaria que um Conselheiro. A satisfação da gestão não está fazendo presença nas reuniões. A participação o comprometimento conselheira está aqui segunda e terças feiras do restante do mês de abril a partir dessa data seis de abril, então eu acho que já está aqui. Eu estou sendo lembrado pela secretária executiva que encontra uma solução de resolver esse problema da parte não seria colocado um substituto. Então eu tenho esse documento segunda terça nós vamos passar isso aqui para a comissão de orçamento planejamento para que ai seja providenciado e a proposta da retirada de pauta. Os conselheiros que concordam com a retirada de pauta em função da solicitação, por favor, se manifestem levantando o braço. E nós vamos contar. Quem concorda com a retirada de pauta? Contrários? Abstenções? Nenhuma abstenção e nenhum voto contrário e vinte favoráveis. Foi retirado de pauta, nós temos ai a conselheira Ingrid que gostaria de fazer uma fala em três minutos ai logo na seqüência de pauta. (Conselheira Ingrid) - Bom dia a todos Ingrid da secretaria d saúde eu só queria assim como meu colega Paulo aqui manifestou fazer também a minha despedida aqui nesse conselho e pedir a minha substituição em razão que eu estou terminando um dissertação de mestrado e nesse momento está complicado para mim ficar na secretaria e foi pedido também a minha substituição assim como a da minha suplente também porque a Cris está no mesmo processo que eu nós estamos terminando também o mestrado e ai está complicado para a gente continuar fazendo as duas coisas mais eu quero primeiramente agradecer a todos vocês pelo aprendizado que este conselho sempre dá para nós, eu acho que todos deveriam um dia participar ou pelo menos um período para conhecer como é que funciona porque é muito rico e agradecer a colaboração de todos você o companheirismo e desejar muita sorte para vocês todos que continuam nesse conselho, muito obrigada por tudo (Carlos Alberto Eilert) -. A conselheira Maria Aparecida ela tem uma proposta de inclusão de pauta e depois nós temos a conselheira Lilian ,o conselheiro Leandro, Marcia Regina também tem inclusão? Eu tenho as duas Cidas e depois as Conselheiras Maria Aparecida. A é ? Uma é Aparecida? Então desculpa. Então a conselheira Maria Aparecida do conselho de psicologia qual é a sua proposta de inclusão de pauta ? (Maria Aparecida) - Eu gostaria de fazer a proposta de inclusão de pauta e uma solicitação ao mesmo tempo Maria Aparecida conselho estadual de psicologia – a proposta é o seguinte a conferencia de saúde médica do hospital entrou aqui com um informe mais nós temos que apresentar o regimento interno da conferencia para a referendação do pleno e a minha solicitação é que fosse colocado agora no período da manha considerando que a área técnica está presente e que ela que estão com o material a ser apresentado. (Carlos Alberto Eilert) - Conselheira Maria Aparecida falou que a proposta é retirar a conferencia de saúde que estava com o informe e que vai vim o regimento e que ele seja incluído como primeiro ponto de pauta depois de aprovada a pauta até aproveitar que os técnicos estão aqui presentes. Conselheira Clélia: Questão de esclarecimento seu presidente, em relação a conferencia da saúde mental não sei se entendi bem Maria - Aparecida a questão é que o regimento que você quer trazer aqui para a plenária porque pelo que eu tendo em entendimento esse regimento ele é aprovado na conferencia não aqui no pleno. Maria Aparecida: - É o seguinte o regimento de uma conferencia, a conferencia foi chamada pelo pleno o pleno aprova o regimento como é que essa conferencia vai aprovar e o que é aprovado lá na conferencia que é o regulamento da conferencia que é o extrato retirado desse regimento também acho que e até para esclarecer todos os conselheiros são membros





674

675

676

677

678 679

680

681 682

683

684

685 686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704705

706

707708

709

710

711

712

713

714

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

natos dessa conferencia e nós também temos que deliberar aqui até por uma questão de recurso quantos daqui participarão isso tem que ser assunto de pauta porque não dá para a gente falar todos são natos mais a gente sabe que a participação não ocorrer e isso demanda recurso isso tem que ser ponto de pauta a gente pode até fazer o seguinte se vocês não quiserem ver o regimento todo a gente faz uma explanação do regimento rapidamente para não tomar muito tempo até porque nós temos uma comissão que está trabalhando nós temos representantes do conselho nessa comissão deliberada desse pleno mais isso precisa sim ser passado aqui. (Carlos Alberto Eilert): Esclarecido podemos depois a gente faz a inclusão de pauta não nessa mesma ordem, conselheira . Conselheira Lilia -Questão de esclarecimento sobre o assunto, como a gente não recebeu o material com o regimento, a gente tem que estar com os documentos em mãos dando uma lida,uma estudada eu acho que seria mais como informe eu sei de marcar uma extraordinária para estar fazendo essa apresentação porque nós não recebemos até não tenho o que questionar porque eu não to recebendo a pauta eu só recebo na hora de um dia para o outro e ai fica muito difícil estudar tudo isso em cima e a gente cobra muito,liga muito incomoda muito e falando que eu preciso receber em mãos essa pauta eu sei que esta tendo problemas técnicos da secretaria mais eu preciso desse documento em mãos e acho que muitos desses conselheiros também não receberam como eu então não sei se o meu encaminhamento seria o principal. (Carlos Alberto Eilert) Eu tenho aqui uma proposta de inclusão e uma proposta que não seja que inclusão vamos votar ok .podemos votar, muito bem, os conselheiros que concordam que seja apresentado aqui como ponto de pauta o regimento da conferencia de saúde mental e a escolha de quem vai participar de quantos vão participar com a questão financeira por favor se manifestem levantando o braço,os que concordam. Vamos contar. Os que não concordam com essa inclusão de pauta, por favor, se manifestem levantando o braço. Três, quatro. Abstenções ? Com três abstenções doze favoráveis e quatro contrários, será incluído como ponto de pauta. E ainda no período da manhã com a nossa conselheira. Agora a conselheira Lilian . (Intervenção – Conselheiro **Ângelo)** - Senhor presidente uma questão de ordem só, em relação ao problema de regimento embora foi cotado eu tenho uma proposto de que eu dou o tal voto de confiança a essa comissão ela que defendeu o regimento interno que tem noção que já participou de outras conferencias, eu não vejo razão para discutir isso aqui e ficar lendo e discutir isso aqui. (Intervenção – Conselheira Aparecida Não é discutir, é só apresentar e falar. Conselheiro Ângelo: Da licença? Deixa-me terminar meu raciocínio. Então eu do um voto de confiança se você não está aceitando esse voto de confiança para que não seja lido esse regimento interno está certo, porque eu acho que há necessidade vocês estão em uma conferencia vocês tem experiência vocês tem noção então eu acho que não há necessidade,essa é minha proposta agora nas outras coisas eu concordo com você quem vai participar, quanto a isso não tenho duvidas. Essa é a minha proposta. Conselheira leila Boabaid Carlinhos! questão de ordem, na verdade esse pleno tem que ter a Questão de ordem: responsabilidade de aprovar desse regimento porque a proposta está pronta em consonância com o regimento da nacional o que a gente tem que observar, que a gente tem que apropriar disso é responsabilidade nossa. Nós temos a comissão organizadora aqui para subsidiar, para tirar duvidas temos a Cida que está ai nos representando, mais a gente tem que aprovar sim. Carlos Alberto Eilert: Então já esta aqui,depois nós vamos deliberar se vai apoiar ou não já está incluído senão a conselheira Lilian inclusão retirada de pauta qual que é a situação? não é a pauta ainda, você quer mudar a pauta, Conselheira Lilia: - eu gostaria que essa, porque eu tenho certeza que depois de





716

717

718

719

720

721

722

723 724

725

726

727 728

729

730731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746 747

748

749

750

751

752

753

754

755 756

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

discutir esse assunto que vai mais alongado, varias pontos vão subir porque vários pontos já foram tirados eu queria ver com seis ponto cinco com a avaliação da procuradoria do PGE subisse e esses seis ponto seis que ai sobe o restante duas né que eu gostaria que subisse na mais próxima o seis ponto cinco e o seis ponto seis. (Carlos Alberto Eilert) Nós teríamos aqui se eu puder contemplar conselheira seria o seguinte primeiro seis ponto um do regimento da conferencia de saúde mental seis ponto dois se houver, se você concordar a avaliação do pacto de saúde e você achar que não a gente muda seis ponto três deliberação sob o parecer do PGE, então em vez de ser seis ponto cinco me refiro a seis ponto seis. Que você gostaria que fosse antes. Conselheira Lilia: Gostaria o seguinte, esses pontos já estavam pautados e o outro só estava informe mesmo que informe subsequente deveria ser o ultimo então o que entrou agora que está incluindo agora são os últimos e os que estavam pautados subir para cima é o lógico porque esses daqui já foram encaminhados faz dias e o que mudou agora que entrou como inclusão teria que ser os últimos. (Carlos Alberto Eilert) Houve a solicitação da conselheira nós aprovamos o que seria agora em função de os técnicos estarem aqui. (Lilia) Não ela não colocou horário ela colocou na parte da manhã. Sim pela parte da manhã. (Carlos Alberto Eilert) A gente coloca na votação depois. Mais alguma observação? Eu vou garantir sua fala. Conselheira Leila Boabaid: Questão de ordem: senhor presidente a gente tem que observar que a conferencia da saúde mental é de suma importância então ele tem que ser o primeiro ponto de pauta porque estão vindo as outras conferencias e a gente não aprovou ainda aqui nesse pleno. E os municípios dependem disso. (Carlos Alberto Eilert) Eu vou pela sequências, ai nós vamos agora com a conselheira Aparecida vai falar sobre inclusão ou não, ai eu coloco os pontos que a doutora fez para a gente votar aqui. Conselheira Aparecida: - Aparecida representante do sindicato da saúde a respeito da resolução trinta e seis e trinta e sete que trata do PCCS e fiscais sanitários a proposta é colocar como ponto de pauta todo mundo esta falando na ordem aqui, a gente pede no período vespertino depois o ato de posse do presidente e a ouvidoria geral o seis ponto três a gente está fazendo essa breve reflexão da resolução. E tem o maior cuidado porque a ouvidoria sempre vai ficando para trás entendeu e ai é importante que nesse primeiro momento do período da tarde seja discutido a ouvidoria (Carlos Alberto Eilert) (Carlos Alberto Eilert). Então temos o encaminhamento, vamos anotar. Conselheira Marivanda tem inclusão de pauta e ai nós acabamos a inclusão de pauta e vamos deliberar sobre a sequência da pauta certo? Conselheira Marivanda: Conselheira Marivanda representando o conselho regional de medicina veterinária. eu queria só tentar resolver o meu problema em relação a votação no artigo sessenta do regimento fala dos casos omissos no regimento e existe uma omissão de artigo referendando o seguinte como o Carlos é titular eu sou suplente dele no caso de ele assumir a presidência do conselho ele não vai ter direito ao voto ele é voto minerva como eu sou suplente dele eu assumiria o cargo de titular e teria direito a voto e isso pode ser deliberado nesse artigo setenta ,caso omisso nesse regimento serão resolvidos pela maioria absoluta do pleno constatado em ATA incorporado em regimento, então basta a boa vontade dos colegas interpretarem isso e me dá esse direito incluindo isso no artigo no regimento no caso do titular assumir a presidência o suplente assume a sua cadeira de titular e teria direto a voto é só isso que estou pedindo essa inclusão para que as pessoas tenham esse entendimento e que a gente possa melhorar melhor a redação desse entendimento e que pode ser incluído apenas com a apresentação da ata e aprovado por vocês conselheiros que estão aqui nesse momento. (Conselheira Maria Luiza: Marivanda só um esclarecimento, por exemplo, você vota, não entendi direito, você votou e ai





758

759

760

761

762

763

764

765766

767

768

769 770

771

772

773

774

775

776

777

778 779

780

781

782

783

784

785

786

787

788 789

790

791 792

793

794 795

796

797 798

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

empatou ai ele vai voto de minerva ai ele é dois votos como presidente, ele dá votos enquanto presidente, é omisso dentro do regimento existe essa omissão. Mais não pode gente. (Conselheira Clélia) - Na realidade eu quero lembrar aqui é que o pleno está tendo dois pesos e duas. Porque quando eu estava aqui na presidência a Ana estava aqui e foi muito, até pelo conselheiro João Dourado que estava aqui foi realmente Ana não pôde votar, Carlinhos Eilert estava presente foi questionado esse artigo você senta aqui e não foi aprovada que a Ana votasse aqui não foi acatado veja bem só um instantinho. Conselheira João Dourado- João Dourado CUT concordo plenamente com a conselheira Clélia e naquele momento eu estava correto a conselheira ia votar aqui e eu falei não faça isso porque se existe uma omissão nós precisamos resolve-la, então se está omisso não vote porque na omissão não vale o que nós conversamos aqui como tem omissão, e eu até falei para ela do artigo, que diz que em caso de omissão o conselho pode com a maioria absoluta votar depois que fizer a votação e o conselho autorizar ai pode mais antes não pode nos casos omissos você não pode votar por isso que naquela vez eu falei para Clélia que não estava correto e não estava mesmo se está na omissão você não pode votar. Então eu acho eu sou favorável da inclusão de pauta e aproveitar que aqui tem a maioria absoluta do conselho e o conselho poder definir isso com tranquilidade. (Carlos Alberto Eilert) Só um instantinho e inclusão de pauta gente Célia quer se manifestar Conselheira Jucélia: Só para até concordar com o que o João está dizendo Jucélia do conselho regional de serviço social naquela situação entre a Clélia e a Ana era porque naquele momento com essa mudança porque você assume quando você é membro da entidade assume ali a mesa e houve essa confusão mais assim naquele momento é que as duas estavam votando o esclarecimento que a Marivanda coloca ai é diferenciado porque ela está chamando atenção em relação.. é gente não era essa situação .. eu sei que ela estava presidindo mais naquele momento era porque estava com o voto tanto seu como o da Ana a gente pode até rever a ata. (Carlos Alberto Eilert) Muito bem eu acho que há uma inclusão de pauta os conselheiros nós vamos discutir naquele momento quer falar? Por favor, então.(Lilia) - Eu acho que alem do nosso regimento interno conselheira Lilian associação Mato-grossense de deficientes o regimento interno nosso ele revoga a lei todo regimento baseado na lei a nossa lei ela é bem clara, o regimento tem os casos omissos mais a gente quando revoga a lei a gente tem a paridade e a paridade tem poder de poder votar sai da paridade, então na ausência do presidente o ele vai ficar como presidente mais acontece que ai vai ficar assim porque senão vai ficar dois votos da mesma representante cidade na nossa lei atual é dessa forma a lei não mudo ainda então como nosso regimento interno ele revoga a lei atual e fala segunda paridade que é sessenta por cento então a gente tem que respeitar isso enquanto não houver a mudança os casos omissos vão estar em outra situação, e a gente vai estar revogando a lei que a lei não permite é bem claro. (Carlos Alberto Eilert) - Só para dizer o seguinte que nosso regimento, para esclarecer João só um instantinho, na votação, pessoal só para dizer o seguinte primeiro que nosso regimento não revoga a lei ele remete-se a lei senão o regimento acaba com a nossa lei está certo? Eu acho que já está esclarecida uma proposta de inclusão de pauta nós vamos nos casos omissos no artigo sessenta os conselheiros que concordam e ai nós vamos debater se for o caso aqui gente é uma inclusão de pauta o conselheiro apresentou esse direito tá bom? Pode ser que no futuro tenhamos outro presidente aqui e seu suplente queira votar então eu acho que nós temos que analisar a situação os conselheiros que concordam com essa inclusão de pauta, por favor, se manifestem levantando o braço quem concorda vamos contar quem concorda. Os que não concordam, os que são contra a inclusão de pauta deste assunto se





800

801

802

803

804

805

806

807 808

809

810

811812

813

814815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830 831

832

833

834

835

836

837

838

839 840

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

manifestem levantando o braço, três quatro lá. Abstenções? Duas abstenções, três abstenções, quatro votos contrários e nove favoráveis. Foi aprovada a inclusão de pauta. Agora nós vamos deliberar a situação da ordem da pauta a ser discutida ok. Então primeiro ponto de pauta de hoje de manhã, regimento da conferencia mental, saúde mental. Agora de manhã, ai para a parte da tare nós tínhamos que ouvidoria geral do conselho estadual de saúde quer a manifestação da ouvidoria ela gostaria que fosse o primeiro ponto de pauta das quatorze horas ela não quer subir para o primeiro horário da manhã tá certo? Então nós vamos aqui respeitar às quatorze horas nós estaremos ai. Ai na seqüência eu tenho, o seis ponto três solicitação do SISMA que fosse a inclusão de pauta das resoluções trinta e seis e trinta e sete se eu estiver errado vocês me corrijam. Seis ponto um seria o regimento da conferencia de saúde mental. Seis ponto dois às quatorze horas ouvidoria geral. Seis ponto três resoluções trinta e seis e trinta e sete foi esse o pedido a gente pode alterar a pauta. Seis ponto quatro seu eu estiver errado avaliação do pacto de saúde definir a metodologia. Seis ponto cinco deliberação referente ao parecer do PGE sobre a sumula treze do STF. Seis ponto seis apresentação deliberação encaminhamento referente à resolução que garante diária para acompanhar deficiente em viagens. Seis ponto sete apresentação para deliberação das normas técnicas da comissão de comunicação e informação de saúde. Seis ponto oito apresentação da estrutura e funcionamento do tratamento dos pacientes dependentes de álcool e drogas. O seis ponto nove. calma eu vou colocar . O seis ponto nove a capacitação. Eu não esqueci, eu que fiz a proposta. Vocês viram que eu nem pedi para chamar a proposta para antes. Capacitação, ai no final nós teríamos os informes alguém tem sugestão de mudança na següência? (Conselheira Lilia) - Sim. (Carlos Alberto Eilert) Muito bem conselheira Lilian tem sugestão de mudança da sequência falada aqui. Ah. É seis ponto dez desculpe. Seis ponto dez são os casos omissos. Muito bem vamos lá. O artigo sessenta dos casos omissos do regimento. (Carlos Alberto Eilert) Conselheira Lilian se inscreveu que ela tem proposta de alteração da discussão da pauta. (Conselheira Lilia) - Como vai retirar dois pontos de pauta e foi incluso mais dois acredito que as pautas que entraram agora que a gente não teve atencedentes, a gente estudou as pautas anteriores em outro momento a gente pôde avaliar então é legítimo a gente estar subindo essas pautas que já estavam pontuadas então eu sugiro que a seis ponto cinco suba lá para a primeira do próximo agora, a seis ponto seis na subsequência da retirada foi a seis ponto dois, e o restante vem na sequência (Carlos Alberto Eilert) A pergunta é primeiro já foi pré-aprovado nesse pleno o regimento estaria no seis ponto um. E ai a conselheira agora pela manhã certo? A tarde, não foi aprovado. O primeiro ponto de pauta até agora pela manhã a tarde nós teríamos a ouvidoria geral do conselheiro estadual de saúde e ai a conselheira Lilian propõe que na seqüência teria deliberação referente ao PGE da sumula treze. Estou dizendo o seguinte essa é a pauta da tarde porque eu não sei se o regimento vai vencer tudo ou não senão vencer, porque às vezes o regimento vence aqui a manhã inteira. Intervenção Conselheira Lilia: - Questão de esclarecimento - Carlinhos foi colocado do regimento que fosse na parte da manhã, mas não foi pedido para ficar no seis ponto um. Foi coloca como primeiro ponto de pauta da manhã. Intervenção Conselheira Maria Aparecida Amorim: -Eu gostaria de pedir uma gentileza, enquanto nós ficamos discutindo essa questão nós estamos perdendo um tempo precioso eu vou ter que sair no meio da tarde porque eu tenho médico cardiologista eu gostaria que a gente avançasse, por favor. Intervenção Conselheiro Carlos Eilert: -Podemos? Eu vou ler novamente para lá, olhando para lá. Agora de manhã o regimento estadual da saúde mental que onze e meia acaba o tempo. Ai a tarde primeiro ponto de pauta ouvidoria geral do





842

843

844

845

846

847

848

849850

851

852

853854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864865

866

867

868

869

870

871

872873

874

875

876

877

878879

880

881 882

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

conselho estadual de saúde, em seguida pelo SISMA resolução trinta e seis e trinta e sete não publicada. Seis ponto três aprovação foi retirada, pode retirar daí para nós. Senhor presidente, só um instantinho me deixa ler primeiro ai depois o senhor pede para mudar. Avaliação do pacto de saúde. (Conselheiro Edvande) - Então é nesse item senhor presidente que não é aprovação da metodologia é a apresentação já em si. (Conselheiro Carlos Alberto Eilert) Muito bem, então não é definir a metodologia quer que tire lá para definir a metodologia. Obrigado conselheiro Edvande. Ai o seis ponto cinco. Apresentação pronto. Ai o seis ponto cinco viria definição referente ao parecer da PGE sobre a sumula treze. Seis ponto seis apresentação deliberação encaminhamento referente a resolução que garante diárias para deficientes em viagens. Seis ponto sete apresentação para deliberação das normas técnicas da comissão de comunicação e informação da educação. Seis ponto oito apresentação da estrutura de funcionamento do tratamento dos pacientes dependentes de álcool e drogas. Seis ponto nove a capacitação. E seis ponto dez o artigo sessenta dos casos omissos do regimento. Podemos votar ai? Está legal a pauta assim? Agora pela manhã seria o regimento e íamos almoçar está certo? Ok? Fala. Não vai tirar. Calma. Vamos lá, põe lá Jaqueline para nós. E depois coloca o outro ai. Depois arruma bonitinho. Ok só um instantinho só vou resolver. Olha lá tá resolvido, está bom? A ouvidoria geral, resolução trinta e seis e trinta e sete retira a aprovação do RAG ai para nós Jaqueline que está confundindo. Ai vira seis ponto três avaliação do pacto da saúde apresentação é só uma questão de arrumar os números seis ponto quatro, definição da sumula treze, seis ponto cinco apresentação referente a resolução que garante diária de deficientes de viagens. Seis ponto Conselheira votar assim ou você tem uma modificação? (Lilia) -Ainda não foi acatado o que eu pedi da mudança, eu pedi. (Conselheira Carlos Alberto Eilert) A conselheira Lilian, só um instantinho eu vou entender o que ela está falando. Volta lá Jaqueline. O após a ouvidoria geral a conselheira Lilian gostaria do que é seis ponto cinco virasse seis ponto seis to errado conselheira? Esta correto e seis ponto seis virasse seis ponto quatro ela só quer passar para as duas de baixo resolução e avaliação seja seis ponto cinco e seis ponto seis é isso? Sim, pode ser assim gente? Pode? Sim pode. Vamos votar então gente vamos votar. Em votação pronto em regime de votação os conselheiros que concordam com esta sequencia de pauta se manifestem levantando o braço. Os que concordam nessa sequência vou contar um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, os que concordam com a pauta apresentada com a modificação da conselheira Lilian se manifestem levantando o braço vou contar hen. Um, dois, três, quatro abstenções, na segunda proposta foi mantida a pauta como esta e ai vamos para regimento da conferencia de saúde mental. Áurea - Eu queria agradecer a Doutor Ângelo a confiança e eu queria aproveitar para fazer uma proposta eu não vou fazer a leitura eu explicar para vocês os itens dizendo o que é importante pode ser assim? Conselheiros pode? Você coloca para mim Jaqueline? E ai eu vou passando só os itens principais para vocês porque eu acho que é o que interessa aos conselheiros ok? E ai para a gente deliberar o quantitativo a gente deixou trinta aqui como delegados natos mais vocês delibaram se realmente os trinta vão estar presente na conferencia de saúde mental. O capitulo um é da legislação de referencia do objetivo aqui trata de toda aquela parte burocrática que são as resoluções são as leis que tratam da conferencia é a resolução que fala que chama conferencia que resolução do conselho tem também a do secretario né que chama também conferencia essa é uma conferencia estadual e saúde mental e intersetorial porque ela não é só especifica do sistema único de saúde mais também de outras políticas de assistência e de direito humanos tá é o que trata esse primeiro capitulo. Pode passar da





884

885

886

887

888

889

890

891 892

893

894

895 896

897

898

899

900

901 902

903

904 905

906

907

908

909

910

911

912

913

914 915

916

917 918

919

920 921

922

923 924

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

realização ela vai ter um temário especial a gente ta seguindo o temário da conferencia nacional que o temário central baixa só um pouquinho é saúde mental ao direito e compromisso de todos consolidar ao avanço enfrentar desafios a gente vai seguir os três eixos da conferência nacional a gente vai trabalhar também nesses três eixos né que a nacional vai trabalhar, mais em baixo, vou mostrar para vocês só que é importante tá gente? Pode baixar aqui saúde mental e política de estado pactuar caminhos intersetoriais consolidar a rede de atenção psico-social e fortalecer os movimento sociais direito humanos e cidadania e como desafio ético intersetorial, essa conferência ela tem como proposta os delegados né que são os delegados que os setenta por cento dessa conferência são delegados da saúde que dentro daquela paridade normal, cinquenta por cento usuários vinte cinco trabalhador e os outros vinte cinco é governo e prestador, e trinta por cento desta conferência é a intersetoridade que são todas aquelas entidades que trabalhar diretamente com os usuários de saúde mental residência terapêuticas, direitos humanos, fundação né isso educação área jurídica e todas as outras instituições que tem essa ligação essa articulação e essa mobilização que vão estar dentro desses trinta por cento e trabalhando dentro desses eixos. Pode passar, aqui, nós estaremos trabalhando nessa conferencia como mesas eixos são pessoas falando desse três eixos que a gente colocou ali que são esses eixos da política esse da rede né, que é nosso grande talvez seja um problema que tem em nível de Brasil, que essa rede de atenção de atendimento com relação a saúde mental ou esta questão dos movimentos então vão ser pessoa que vão estar nessas três mesas trabalhando esses grandes temas e vão ser os debates como é de praxe que nas conferências puxando para que as pessoas possam esta fazendo questionamento com relação a esses grandes eixos e após esses eixos nos optamos em trabalhar com grupos temáticos, o que são grupos temáticos? São os grupos específicos por tema então a gente vai montar os grupos temáticos que terão a participação de delegados observadores, convidados e a comissão organizadora que vai estar presente nesses grupos temáticos ok. Como facilitadores. Pode baixar, se achar que esta muito rápida gente vocês falam, aqui dos participantes que é importante essa conferência terá participação de delegados de onde serão delegados eleitos, de onde virão esses delegados eleitos? Esses delegados eleitos eles virão ou de conferência municipais, ou de conferencias regionais ou serão conferência micro regionais que alguns municípios estão reunindo micro regiões porque não tivera condições de fazer municipais ou estão se reunindo por região e isso é uma proposta também da nacional porque não houve possibilidade de fazer todo mundo municipal, não tem recurso financeiro suficiente que esse é uma conferência que veio de supetão a gente não teve nem oportunidade de colocar no PTA que a pouquíssimo recurso reunidos para sua realização então houve essa possibilidade de ser ou municipal ou micro regional ou regional então cada município cada região que há os escritórios dando suporte nesse sentido vão realizar dessa forma esses delegados vão sair ou dos municipais ou das micro regionais ou das regionais os delegados eleitos que virão para essa conferencia, ou teremos dos delegados natos né que a gente esta considerando aqui membros do conselho a gente esta considerando um total de trinta mais vocês senhores estão deferindo se realmente serão trinta ou menos que trinta ai é um dos questionamento que a gente vai fazer proposta no final teremos então também os convidados os observadores e a comissão organizadora tá como participantes dessa conferência. Pode passar, a mesa principal da organização no dia da conferência onde vai ser feita, lida onde vai ter as plenárias, plenária de abertura, onde vai ter as outras plenárias com as mesas é a gente pensou em ela ser presidida pelo secretario estadual de saúde como é de praxe ou um





926

927

928

929

930 931

932

933 934

935

936

937 938

939

940 941

942

943 944

945

946 947

948

949

950

951

952

953

954

955

956 957

958

959

960

961

962

963

964

965 966

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

representante indicado por ele né se for o caso coordenado pela COAPRE, porque a COAPRE é a coordenadoria de ações programada da saúde mental e também juntamente com o conselho estadual de saúde por esta junto conosco nesse processo de realização da conferência tá. Qual que é a estrutura da comissão organizadora dessa conferência? Nós temos, o comitê executivo que composto por uma coordenação geral ou que é a Aurea Lambert é coordenadora geral e nós temos a coordenação de junto que formado por conselheiros né aqui do conselho estadual e mais um representante lá da saúde mental, temos a secretaria geral que é a Ana Boabaid que secretaria geral que daqui da secretaria executiva do conselho e temos as secretarias adjunta eu sou uma delas que represento a superintendência de gestão de pessoas e a outra secretaria é Marivanda que também é da COAPRE. A relatoria geral ficou por conta da escola de saúde publica e outros colaboradores de outras entidades. Pode passar, temos dentro da comissão organizadora as comissões especiais que tem os representantes dos conselheiros a Cida esta numa comissão especial o Orlando esta em outra e a Marivanda esta em outra comissão, nós temos comissão de orçamento finanças e estrutura foi administrativo a cientifica e temático a de informação, comunicação e cultura, a comissão de apoio regional e a comissão de relatoria e nos temos ou comitê consultivo que nos consideramos que comitê consultivo são os senhores todos aqui representados, então qualquer outra questão que for necessária de maior âmbito ela seria remitida aqui para os conselheiros ok. Pode passar das atribuições são aquelas de praxe eu não vou ler uma a uma tá mais elas são elencadas e são as atribuições a cada uma das comissões. Pode passar, aqui é o que já falei dos grupos temáticos e das plenárias de abertura nós vamos ter também um período especifico para as moções. Pode passar, a gente colocou um prazo para que as moções sejam entregues como a nossa conferência ela vai ser realizada nos dias vinte e vinte e um de maio agora existe dentro daquela questão das moções a gente vai receber as moções até dia vinte e um de maio até meio dia até para que elas sejam todas formatadas bonitinha e lida ao final na plenária final para não ter aquele problema que sempre tem quando chega de ultima hora, intervenção Conselheiro Carlos Eilert: Tem um anuncio ali dizendo se alguém tem um prisma com placa de Rondonópolis ele esta precisando colocar uma tenda e ai esta pedindo para retirar o carro que eles estão com um probleminha ai na frente se é daqui ok. Obrigado pode continuar só outro aviso que acabou de chegar toda equipe de saúde de administração na cidade de Tangará esta presa pela policia federal toda, tudo o que vocês imaginarem tudo tá não vou nem entrar no mérito to colocando a noticia como chegou analise como vocês acham que esta na cabeça. Pode continuar. Aurea Aqui nos pisemos uma seção especial que no regimento que para auxiliar a eleição dos delegados da estadual para nacional tá, então para a nacional nós teremos um montante de delegados que eu mostrar para vocês, se podia baixar ai para anexo fazendo o favor pode ir, depois eu volto nesse só para eles olharem, aqui pode abaixar mais, para a nacional nós temos direito só a oito usuários, quatro trabalhadores, quatro de governo e prestadores e cindo da intersetoridade, então nos fizemos uma seção especifica aonde depois da plenária final aprovadas as propostas nós vamos nos dividir os grupos por segmento e ai nos vamos tirar os delegados que irão para a nacional por segmento ai vai ter uma pessoa responsável para esta coordenando os delegados que irão, então nos tiraremos oito usuários, quatro trabalhadores, quatro do segmento governo e prestador e cinco da intersetoriodade que e falei que essa conferência ela tem que ter uma representatividade de trinta por cento da intersetoridade, então agente colocou uma seção especifica para poder estar falando como vai ser procedimento ok. Volta só um pouquinho assim e nós teremos aqui nessa conferência, essa





968

969

970

971

972 973

974

975 976

977

978

979 980

981

982

983

984

985

986

987

988 989

990

991

992

993

994

995

996

997

998 999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007 1008

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

daqui a gente fez um anexo de quais os municípios que vão conseguir fazer, se vai ser municipal vão conseguir fazer micro e qual vai conseguir fazer regional, no total em baixo, nós vamos ter cento e dezesseis delegados da saúde dos sessenta por cento, quarenta e nove da intersoteriodade totalizando, na verdade aumentou porque nós não podemos, a baixada Cuiabana mandou para a gente, ontem a gente não pode atualizar mais houve um incremento de mais nove né? Isso dos onze municípios teve mais alguns municípios que confirmarão a realização então vai para cento e setenta e nove delegados, a gente vai atualizar na nossa conferência, então a gente colocou aqui trinta delegados natos os conselheiros estaduais, indicados não vai ter nenhum, observadores, dez por cento convidados a gente pensou nos regionais. Pode baixar, agente pensou nos escritórios regionais e mais os palestrantes e mais quarenta e cinco da comissão organizadora, então a gente vai ter um total de trezentas pessoas mais ou menos nessa conferência de saúde mental ok ela acontecer a principio aqui no hotel fazenda vinte e vinte e um de maio e a gente já conseguiu junto a secretaria num setor em outro como não tinha uma verba especifica o almoço as coisas que são necessárias hospedagem com alguns setores para poder estar contemplando todo esse pessoal que vai vir de fora, em sumo era isso, o que nós precisamos definir se os trinta delegados natos daqui do conselhos se realmente a gente deixa trinta e nos gostaríamos de solicitar a gravação dessa conferência então de vocês deliberarem com relação a gravação, Conselheira Maria Aparecida Amorim: é que o conselho como parceiro, porque o conselho chamou aqui conferência nos estamos necessitando de alguma questões financeiras e nos precisamos gravar essa conferência para depois produzir os anais ai o conselho poder arcar com esse recurso da gravação tá, na verdade a gente esta buscando parceria, nos estamos precisando de canetas se vocês puderem colaborar com a gente o conselho de psicologia esta ajudando com palestrante então os demais que puderem colaborar nós estamos fazendo essa parceria esse evento ele não tem orçamento como a gente já assim colocou no mais é que nós temos que definir aqui é até por uma questão de otimizar recurso é tanto conselheiro eu acho que especialmente as comissões que são mais relacionadas com essa temática de saúde de tudo mais e os demais conselheiros se fizerem presentes para a gente inscrever os conselheiros para a gente otimizar recursos e fica trinta a gente sabe que nem todos poderão participar então definir os números de quantos poderão participar para a gente fechar aqui. (Carlos Alberto Eilert) Conselheira Cida só uma, gostaria que também colocasse aqui este pleno a grande vitória do conselho regional de psicologia de Mato Grosso não colocou aqui ainda a luta que a senhora desenvolve acho que merece antes de nós começarmos porque era ligado a Mato Grosso do Sul nós ainda da educação ainda somos ligado gostaria que só colocasse ao pleno para deixar registrado aqui, por favor, a senhora como conselheira, Conselheira Maria Aparecida Amorim: - é até o final dessa então eu sou conselheira do conselho regional que Mato grosso Mato Grosso do Sul e nosso conselho federal aprovou a criação da décima oitava região e nos teremos um conselho aqui em Mato Grosso palmas. (Carlos Alberto Eilert) Conselheiro Orlando esta inscrito né Orlando, sim, Lilian também Conselheiro Orlando: - duas coisinhas rápidas é com relação eu não estou na comissão de finanças, to na outra comissão que de divulgação, na comissão de divulgação nos colocamos alguns pontos, seria interessante pelo jeito esta em aberto decide aqui é sobre ainda a parceria, por exemplo, camiseta bolsas caneta e ai embora oferecido não tenha preço eu estava me propondo de fazer o contato com, por exemplo, a stand que trabalha com camiseta a perene que trabalha com material alem de crachá e outra coisas também caneta a gente tem algumas empresas prestam serviços para





1010

1011

1012

1013

1014 1015

1016

1017 1018

1019

1020

1021 1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040 1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

nós caneta e bolsas que a identificação da própria conferência, a conferência através da divulgação alem do que já foi colocado também a bolsa ela marca esse momento a camiseta ela marca esse momento eu não sei como esta a organização da comissão se de repente precisar de alguma força para apoio a gente esta a disposição, e ai reforçar o que a Cida colocou, vejo que é muita vaga, trinta vaga dos nossos conselheiros e de repente a gente pode abrir mão da metade dessas vagas para que a gente não tenha vacância. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: -. Edvande, depois conselheira Lilian, Joao Dourado e Suely, na fala conselheiro Edvande estaremos encerrando as inscrições ok. Conselheiro Edvande: - Estive agora trinta t trina e um na reunião de coordenação de conselheiro em Brasília, eles colocaram a importância dessa conferência, porque existe uma demanda muito grande no Brasil aqui em Mato Grosso então pediu apoio ao conselho estadual, desse apoio para essa conferencia, eu trouxe até um passo a passo entreguei para secretaria executiva entregar para comissão como contribuição da nacional que ele enviaram para colaborar nesse passo a passo realizar essa conferência entreguei para Ana Boabaid, para entregar para comissão, não sei foi entregue. Segundo o que eu quero falar como essa conferência é também uma competência da gestão estar realizando e para secretarias que a comissão pudesse sentar com a comissão de planejamento do orçamento do conselho estadual junto com o gestor novo gestor ver a possibilidade de estar remanejando algum recurso vendo da onde tirar um recurso para apoiar a conferencia. já foi feito?! Então mais ai, eu não estou entendendo a falta de recurso, to dizendo que nesse sentido Conselheiro Carlos Alberto Eilert: calma deixa ele falar primeiro, Conselheiro Edvande: a comissão de planejamento do orçamento não tem conhecimento que não foi consultado, eu acho que ta o Pardal ali a Bia eu, não fomos convidados nem consultados a questão financeira então por isso que eu não tenho o conhecimento desse remanejamento, tá certo mais isso é a minha contribuição eu parabenizo a conselheira a Maria Aparecida por esse trabalho que vem realizando no conselho e parabéns para vocês coloco a disposição enquanto coordenador de plenária de conselheiras eu estou na conferência. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: Inscrito na fala se esqueci de alguém só para completar, Lilian só vou ler os nomes, João Dourado porque daí nós vamos encerrar o período manhã, João Dourado, Sueli e Ana Boabaid, mais alguém deixou de se inscrever? Conselheiro Antonio, João Dourado retira, então só temos os cinco, então Lilian agora depois Sueli. Conselheira Lilia: - Conselheira Lilian da associação Mato-grossense dos deficientes, como a companheira falou que esta com dificuldades financeiras e é este o papel desse conselho, onde todas as ações saúde tudo que a saúde, o recurso da saúde tem que passar por este conselho então esse conselho também tem o papel de fazer com que esse governo garanta essa conferência ajudando ele nas condições do que for possível mais tem que apoiar e fazer com que aconteça então nós aqui nesse momento tem que demandar um documento onde a gente apóia, para que essa conferência começa em sua plenitude então vamos fazer isso aqui dentro desse pleno que é legitimo é o local exato. Conselheira Carlos Alberto Eilert: Obrigado conselheira. Conselheira Sueli, Conselheira Suely - bom dia as todos é Sueli representante dos usuários do MOPS, meu é mais um informe que não está ai e que eu tinha pedido (intervenção) Conselheiro Carlos Alberto Eilert: pode ser o informe a tarde? Porque informe nos deliberamos que vai ser a tarde. Conselheira Suely: - É sobre o seminário de segurança alimentar, Conselheiro Carlos Alberto Eilert: tem que ser a tarde, desculpe mais agora é só saúde mental, é a conferência, os informes que a conselheira Sueli vai fazer a tarde tá garantido a fala sobre a segurança alimentar ok. Conselheira Suely: - Então a conferência aqui eu penso que assim esta bem pautada bem





1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059 1060

1061

1062

1063 1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082 1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091 1092

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

montada parabéns a equipe que esta organizando tá bom e assim a escolha eu não entendi a escolha dos representantes vai ser agora? Né vai ficar para outro momento?(Conselheira Maria Aparecida Amorim: - Eu acho importante que nós saímos daqui com a definição de quem é que vai participar, ou pelo menos, em números...(Carlos Alberto Eilert) - só um instantinho, completou não?!?! Conselheira Suely: é porque ficou claro porque parece que, (Carlos Alberto Eilert) nos vamos colocar aqui ao final da fala de todos ai eu perguntar como nos vamos fazer eu tenho um sugestão ok. Jader ConselheiroJader: bom dia a todos, Jader Correa representante do COSEMS aos dias atrás realizou também nossa conferência fizemos a nossa conferência regional lá no pólo de Tangará e tivemos também essa dificuldade financeira onde a gente fez algumas parceria alguns municípios pediram e nos ajudamos e conseguimos realizar então eu como representante do COSEMS vou levar isso hoje a tarde pedir para que se emita um documento para cada município e para todas as secretarias falando dessa possibilidade da gente conseguir recursos garantir para essas pessoas virem aqui porque eu acho de suma importância a saúde mental do estado de Mato Grosso fosse hoje ela ta um pouco complicado eu tiro isso porque na nossa região lá nos estamos tentando implantar um CAPES para cada município e ta mos tendo essa dificuldade, ainda hoje temos que trazer tudo para cá em Cuiabá, eu acho de suma importância e no que COSEMS puder colaborar junto aos secretários municipais de saúde junto com os gestores garantir não só a presença dos seus funcionários mais também algum recurso que poça amenizar estes custos pode nós iremos fazer obrigado. (Carlos Alberto Eilert) - A gente agradece, acho que vou pedir a sugestão que a comissão procure depois os dados nesse sentido de qual é ajuda que o COSEMS pode dar para a conferência que ainda temos um mês e meio para aconter. Ana Boabaid, e depois o conselheiro Antonio os últimos inscritos. (Ana Boabaid) - Eu queria colocar aqui quando iniciou o processo da conferência eu estava de férias mais assim que cheguei já estava ocupando um espaço de secretaria geral da conferência a ultima reunião a conferência foi mês passado foi muito difícil a questão do orçamento porque não tem a previsão nem nacional nem estadual mais o que Aurea colocou a coordenadora é que conseguiu retirar algum recurso de varias fontes pequenas juntou que esta faltando no momento é só a parte da gravação e que os municípios pela contenção do recurso que não tinha previsão viu conselheira Lilian, então com essa contenção de recurso foi otimizado a quantidade de participante e que realmente os municípios confirmassem os participantes porque o recurso estava bem esprimidinho definido um por um mesmo agora eu só queria colocar pro conselheiro Edvande que o que ele me passou toda a nacional para comissão foi entregue sim conselheiro Edvande eu costumo tentar e repassar tudo que chega para secretaria executiva só que já chegou atrasado porque desde o inicio ele já tinha aquele material. (Carlos Alberto Eilert) - Muito bem o ultimo inscrito conselheiro Antonio. Conselheiro Antonio: - Pois é senhores essa conferência a gente fica olhando assim que situação que chega de fazer uma conferência que tem que acontecer e o estado tem que disponibilizar condições para isto e não é tão caro tão grande assim de repente se encontra ao ponto de ter que estar pedindo, isso é um absurdo uma coisa dessa né, na reunião da conselheiros de proceder a plenária de conselheiros do ano passado foi feito a VI plenária mais passado para essa condição quase que não aconteceu teve estar catando um bocadinho de dinheiro outro aqui outro ali isso é uma coisa feia para o estado essa da saúde mental tem estado que já fez a quarta conferencia isso é uma coisa que tem que acontecer nacional é ordem tem que ser acontecido queria ou não o estado tem que fazer, eu não sei se precisa estar mendigando desse jeito para poder fazer uma conferência de certa forma financeiramente





1094

1095

1096

1097

1098 1099

1100

1101 1102

1103

1104

1105 1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

11241125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133 1134

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

pequena desse jeito isso é muito feio é só essa colocação que eu quero fazer obrigado. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: Muito bem nós precisamos aqui então aprovar ai isso o regimento em relação a escolha dos delegados daqueles que gostarem de fazer parte, eu tenho uma sugestão, se não couber não vai o encaminhamento primeiro porque nos não estamos no total estávamos na totalidade e agora não estamos alguns conselheiros já se ausentaram para o almoço minha proposta era para que no inicio da tarde com todos os presentes ou não nos tiraríamos aqui as pessoas que gostariam de fazer parte até para darmos a oportunidade de quem não esta presente. Conselheira Leila Bobaid: -Questão de ordem nos somos membros natos então não se define, eu acho que seria conveniente que a gente pudesse confirmar presença em tempo hábil. Conselheira Maria Luiza Ortiz: - Questão de ordem eu acho quem esta aqui é porque esta interessado nós temos uma hora para terminar então eu acho que as pessoas tinham que retira agora. (Carlos Alberto Eilert) - Ok então eu concordo com o encaminhamento da conselheira Leila todos nos somos delegados natos o que a comissão quer é que haja um prazo para dizer se você vai participar ou não vai quinze vão e ai um vai conselheiro Edvande disse que vai, eu também vou, Orlando também vai, então vamos, um dois três, daqui dos que estão presentes quantos querem ir? Só um isntantinho com o braço levantado nós vamos anotar, Mázena, Leila, Márcia, João Dourado, Fatima, Raquel, Antonia, Sueli, Maria Aparecida, Aparecida, Edvande, Antonio tá bom é praticamente todos que estão presente. Agora nós vamos votar o regimento Conselheiro Orlando: Carlinho me permite sim senhor, o fato do conselheiro ser membro nato não é justo que a gente fica ocupando a vaga para assim participar definir aqui quem vai participar e abrir mão dessa vagas é questão de recurso. Carlos Alberto Eilert: - Está aqui. Aconteceu vamos contar. Conselheiro orlando: - Porque era membro nato tinha que garantir os trinta. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Não, não, não. Mas a proposta. Conselheira Leila Boabaid: – eu não disse isso Conselheiro, eu disse que membro nato é garantido, agora que seria de bom ouvinte que todo mundo confirmasse presença, para que otimizasse o recurso. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: Aqui estão todos aqui. A tarde para não dizer que não houve isso, eu tenho que colocar para ver quem que está a fim de participar. Não, à tarde. Mesmo não estando aqui presente para não dizer assim a o conselheiro é nato mais alguém vai participar da conferencia de saúde mental? Se não aparecer mais ninguém no período da tarde, acabou. São os que aqui se inscreveram que colocaram o seu nome para a conferência. Ok? Intervenção – Ana Boabaid - Eu queria colocar uma observação, para os conselheiros verificarem também antes da gente garantir essas vagas se eles não estão em capacitação esses dias. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Ok? Por favor, verifiquem. Bom, pessoal precisamos aprovar o regimento. Os Conselheiros que concordam com o regimento que aqui foi aprovado, por favor, se manifestem levantando o braço. Vamos contar né Ana. Dezoito. Contrários? Abstenções? Com nenhuma abstenção, uma abstenção? Com nenhuma abstenção e nenhum contrario e por dezenove votos favoráveis foi aprovado o regimento. Senhores, bom dia. Intervenção Maria aparecida Amorim: - Só falta uma questão. aprovar também a gravação. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - ah, sim. Há uma solicitação de gravação a mídia não a os conselheiros que concordam que seja feita a gravação Conselheira Maria Luiza Ortiz: com o dinheiro de onde? (Carlos Alberto Eilert) - do recurso do conselho estadual de saúde, não gente a gestão é que tem que bancar a conferência gente, esta equivocado se daqui a pouco a gente for começar bancar tudo, essa conferência o conselho tem que fazer o seguinte nos temos que cobrar da gestão para garantir gente é o nosso papel, a gente ta fazendo o papel do outro





1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143 1144

1145

1146

1147 1148

1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160

1161

1162

1163

1164

1165

1166 1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

aqui agora não podemos não...Conselheiro Orlando: para esclarecimento, só um instantinho, tem uma comissão cuidando disso nós aprovando que vai fazer a gravação a comissão vai cuidar disso, ou seja, essa conferência tem que ser paga pela secretária de saúde. Conselheira Maria Ortiz: É isso que é o papel... Conselheiro Orlando: se a gente aprovar aqui que vai ter a gravação essa comissão vai buscar o recurso para isso e se não aprovar não tem como. Carlos Alberto Eilert: - Estamos esclarecidos? Muito bem os que concordam com o posicionamento ficar bem claro colocado pelo conselheiro Orlando, por favor, se manifestem levantando o braco, os que concordam, vamos contar, contrários, abstenções, quatro abstenções ok muito bem temos a parte da manhã. Conselheira Lilia: é uma questão de ordem - senhor presidente antes de encerrar só com a condução da votação, eu gostaria de fazer um pedido de esclarecimento que toda vez que tem uma votação dependendo da votação só muda como se conduz, um momento senhor presidente pede para levantar a mão, no outro momento o senhor fala permaneça como esta, da melhor forma possível para não confundir que dessa vez o senhor falou assim se manifestem todo mundo se manifestou da outra vez o senhor se manifestem quem for favorável quem não for favorável permaneça como esta usar só uma metodologia que é para não confundir nós porque confunde muitos conselheiros falaram para a gente que estão confuso como o senhor esta falando e eu mesmo estou. Conselheiro Carlos Eilert: Eu vou acatar a proposta da conselheira mais eu vou dizer o seguinte todas a vezes que eu coloco aqui manifestem levantando o braço eu tenho certeza que eu peço para levantar o braço até que como uma forma da gente fazer alguma atividade. Conselheira Lilia: Ai correto correto é uma questão de que quando o senhor fala que permaneça como esta, você usa duas metodologia, Coselheiro Carlos Eilert: eu não, nunca usei e tenho quase certeza absoluta... Conselheira Lilia: o senhor pode pedir para ler a ata novamente. Conselheira Maria Aparecida Amorim: só um minutinho pessoa eu queria agradecer a presença de todos da equipe técnica e dizer que ontem eu fui na conferência de Várzea Grande e tinha duzentas pessoas na abertura da conferência o salão lotado com usuários trabalhadores e gestores e dizer que esse movimento da saúde mental por mais que aconteça ou deixa de acontecer ele é um movimento pulsante dentro da saúde que a gente deve reforçá-lo cada vez mais obrigado todos, obrigado pelo pisis pelo assistente sociais e por tudo mais. E ai pessoal bom dia a todos voltamos as quatorze horas... Conslheira Leila Boabaid: mais gente vamos subir um ponto de pauta tem vinte minutos para o almoço... Conselheiro Carlos Eilert: sinceramente o almoço esta colocado, já são onze e quarenta as quatorze horas até porque o próximo ponto de pauta é solicitação da ouvidoria nos estamos com uma solicitação de um ONG aqui para fazer uma explanação do que esta acontecendo no conselho municipal de saúde é outro já? Mais isso teria que ser lá no final la nos informes como sempre foi colocado aqui nessa reuniões ou estou errado? Não é nos estamos em processo com pontos de pauta ok . Então as quatorze horas estaremos retornando. Nada mais havendo a ser deliberado pelo Pleno, neste período a reunião fica SUSPENS as 11:40 horas.

As quatorze horas o vice presidente retoma a reunião. Vice Presidente Carlos Alberto Eilert: como já temos quorum, Pessoal, vamos dar inicio ao horário da tarde. Podemos começar? Queremos registrar aqui a presença do nosso novo Secretário Estadual de Saúde que neste momento, eu como vice-presidente, o doutor Augustinho falou que estaria aqui, mas infelizmente não está, e como vice-presidente do Conselho, hoje peal manhã presidindo os trabalhos e como manda a lei complementar vinte e dois, ainda, o secretário de saúde é o nosso presidente nato do Conselho Estadual de Saúde. Então bem vindo doutor Kamil esperamos que seja uma boa parceria como sempre temos com os





1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185 1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206

1207

1208 1209

1210

1211

1212

1213

1214

1215

1216

1217 1218

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

secretários de saúde e deixar a palavra aqui a senhor enquanto Presidente do Conselho. (Kamil Hussein Fares) – Boa tarde a todos novamente, quero dizer para vocês que foi com muita satisfação que eu assumi o cargo de Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso, satisfação essa traduzia pela vontade de fazer mais ainda pela saúde do estado. Acabo de deixar a direção da Unimed Cuiabá na qual fiquei por seis anos, e eu sei que a saúde publica é um desafio e uma necessidade para todos nós, não só de Cuiabá, de Mato Grosso, como do Brasil inteiro. Todos nós temos acesso às noticias nacionais e internacionais e nós vamos chegar hoje no país que é o mais rico do mundo que é os Estados Unidos e eles tem cinquenta milhões de pessoas à margem da sociedade com relação à saúde, nem o governo dá cobertura e nem os planos e realmente são considerados à parte. Eles fizeram um plano de saúde nacional lá, muito parecido com o nosso, e nós vamos perceber que a saúde hoje cada vez é mais complexa e cada vez necessita de mais recursos. Esses recursos nós precisamos otimizar para que possamos atender a todos de uma forma digna. Então nossa função na secretaria de saúde, pelo menos até o final do mandato do atual governo Sinval Barbosa, nós temos um trabalho hercúleo para fazer, um trabalho muito grande, mas muito mesmo. Tanto é que nós estamos correndo nesses dias, e eu acho que nos próximos trinta dias para que nós possamos atender de imediato a necessidade da população, tanto do interior estado como da cidade de Cuiabá. Nós temos um CPI que quantificou mais ou menos cento e vinte mil pessoas que tem necessidade de atendimento quer seja de consulta especializada, quer seja exame laboratorial quer seja exame radiológico e quer seja procedimento cirúrgico e esse pessoal está ficando praticamente encurralado, por quê? Porque Cuiabá é gestão plena e ela que está com autonomia para atender toda população de Mato Grosso na alta complexidade, função essa que antes era do estado. Quer dizer, o estado fazia a regulação, os pacientes que vinham do interior eram regulados pelo estado e ele tinha convenio com hospitais, com laboratórios, etc. hoje com gestão plena, tudo depende do município de Cuiabá, então no pacto que foi feito uma parte dos recursos da fonte cento e doze que são recursos federais, são repassados, tira um pouco de cada cidade e repassa direto para o município de Cuiabá e Cuiabá teria a responsabilidade de fazer esse atendimento. Nós tivemos uma reunião com o Secretário Maurélio ontem propondo uma co-gestao da saúde para que nós pudéssemos compartilhar esse atendimento, mesmo não tirando dinheiro do município de Cuiabá que é a fonte doze que os municípios repassam para Cuiabá. Então seria recurso basicamente do próprio governo que dada a necessidade emergencial de atender a população o governo vai tirar recurso de algum lugar, para que nós possamos fazer esse atendimento. Isso é um sinal de boa vontade muito grande de o governador acertar, e acertar porque a coisa mais digna que existe hoje é a gente cuidar do semelhante que está sofrendo, necessitado e sem condições de atendimento. Nós temos muita gente morrendo hoje porá falta de atendimento e por falta de hospital. Infelizmente isso vem acontecendo, não só em Mato Grosso, mas também no Brasil inteiro, e que se acentuou em função desses três últimos anos o município estar pleno e ele não estar conseguindo atender de Cuiabá, quiçá a demanda do interior. Eu fiz questão de vir hoje nessa primeira reunião, digo para vocês que eu entendo de saúde, mas eu não entendo ainda da burocracia da saúde, e eu criei um lema dentro da própria secretaria dizendo que a vida não pode esperar o papel, infelizmente hoje ela depende do papel e morre por causa do papel. Isso, todos nós somos pessoas esclarecidas e temos conhecimento desses fatos. Dizem que o que os olhos não vêem o coração não sente, isso até é verdade porque a gente assiste televisão e vê gente morrendo, ninguém mais derruba uma lagrima pelos semelhantes que estão morrendo, mas quando a





1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227 1228

1229

1230

12311232

1233

12341235

1236

1237

1238

1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247

1248

1249

12501251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259 1260

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

gente vê um parente um conhecido acontecer esse tipo de fatalidade com ele, realmente nos toca muito. Então eu sempre vejo alguém como se fosse um parente e isso é muito importante para que a gente não perca a nossa sensibilidade com relação aos nossos semelhantes, não podemos apenas chorar pelos nossos devemos pelo menos ter compaixão dos outros. Essas palavras podem ser interpretadas de diversas formas, como demagogia, como populismo, como qualquer coisa, mas eu posso dizer para vocês que são palavras sinceras porque é o que eu a minha família, minha esposa temos feito nesses últimos anos do nosso tempo de relacionamento quer seja dentro de empresa, quer seja na Unimed, quer seja em trabalho voluntário, porque nós achamos que praticar aquilo que nossa religião o Deus é único, nós somos Mulçumanos e na religião Mulçumana diz o seguinte: Tudo que você faz de bem é credito para você, tudo que você ignora ou faz de mal é debito. Eu falo para Ivana assim, Ivana a minha memória está falhando, e ela falou tenho certeza que não. Eu disse falha, eu esqueço muita coisa, e ela disse assim, você esquece quem te deve? Falei não. Então sua memória está boa. E na verdade, Árabe gosta muito de trabalho, gosta muito de, e a gente fazer o bem, o nosso espirito se sente melhor. Vocês podem ter certeza absoluta que Deus está aqui dentro de nós, de diversas formas, então fazer o bem, faz um bem pra gente também, fazer o mal, ignorar, faz mal. Para gente também, por isso que tem muita gente depressiva, muita gente que está afastada da religião, muita gente que está afastada da família, muita gente que vai trabalhar indisposta, é porque perdeu algum tipo de contato interior que significa dar razão para viver. Então basicamente, a gente precisa ter motivação para viver e essa motivação nos torna felizes, porque nós nos sentimos úteis, tanto pra gente como pra nossa família, como pra outras pessoas. Eu quero aprender muito, acho que nessa semana que passou e nessa aqui a gente evoluiu bastante como aluno, tem algumas siglas, mas é muita sigla e é muita coisa para aprender. E eu quero dizer para vocês que eu vou ser um bom aluno, só espero que não ma dêem nota baixa, pelo menos nos primeiros tempos. Obrigado a todos, gosto muito de estar aqui, tudo que a gente faz a gente tem que gostar, e eu sempre acho que reunião de pessoas diferentes faz muito bem, porque a gente está sempre aprendendo alguma coisa a mais. Obrigado a todos e uma boa tarde para todos nós. Eu só vou precisar sair lá pelas três e pouquinho que gente tem participado muito de reuniões de elaboração, não só do PAC que está quase pronto que vai beneficiar Mato Grosso inteiro via estado, mas também dos próximos projeto dos quatro anos, eu sei, eu já aprendi que se não tiver projeto não tem dinheiro, então nós vamos fazer projeto para que o Governo Federal mande dinheiro para o estado de Mato Grosso. Conselheiro Carlos Alberto Eilert - Muito bem. Bom eu acho que agora nos poderíamos passar aqui para que cada Conselheiro se apresentasse na formação do Conselho Estadual de Saúde e quem ele representa para o Doutor Kamil saber, ok? Podemos começar lá pela Conselheira Márcia? Por favor, o microfone. Conselheira Márcia Regina: Boa tarde Secretário, eu sou do segmento dos usuários, aqui oi. Do segmento dos usuários meu nome é Márcia Regina, eu sou do núcleo de estudo da mulher, NEON. Conselheira Clélia: Boa tarde, seja bem vindo secretário, meu nome é Clélia represento segmento do usuário também o Núcleo de Estudo e Organização da Mulher, NEON, eu acredito também muito Secretário na lei de causa e efeito, então eu acho que sempre essa reflexão é muito bem vinda no meio de nós. Conselheiro Antonio Cordeiro: Boa tarde, eu sou Antonio Cordeiro da Associação do Pacientes Renais e Transplantados do Estado de Mato Grosso, desejo boas vindas ao Senhor. (Kamil Hussein Fares) – Antonio, já estamos projetando rapidamente o reinicio dos transplantes em Mato Grosso. (Antonio Cordeiro) - Muito bom, e uma luta muito grande que nós temos e sofrimento da classe





1262

1263

1264

1265

1266

1267

1268

1269 1270

1271

1272

12731274

1275

12761277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290

1291

12921293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301 1302

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

muito grande. E quando a gente ouve o Senhor fala em Deus primeiramente, isso é muito bom. Porque as vezes, nem sempre, como diz o ditado, o branco no preto se resolve as vezes é preciso ter parte do coração para resolver algumas coisas, porque se a gente deixar só na lei escrita a lei é cega e a vida não é cega, a vida quando se vê já foi. Então é preciso ter em Deus para poder agir, às vezes passar por cima de certas coisas, até contrariando algumas identidades, má vontade, algumas idéias, os idealismos, mas o principal é a vida, obrigado. Conselheiro Bermoro: Boa tarde Secretario, meu nome é Bermoro represento o condisi Conselho Distrital de Saúde, e meu muito obrigado. Conselheiro Edvande: Edvande, representante dos Movimentos Negro, no momento que represento o GRUCON e o SENEG aqui nesse Conselho. Eu desejo, Presidente, seja bem vindo a esse colegiado e que o senhor tenha sucesso no período da sua gestão, do seu mandato. Conselheira Alzita Ormond: Boa tarde a todos e a todas eu sou Alzita Ormond e represento o Sindicato da Saúde e Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso. Eu quero aproveitar e plagiar a palavra do Doutor Scala, que casa certinho com o que o Doutor Kamil falou. Tem gente morrendo por falta de papel. Conselheira Maria parecida Amorim: Boa tarde, meu nome é Maria Aparecida de Amorim Fernandes sou representante do segmento de trabalhadores do Conselho Regional de Psicologia e gostaria de dizer quando eu soube que o senhor assumiria essa pasta, eu disse o seguinte, eu não conheço esse profissional. Aí me disseram assim: ë um homem muito inteligente, e eu pude constatar pela suas palavras que essa qualificação é verdadeira, porque eu acredito muito na coisa concreta. Às vezes os papeis são necessários, mas enquanto você fica regulando um paciente, ele morre esperando essa regulação. Então, muito obrigado por o senhor estar aqui. Conselheira Jucelia: Boa tarde, eu sou Jucélia represento o segmento dos trabalhadores do Conselho Regional de Serviço Social que quero desejar boas vindas para o novo Secretario e que o senhor tenha êxito na condução da política de saúde deste Estado. Conselheira Suely: Boa tarde a todos boa tarde Senhor Presidente, eu sou a Suely do Movimento Popular de Saúde, e como o Senhor disse à pouco que é um defensor da vida o movimento popular também é um defensor da vida e da prevenção e da promoção da saúde e com estas palavras eu quero dar boas vindas. Conselheira Antonia Lúcia: Boa tarde secretario, meu nome é Antonia represento o segmento do usuário e sou do FEMAB, Federação Mato-grossense de Associação de Bairros, seja bem vindo. Conselheira Maria Luiza: Boa tarde, o meu nome é Maria Luiza e represento a FUNASA e também gostaria de dar as boas vindas e, eu sou usuária da Unimed e acompanhei o avanço da Unimed na sua gestão. Gostaria imensamente que todo o desafio que teve diante dessa administração, Unimed, poderia também contarmos com a sua, né? Como administrador, porque uma das coisas que eu sempre tenho colocado neste Conselho é sobre a questão de indicadores, eu não acredito que uma administração ela pode se dá sem pelo menos avaliar aquilo que é feito, até para os gastos, como administração pública é dado em cima de indicadores, então gostaria que, acredito nos técnicos que essa gestão tem, são pessoas de gabarito, mas talvez estejam em locais não muito adequados. Então o Senhor tem esse Conselho como uma instancia que poderá, o que a gente sempre coloca na comissão que a gente faz parte que a gente visita os municípios mensalmente, de que o Conselho não é inimigo da Gestão, pelo contrario, são representantes da sociedade que podem estar apontando os caminhos para que efetivamente os usuário receba com dignidade aquilo que a Constituição está dito. Então eu quero dar as boas vindas também e pode contar com a gente. Conselheira Raquel: Boa tarde, meu nome é Raquel Maria sou do segmento usuário, represento a Associação Mato-grossense de Deficientes, AMDE. Conselheira Lilia Suely: Boa tarde, meu nome





1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311 1312

1313

1314

13151316

1317

1318

1319

1320

1321

1322

1323

1324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331

1332

1333

13341335

1336

1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343 1344

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

é Lilia Suely, segmento usuário represento também a Associação Mato-grossense de Deficientes, gostaria de dar boas vindas ao Presidente. Conselheira Mázena: Boa tarde a todos, meu nome é Mázena, eu sou representante dos prestadores de serviço da Federação dos Hospitais Filantrópicos do Estado de Mato Grosso. Conselheira Leila Boabaid: Boa tarde Presidente seja bem vindo a esse Pleno, meu nome é Leila Boabaid e sou do segmento do Governo. Conselheiro Paulo Roberto: Boa tarde Presidente, Paulo Roberto Araújo representante do Poder Executivo. Conselheira Ingrid Handell: Boa tarde Secretário, Ingrid Handell também do segmento governo representante neste Conselho e queira dar boas vindas ao Senhor neste Pleno, sucesso. Conselheiro Jader Correa: Boa tarde Secretário, presidente da Mesa também, sou Jader Correa, sou gestor do município de Nova Marilândia e represento aqui o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de Mato Grosso e tenho certeza que além de lhe dar as boas vindas, todo mês a gente vai estar junto ns reuniões da Comissão Intergestora Bipartite de gostaria de ressaltar que, durante esses anos que a gente participa, a Secretaria de Saúde e CONSEMS sempre teve um ótimo relacionamento, caminhamos sempre juntos no bem estar da nossa saúde. Desejo sucesso nos andamentos da saúde do Estado de Mato Grosso e que as coisas comecem a melhorar para nós, muito obrigado. Conselheiro Antonio Pizza: Boa tarde Secretário meu nome Antonio Pizza, segmento usuário, represento o Sindicato de Mineração do Estado de Mato Grosso. Conselheiro Ângelo: Boa tarde colega Kamil, para mim é um prazer duplo saber que você assumiu a Secretaria de Estado da Saúde e acredito que no seu trabalho você dará todas as mudanças qualitativas e quantitativas semelhantes a que você fez na nossa Unimed, é por isso que eu acredito na sua administração futura, difícil, mas eu espero que você tenha visão sistêmica, acho que o nível que mede alta complexidade são fundamentais, são necessárias, são emergências impressionante nesse Estado, mas eu espero que você dê uma olhada com todo carinho para a Atenção Primaria à Saúde, porque com essa visão global você vai verificar que inúmeros problemas que estão lá em cima é porque não foram resolvidos inicialmente aqui em baixo. Muito prazer e muito obrigado aí pela atenção. **Presidente Kamil Hussein Fares:** – Eu queria dizer para você se a Atenção Primaria for muito bem feita e a nossa população um pouco mais educada para ficar mais responsável com a sua saúde, porque ignora muito, com certeza não vamos ter as grandes patologias que nós temos hoje que tem um custo muito alto. Eu trabalhei dez meses no Julio Muller como voluntário no setor de mama e me deixou muito triste porque entre a paciente consultar e conseguir fazer a cirurgia se passavam dez meses e dez meses significam quinze anos a menos de vida. Isso não é justo, isso é muito fácil e muito barato. O acesso às vezes, à prevenção hoje ele está muito dificultado, pra você ver, isso eu estou falando de dez anos atrás, doze anos atrás quando fiquei lá como voluntário, e isso nos entristece muito, é uma mãe, é uma esposa que perde uma boa parte da vida produtiva dela em função de um diagnostico tardio, estaticamente isso é comprovado, porque as pacientes que têm plano de saúde têm diagnostico precoce, tratamento precoce e uma cura e uma longa sobrevida. Por isso que eu digo que nós estamos hoje com dois Brasil, o Brasil dos que podem, dos que tem plano de saúde e o Brasil dos que não podem e não têm plano de saúde. A diferença de sobrevida, estatisticamente, é brutal, brutal porque quem tem plano de saúde em vinte e quatro horas está com um istenti, e se você infartar hoje, na rede pública para você por um stenti a dificuldade é enorme, é uma dificuldade assim, que não dá mais tempo às vezes de socorrer. Conselheiro Leandro: Boa tarde Senhor Presidente sou dos prestadores de serviço, representamos todas as entidades de saúde do estado de Mato Grosso, através do SIDESMAT.





1346

1347

1348

1349

1350

1351

1352

13531354

1355

1356

1357 1358

1359

1360

1361

1362

1363

1364

1365

1366

1367

1368

1369

1370

1371

1372

1373

1374

1375

13761377

1378

1379

1380

1381

1382

1383

1384

1385

1386

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Desejamos ao Senhor, boas vindas. Conselheiro Carlos Bazan: José Carlos Bazan segmento ambiental, pessoal ma chama de Pardal. Senhor Secretário e Senhor Presidente do Conselho, como Conselheiro sou parceiro dessa Secretaria na política de saúde elaborada pela Conferencia de Saúde do Estado. Quero dizer também, Senhor Presidente, e Senhor Secretário, que sou parceiro na política de saúde, tendo como base o orçamento único do sistema de saúde, sou parceiro do Senhor em deliberar as questões sobre coordenação, gestão, normatização e acompanhamento de ações e servicos de saúde. Senhor Presidente, Senhor Secretário, sou parceiro do Senhor em deliberar sobre contratos, convênios com os serviços privados. Sou parceiro também do Senhor para deliberar sobre critérios e padrões de qualidade, parâmetros de assistência e melhor resolutibilidade das ações e serviços de saúde. Bem vindo a este Conselho e deixe-nos sermos parceiros do Senhor. Boa tarde Senhor Presidente e Secretário Estadual de Saúde. Conselheira Marivanda: Mariyanda, eu represento segmento trabalhador, sou suplente, conselheira suplente e represento o Conselho Regional de Medicina Veterinária, quero dar boas vindas ao Senhor e desejar que tudo o que o Senhor fizer o Senhor aja com o coração nessa visão que o senhor tem de saúde e experiência. Porque nós precisamos de aliados nessa luta do Sistema Único de Saúde. Eu acredito que o Senhor vai conduzir os trabalhos, tanto aqui no Conselho como na Secretaria, com muita propriedade, por ter também uma equipe montada capacitada para isso. Não acredito só no Senhor, mas na sua equipe também. Eu acho que nós temos que valorizar aqueles que nos retaguardam, que estão ao nosso alcance e que podem estar nos ajudando também. Muito prazer e que o Senhor tenha uma boa gestão. Obrigado. Presidente Kamil Hussein Fares - Obrigado Marivanda, eu só queria que você não me interpretasse assim como egocêntrico e egoísta. Você sabe que uma andorinha só não faz verão e um exército de um general não ganha guerra. Então, na verdade, o que nós precisamos é nos unir em torno desse ideal e todos nós aqui já somos um grande exército e juntos eu tenho certeza que nós vamos poder compartilhar boas idéias, boas propostas e executáveis. Conselheiro João Dourado: Boa tarde Senhor Presidente e demais Conselheiros, técnicos, companheiro Fabiano, e desejar sucesso ao Senhor e a toda equipe, que realmente possamos aí conjuntamente, resolver, prioritariamente, a essa fila enorme que esta ai a espera de tratamento e e exames e talvez com o tempo a gente possa discutir a saúde na sua complexidade. O senhor tem o espirito público de debater aqui e que nós possamos avançar na saúde do Estado. Parabéns. Joao Luiz Dourado estou aqui representando a Central Única dos Trabalhadores. **Ouvidora do CES Edna Marlene:** Boa tarde a todos os Senhores Conselheiros, Senhor Presidente, Secretário de Estado, Senhor Vice Presidente, Senhores Usuários aqui presentes também e a equipe técnica. Eu quero desejar sucesso para o Senhor porque eu sei que é árdua essa missão, o Senhor já tem um diagnostico, uma radiografia de todo o sistema de saúde e como o Senhor disse, primeiramente, Deus em primeiro lugar, ele que direciona todas as nossas ações. Quando a gente tem o comprometimento é muito mais importante, então é assim o Sistema único de Saúde, é conferencia é Conselho é gestão. O quê que significa isso? É população, é comunidade, organizações governamentais, não governamentais, prestadores, trabalhadores, usuários Então é toda uma sociedade uma população, dos municípios que a gente tem sofrido muito, porque frente da Ouvidoria a gente tem demonstrado todas essas dificuldades como já foi apontado aqui. E tenho certeza que unidos, Conselho e todas as instancias vão poder garantir resolutividade diminuindo a dor e o sofrimento das pessoas que estão nessa enorme fila, sem saber quando que vão poder ser atendidos. Secretária Executiva do CES: Boa sorte. Boa tarde Doutor





1388

1389

1390

1391

1392

1393

1394

1395 1396

1397

1398

1399 1400

1401

1402

1403

1404

1405

1406

1407

1408

1409

1410

1411

1412

1413

1414

1415

1416

1417

1418 1419

1420

14211422

1423

1424

1425

1426

1427

1428

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Kamil, Presidente do Conselho Estadual de Saúde. Ana Maria Boabaid, estou como Secretaria Executiva, sou Secretária Geral do Controle Social de fato e não de direito que eu tenho um processo tramitando que é a súmula treze. Isso aí também vai ser discutido, inclusive hoje no Conselho. Eu costumo falar que o SUS ele é holístico, porque tem a bola que nós temos a representação de vinte e cinco por cento de trabalhador, vinte e cinco por cento de governo e cinquenta por cento de usuários no qual todos são comunidade, né? O trabalhador, o usuário, o governo e o povo, então o objetivo desse modelo fazer essa bola rodar para o bem comum que é a saúde do povo. Seja bem vindo, e se precisar contar com a gente nós estamos aí para trabalhar. Conselheiro Carlos Eilert: Muito bem, eu acho que agora falto eu. Sou Carlos Alberto Eilert, Carlinhos porque é mais fácil, doutor Kamil, sou professor da Universidade Federal, estou aqui representando o segmento trabalhador de saúde como membro titular da área da Educação Física. Dizer para o Senhor que é importante quando a gente vê a forma, e como foi o próprio elegio da Conselheira Maria Aparecida colocou da inteligência e vemos dessa forma porque também sou usuário da Unimed. Mas é importante eliminarmos as filas, mas o nosso Estado hoje tem uma CPI e em nenhum momento nesta CPI eu estou vendo a prioridade da atenção básica da saúde, nós estamos preocupados em comprar o hospital, trabalhar a alta e a média complexidade, mas o investimento de dizer assim, nos temos que fomentar o Programa de Atenção Básica à Saúde a CPI não está preocupado neste sentido, eu acho que nós temos, e a Secretaria Estadual de Saúde deve ter este primeiro principio como o Senhor acabou de colocar antes, e, acredito também que valorizar o técnico da secretaria de saúde nos principais cargos que por aí foram qualificados, daria a vossa gestão, dentro daquilo que enquadre no seu perfil de trabalho, que nós temos a maioria dos técnicos da nossa secretaria de saúde atuando junto com o Senhor, uma maior agilidade e uma maior importância. É nesse sentido que é importante o vosso apoio aos servidores, ouvir os servidores do quadro porque o complexo é grande, nós temos uma quantidade enorme na nossa secretaria, dezessete regiões e dizer, para nós do Conselho, pelo menos, o nosso mandato está prorrogado até maio, deveremos ter novas eleições, poderemos ter novos Conselheiros, ou vamos para uma disputa aí, entre os trabalhadores da saúde, que enquanto estivermos aqui nós queremos ser o parceiro como o Pardal acabou de colocar e todos os companheiros presentes. Parceiros estes na universalidade dos SUS, na integralidade, equidade, participação da comunidade, descentralização e regionalização e hierarquização, eu acho que é para isso que estamos aqui para ajudar o senhor. Então, bem vindo à Secretaria Estadual de Saúde, e aonde nós pudermos contribuir em nome do próprio hospital primeiro é o Hospital Julio Muller, nós estaremos aí, tá ok? E aí eu gostaria de apresentar ao Senhor todos os servidores do Conselho. Nós temos aqui a Rosane que é nossa assessora jurídica, Lúcia da Secretaria Executiva, Ivan, Lindimar e eu acho que está faltando Jaqueline, Jaqueline. Seu Mário está quietinho lá no fundo mas é um trabalhador, Tiago que está na Ouvidoria. Então nós temos todos esses colaboradores, vou dizer para o senhor que não sei se muitas vezes é suficiente esses colaboradores. O senhor vai escutar muito choro deste Conselho dizendo que nós precisamos de pessoas, até porque nós precisamos até naquilo que a Conselheira Maria Luiza falou, trabalharmos os indicadores para poder ajudar a vencermos essa grande batalha que é a atenção primaria em saúde como o senhor colocou, eu acho que é importantíssima a sua fala que podemos sentir que o SUS, o Estado e o cidadão de mato Grosso vai ter, Senhor Secretário, aquela preocupação de podermos atender a população com dignidade e o atendimento seja resolvido. Muito obrigado e parabéns por estar aqui com a gente. Presidente Kamil Hussein Fares - Obrigado a





1430

1431

1432

1433

1434

1435

1436

1437 1438

1439

1440

1441 1442

1443

1444

1445

1446

1447

1448

1449

1450

1451

1452

1453

1454

1455

1456

1457

1458

1459

1460 1461

1462

1463

1464

1465

1466

1467

1468

1469 1470

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

todos pela recepção fiquei muito contente de saber que eu estou com pessoas de boa índole, de bom coração e que acredito em sonhos que podem se tornar realidade e esse sonho é imperioso dentro de nós. Ontem eu estava na escola e contei uma historinha lá sobre um desafio que houve numa população de pequenos animais, olha quem subir naquilo lá vai ganhar um pote de ouro, e o pessoal saiu igual a maluco, e aquilo escorregava e descia e todo mundo lembrava lá embaixo, você não vai conseguir, você não vai conseguir, olha tenho água aqui, tenho suco, tenho não sei oquê e o pessoal subia, subia e de repente olhava descia e todo mundo, olha tem suco, tem bolinho tem não sei oquê e o pessoal ia descendo. E tinha um que ia subindo, e ele subia, subia e o pessoal gritava, olha vem aqui tem um premio, desce, não sei oquê, não deu bola para a turma e continuou subindo e chegou no pote. E aí ele desceu com o pote e disse, olha, porque que você não desceu? Todo mundo aqui gritando e ele não respondeu nada, sabe o quê que ele era? Surdo. Então às vezes a gene tem que ficar surdo às tentações e não ficar ouvindo que nós não podemos, é possível sim. Igual ao presidente dos Estados Unidos falou, nós podemos, e podemos mesmo, basta querer, porque se a gente quiser a gente faz uma revolução aqui dentro. Você falou em indicadores, ninguém trabalha sem indicadores, como é que eu vou tomar uma decisão, se eu vou atacar sarampo lá em Guarantã, sei lá onde. De que adianta eu mandar uma vacina qualquer lá se eu tenho malária? Então na verdade isso se gasta muito porque as cidades elas são diferentes, as doenças são diferentes, as epidemias são diferentes. Então se cada um for mapeável e a gente até já está pedindo algumas informações, se a gene conseguir mapear Mato Grosso que não é tão grande, é grande em extensão, mas não é grande em população ainda, é capaz que a gente consiga realmente fazer uma boa medicina preventiva, inclusive vacinar todo mundo, cuidados higiênicos. Ontem eu fui receber um premio e sentou perto de mim um pastou. Falou, doutor, se o senhor conseguir dar filtro e vaso sanitário o senhor vai diminuir uma grande quantidade de doenças, quer dizer, de uma pessoa que convive, convive onde? Exatamente no extremo da nossa população carente. Pela cabeça de quem que passou que a gente com um filtro, tem uma história antiga só para mim encerrar, eu gosto de falar mas, para vocês verem a necessidade, o quê que é importante a higiene, a higienização das mãos, teve um parto de uma grávida que era gemelar e antigamente era tudo parteira, nasceu o primeiro e ela viu que tinha mais um, com a mão cheia de sangue, ela foi e lavou a mão com água e sabão, o melhor sabão para hieginizar é o de coco. Quanto pior o sabão, melhor a higiene, ela lavou a mão, o primeiro nenê teve o mal dos sete dias, esses que vocês conhecem que é tétano, o segundo não teve nada. Qual a diferença entre o primeiro e o segundo? A lavagem das mãos. Então muita infecção entra pelas mãos, a gente passa a mão dia inteiro em tudo que é lugar, no dinheiro, no ponto, ali no celular, não sei aonde e esses cuidados são básicos. Quanta gente sabe que lavar as mãos é importante para evitar doenças? Então esse trabalho de medicina preventiva ela é muito educativa também alem do aspecto de vacinas e medicação, etc. Presidnte Carlos Alberto Eilert: – Eu acho que vou ter que começar a conduzir, né? Nós temos aqui agora como primeiro ponto de pauta a Ouvidoria, como foi acordado pela manhã. Conselheira Maria Luiza: Só uma questão de ordem, Carlinhos, até porque o Presidente vai se ausentar, eu gostaria de pedir a esse Pleno a, porque nós discutimos uma inserção de pauta seis ponto nove, que se trata de uma questão que está acontecendo na gestão, que é a ausência do ordenador de despesas, isso vai acarreta uma serie de problemas de ordem de viagens de técnicos de tudo mais, que poderíamos passar esse ponto de pauta para cima e aproveitar agora, esclarecer o Senhor sobre esse ponto e que o senhor poderia estar trazendo para a gente ou os técnicos já para encaminhar essa questão.





1472

1473

1474

1475

1476

1477

1478

14791480

1481

1482

1483 1484

1485

1486

1487

1488

1489

1490

1491

1492

1493

1494

1495

1496

1497

1498

1499

1500

1501

1502 1503

1504

1505

1506

1507

1508

1509

1510

1511 1512

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Presidente Carlos Alberto Eilert: - Ok. De acordo nós vamos colocar em votação, porque aqui Doutor Kamil, a gente coloca em votação propostas, tá? Bem democrático. Então, os Conselheiros que concordam com essa inversão de pauta, para que nós possamos trabalhar a situação da capacitação, para que a mesma não seja interrompida, por favor, levantem o braço. Os que concordam? Ok. Obrigado. Contrários? Um. Abstenções? Com uma abstenção e um voto contrário, nós vamos aqui trabalhar a situação. Vou passar à Conselheira Maria Luiza porque é dentro do seu espaço ela colocasse a situação, como é que está a situação da capacitação dos Conselheiros e da situação do ordenamento das despesas. conselheira Maria Luiza - Vou fazer uma breve, é. Presidente, doutor Kamil, dentro do Conselho existem as comissões especiais e as comissões que dão conta das ações do Conselho, uma das comissões é a Comissão de Capacitação de Conselheiros e é uma proposta é uma política nacional que os conselheiros municipais sejam capacitados e esse processo a escola de saúde pública hoje ela é a responsável por esse processo de capacitação. Então já foram realizados à partir de março, nós já realizamos seis capacitações, agora no mês de abril existe uma programação de onze municípios a serem visitados, preferencialmente, pegamos os finais de semana justamente para que o usuário pudesse participar do processo que a grande majoria dos Conselheiros às vezes não conhece a legislação que legisla sobre essas instancias. Então essa capacitação vem para suprir essas dificuldades nessa organização. Então é esse processo já foi deflagrado. A gente instituiu uma comissão que vai, vai aos municípios três dias antes, que ela é uma comissão de mobilização, essa comissão ela tem recurso próprio do Conselho que faz, porque aqui é a Comissão, é que ela usa desses recursos, ela está dentro do trabalho, que é aplicação e fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS. Ela está utilizando esses recursos por quê? É uma realização e monitoramento e cooperação técnica para o controle social. Nós fizemos uma avaliação na semana passada juntamente com a escola e aqui estão presentes alguns conselheiros que participam desse processo e foi unânime falar que a mobilização ela surtiu muito efeito com relação a esses trabalhos é muito importante, porque o senhor sabe os municípios eles não têm uma estrutura, muitas vezes a mobilização chega ela vai convidar os conselheiros, ela vai convidar as autoridades para compor até para que esse Conselho, para que a sociedade ela seja mais próxima da sociedade, então a gente vai par o meio de comunicação nos carros de som, enfim, está sendo um sucesso essa capacitação, mas o que a gente está pedindo aqui é, as viagens elas são pagas pela gestão porque os Conselheiros eles são entes públicos então eles recebem para fazer esse deslocamento, então esses processos estão parados na gestão porque não tem o ordenador de despesa, então gostaríamos que o senhor se empenhasse, porque não é só a capacitação, toda a área técnica está sem o pagamento de diárias. Conselheiro Carlos Alberto Eilert) – Maria Luiza só para também ao doutor Kamil que os Conselheiros não recebem para estarem presentes nas reuniões, eles só são ressarcidos através de diárias quando há o deslocamento, nas reuniões não cabe getom aos conselheiros até porque é principio básico do SUS que os Conselheiros não recebam pelas reuniões que é um serviço relevante à sociedade. De relevância pública. É que nós temos viagens começando amanhã e aí os Conselheiros não sabem se vão se não vão, se cancelam. (Conselheira Lilia Suely Uma questão de esclarecimento, Doutor Kamil, contribuindo som a Conselheira eu gostaria de estar fazendo a colocação que juntamente coma escola, com a Comissão de Monitoramento nós temos a Comissão de Capacitação que tem os docentes também e acredito que tem a questão da vigilância, todo mundo está parado, então a questão da agilidade porque os trabalhos vão parar e aí vai





1514

1515

1516

1517

1518 1519

1520

1521

1522

1523

1524

15251526

1527

1528

1529

1530

1531

1532

1533

1534

1535

1536

1537

1538

1539

1540

1541

1542

1543

1544 1545

1546

1547

1548

1549

1550

1551

1552

1553

1554

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

prejudicar tudo, né? Então nesse sentido a gente pede que o Senhor olhasse com carinho e verificar quem poderá estar substituindo a pessoa que fazia esse trabalho antes. Presidente Kamil Hussein Fares - Maria Luiza eu já posso dizer para você que eu saindo agora, vou para a secretaria e já vou providenciar isso aí. Isso aí e hoje é quarta e amanhã já estará resolvido. A agilidade ela é muito importante e a gente está tentando imprimir exatamente menos burocracia. Tá ok? Está na minha mesa? Saindo daqui eu vu assinar antes de encontrar com o Secretario Eder. Conselheiro Carlos Eilert: Eu tenho quase certeza de que os pedidos já estão na sua mesa porque na transição acabaram não sendo assinados. Vencemos essa parte? Então agora Doutor Kamil, nos vamos nos ater aqui e ouvir a nossa Ouvidora Edna que trata justamente, ela vai explicar a função da Ouvidoria, como ela funciona no Sistema Único de Saúde e até tem um relatório ai para ser apresentado para o senhor ter conhecimento do que acontece no SUS. Ouvidora Edna: - De forma bem rápida Doutor Kamil, eu vou até ser repetitiva aqui porque todos os Conselheiros já conhecem como funciona a Ouvidoria, então eu vou passar bem rapidamente a informação do que é a ouvidoria. A Ouvidoria é um instrumento de participação, controle social e gestão publica no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde. Ela foi criada na segunda Conferencia Estadual de Saúde, a sociedade civil organizada, através da conferencia, foi que reivindicou a criação da Ouvidoria, então é uma Ouvidoria criada no âmbito do controle social. A legislação nossa a Lei Complementar vinte e dois que está até em fase de reformulação de alguns itens e onde a gente está dentro da gestão do Sistema Único de Saúde, porque na Gestão do Sistema Único de Saúde está a conferencia e o conselho e esta Ouvidoria é um órgão integrante do Conselho. Aqui o Conselho, a composição do Conselho. Ela é composta pelo Conselho Pleno, Colegiado, pela Secretaria Geral, pela Ouvidoria, hoje nós temos outras assessorias também que é a assessoria jurídica e de comunicação, que precisam ser regulamentadas eu não sei, e as comissões especiais do Conselho que varias comissões, hoje já deve estar em torno de doze e com as ampliadas chegam até dezesseis ou dezoito comissões. Então para o senhor ver a atuação deste Conselho, o tanto que ela é enorme. E no último decreto de dois mil e nove a Ouvidoria ela está, no organograma, vinculada como instituição da SES e do Conselho também. A ouvidoria cabe a tarefa de ouvir e promover soluções, mas a resposta ao usuário virá da área competente do SUS, então o senhor verifica o desafio nosso, no atendimento às manifestações que chegam à ouvidoria. Como instrumento de planejamento nós temos a lei orgânica, o plano plurianual, o plano estadual de saúde, o plano de trabalho anual, o PTM, o relatório de ação governamental são os instrumentos de planejamento e todas as legislações vigentes do Sistema Único de Saúde. Como parceria, todas as comissões especiais do Conselho, todos os órgãos da secretaria de estado, as comissões intergestores bipartite, os conselhos municipais de saúde, as secretarias municipais de saúde, os conselhos de classe, o CRM, Conselho Regional de Enfermagem, todas as áreas afins da saúde, o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional, as Ouvidorias de outras áreas também, o Ministério Público, a imprensa e outras de áreas afins. Trabalhamos atuando dentro do pacto da saúde também, porque a Portaria três nove, ela define a implantação e a implementação das ouvidorias também. Então nos estamos nesse espaço da legislação nacional também. Nós estamos dentro da participação social, né? Na Portaria trinta sessenta, o trabalho que tem feito é o de apoiar a implantação e implementação das Ouvidorias do SUS em nível do Estado de Mato Grosso. Portaria vinte e cinco oito oito é um desafio para a gente porque temos dois projetos. Temos dois editais já aprovados pela Escola de Saúde Pública para que a gente também desenvolva o processo de





1556

1557

1558

1559

1560

1561

1562

1563 1564

1565

1566

1567 1568

1569

1570

1571

1572

1573

1574

1575

1576

1577

1578

1579

1580

1581

1582

1583

1584

1585

1586 1587

1588

1589

1590

1591

1592

1593

1594

1595 1596

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

capacitação de Ouvidorias e Secretarias Executiva dos Conselhos de Saúde. Na décima segunda e na décima terceira conferencia ela reafirma uma política nacional de Ouvidoria do SUS, fortalecendo a participação de ouvidoria popular no âmbito do controle social. Esse é um relatório que eu quero mostrar de forma bem sucinta, por quê? Quando na situação da CPI nós não tínhamos esse relatório fechado e nós fomos solicitados a encaminhar cinco relatórios dos cinco últimos anos de gestão da Ouvidoria e o nosso relatório ele foi preliminar por quê? Porque nós tivemos dificuldades, eram muitos os problemas que nós vivenciamos nesse período e também assim, muitas reuniões das comissões que nós não conseguimos concluir os trabalhos com recomendações para serem deliberadas aqui nesse Pleno, a ainda várias situações em relação à homologação de atas do Pleno. Então eu não pude concluir esse trabalho, mas eu pretendo que nessa reunião hoje informando o que ficou faltando para que a gente possa concluir esse relatório. Em dois mil e nove foram doze mil e quinhentos atendimentos por telefone, então nós temos o zero oitocentos e vários ramais de telefone que a gente atende a população com informação, comunicação, orientação, encaminhamento todas as orientações possíveis para evitar processos administrativos. E orientação e até mesmo falando com os gestores para mediar certas situações e conflitos que possam ter. Dessas doze mil e quinhentas ligações somente foram formalizadas na Ouvidoria dois mil setecentos e trinta e três processos, sendo que um mil setecentos e oitenta e oito um mil setecentos e oitenta e dois foram concluídos, novecentos e trinta e um em tramitação e expedidos cinco mil setecentos e oitenta e sete ofícios. Em relação às manifestações situações que nós não resolvemos por telefone com os gestores nós demandamos oficio. As principais demandas diagnosticadas foram, eu acho que já do conhecimento do Senhor, de todas as especialidades, mas assim o que mais aconteceu para a gente foi situação de pacientes necessitando de clinica de dor, onde só tem um profissional na rede e não se consegue o atendimento, a pessoa fica um ano aguardando o atendimento na questão da dermatologia, na endocrinologia, especialmente a questão da obesidade, da infectologia, da nefrologia, da neurologia, da oftalmologia, oncologia, ortopedia, otorrino, eu acho que eu não preciso nem repetir aqui que o senhor deve conhecer toda essa situação, e até mesmo a nossa grande preocupação em relação à oftalmologia com muitos pacientes com descolamento de retina, pacientes que teriam que fazer essa cirurgia de forma urgente e muitos acabaram por ficarem cegos, outros continuam ainda em fila de espera, e não sei como vão ser administradas essas questões eu creio que com a co-gestão agora a gente vai conseguir sim. Tem outros exames ali que eu não vou mencionar todos mas eu vou passar esse relatório para o Senhor novamente, das cirurgias também, principalmente o da ortopedia que teve um aumento que não sei, mas espero que isso resolva agora. A ortopedia se tem dificuldade para, se quebrou a mão, se quebrou o pé, se quebrou o tornozelo, se quebrou o quadril, então cada hora uma dificuldade nessa área né? Na questão da cirurgia cardíaca não se foi discutido também essa situação. Quase todas essas situações a gente trouxe a esse Pleno aqui e eu acho assim, muitos encaminhamentos desse Pleno, eu acho que é o momento da gente recuperá-los, concluir através das comissões as recomendações para que possa ajudar a gestão nos encaminhamentos. Das cirurgias também, o senhor já tem conhecimento, mas ali dos que aparecem em situação, pra gente, das consultas também especializadas, dos exames. Pontos críticos identificados, então é assim o que a gente entende, Doutor Ângelo colocou aqui com muita propriedade, que todos nós técnicos da saúde que vestimos a camisa do SUS, que vestimos a prevenção e a promoção, a gente sabe que começa com atenção primaria e às vezes a gente viu que quase em todos os lugares, embora ampliou muito





1598

1599

1600

1601

1602

1603

1604

1605 1606

1607

1608

1609 1610

1611

16121613

1614

1615

1616

1617

1618

1619

1620

1621

1622

1623

1624

1625

1626

1627

1628 1629

1630

1631

1632

1633

1634

1635

1636

1637 1638

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

com os programas PSF, essa situação deixou chegar ainda ao nível que chegamos de ter que ter a media e a alta complexidade essa grande atuação. Então é assim, a primeira preocupação que a gente coloca ali, pauta de ano inteiro aqui deste Conselho, foi a questão da judicialização. Então é assim, a gente não concorda com a judicialização, então a gete acha que SUS não tem que ter judicialização a não ser naqueles casos, não raro a gente vai conseguir resolver todos os problemas vai ter situações sim que a gente vai ter, às vezes de uma forma ou outra, não vamos conseguir responder de forma administrativa, mas não a judicialização da forma como hoje esta sendo feita. E muitas das vezes Doutor, a gente foi obrigada a orientar o cidadão a buscar esse rumo, a buscar o rumo do poder judiciário para que ele não pudesse perder a vida, então é assim, trouxemos essas situações para as comissões, fizemos um trabalho efetivo com as comissões, mas eu acho que falta a conclusão de todo esses trabalhos né? Os pontos críticos que a gente passou no ano passado foi urgência emergência com Pronto Socorro de Cuiabá fechado também, óbitos de pacientes, pacientes sequelados, cirurgias cardíacas e hemodinâmicas, cirurgias ortopédicas, pacientes que precisou quadro de ostiomelite ter que amputar a perna e depois ter que pagar para que pudesse ser atendido, pacientes com dpoc, pacientes que precisam de equipamentos que não estão normatizados no nosso Sistema Único de Saúde. A exemplo a oxigenoterapia domiciliar, pacientes com dificuldades de casa de apoio, leitos de retaguarda o TFD intermunicipal, tivemos problemas até com paciente depois do óbito, que o município não conseguia transladar esse paciente para o seu município. Aqui a gente mostra só a projeção de como a Ouvidoria tem crescido as demandas e oquê a gente precisa fazer é o inverso, ao invés de crescer a demanda, tem que crescer a demanda de sugestões de melhoria para o Sistema Único de Saúde. Então, com essa co-gestão, eu tenho certeza que a gente vai tentar com certeza diminuir essa escala aí. E o que eu trago hoje, eu só vou falar bem rápido, porque até eu trouxe aqui, não está aqui, mas está na mesa ali, eu até mostrei para alguns Conselheiros, nós temos um mil e três processos concluídos já depois desse período ai de dezembro, depois do relatório entregue de forma preliminar da Ouvidoria para a CPI, então a gente já conseguiu, embora muitos não atendidos de forma satisfatória, porque muitos processos indeferidos e muitos atendidos por ações de liminares, então isso, não isso que a gente pretende, pretende que isso seja melhorado, né? Os locais de maiores demandas, baixada cuiabana, Cáceres, Rondonópolis, Sinop, Alta Floresta. É importante registrar que Baixada Cuiabana, grande parte a gente tem feito co-gestão com a ouvidoria de Cuiabá e de outros municípios que tem ouvidoria também. Então esses mil e três processos que a gente traz agora é pedido de arquivamento na Ouvidoria. e se quiserem pedir vistas também a planilha é enorme eu não pude passar para todos os Conselheiros porque ela é muito extensa o medicamento continua sendo o maior índice de reclamação protocolado na Ouvidoria, depois vem a questão da regulação que tem sido em nó critico muito sério para a gente também. Desses mil e três processos foram deferidos trezentos e vinte quatro, indeferidos quinhentos e cinquenta e um, quando esses processos são indeferidos, normalmente o cidadão busca a judicialização, outros não, outros sim, né? Sem parecer técnico quinze, das denuncias setenta e cinco improcedentes e trinta e oito procedentes. Essas denuncias a gente sempre trabalha com os relatórios de auditoria que tem sido passado ao Conselho, a Comissão de Monitoramento parece que está acompanhando essas denúncias. Das patologias aqui eu acho que não vou citar mas assim é de origem, de todas, todo tipo de doença, neurológica, cardíaca, reumática, doença de oftalmologia especialmente descolamento de retina, doença oncológica, alergia, lupus, hanseníase, tuberculose, doença de cron, doenças psiquiátricas, esclerose





1640

1641

1642

1643

1644

1645

1646

1647

1648

1649

1650

16511652

1653

1654 1655

1656

1657

1658

1659

1660

1661

1662

1663

1664

1665

1666

1667

1668

1669

16701671

1672

1673

1674

1675

1676

1677

1678

1679

1680

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

múltipla, obesidade mórbida e outra doenças raras, temos varias doenças raras também. Medicamento eu coloco uma interrogação. Temos que dar um basta na judicialização, então trabalharmos de uma forma que a gente possa normatizar a regulamentação da desses protocolos clínicos nossos. Tínhamos o Ouvidor SUS até quase o final do ano, não foi repassado para Ouvidoria Setorial, que é uma outra situação que depois podemos estar trazendo para cá para explicação e zero oitocentos que é o telefone nosso de atendimento ao público do Estado inteiro. Então era isso, eu gostaria de agradecer e colocar à inteira disposição aqui para qualquer pergunta. Conselheiro Carlos Alberto Eilert – Alguém deseja se manifestar? Jucélia. Conselheira Jucélia: – Jucélia, Conselho Regional de Serviço Social. É que na pauta estava colocada demandas protocoladas, então hoje você não vai apresentar, né? Você só fez uma apresentação da Ouvidoria. Ouvidoria Edna: Não, eu apresentei só que assim, pelo tanto, nós tivemos duas reuniões em seguida que a Ouvidoria não teve espaço para apresentar essas demandas, como são mil e três processos eu trouxe a apresentação ali na planilha porque eu acho que não daria tempo aqui para a gente, são passadas para vocês pelas comissões, a gente tem passado pelas comissões, agora o quê que eu preciso hoje, eu preciso definir a conclusão desse relatório de gestão, ou seia, a definição da homologação das atas deste Conselho do ano passado, as conclusões finais dos relatórios que trabalharam os problemas que foram apresentados, para que a gente possa concluir o relatório de gestão de dois mil e nove que está ainda, por estar preliminar. Conselheiro Carlos Alberto Eilert - Antonio Cordeiro. Por favor o microfone para o Conselheiro Antonio Cordeiro. Conselheiro Antonio Cordeiro: - Boa tarde a todos, eu só vou dar um informe mais ou menos para que o nosso novo Secretário fique por dentro, sabendo da situação, ele não esteve aqui cedo sobre a parte do medicamento, é sempre um gargalo em temos de falta, falta. E medicamento de uso contínuo, nós estamos com um medicamento na parte dos renais que faz quatro meses que não tem dois medicamentos. Quatro meses, os pacientes cobrando, porque o medicamentos dos renais é assim, esse mês eu tomo, mês que vêm, dois três meses que não preciso tomar, mas o outro continua tomando e às vezes falta a a gente não fica sabendo quando vê, a gente fala com o pessoal da farmácia, está em empenho, está em licitação e depois está em empenho e o medicamento não vem, não chega, entendeu? Uma hora por uma coisa e outra hora por outra. E é medicamento continuo, isso e apenas um deles, se for contar quantos outros, porque direto é essa briga de, nessa parte. E das outras situações, renais nem precisa falar a gente tem o nosso problema que vira e mexe está da Ouvidoria, nós temos, foi passar para o Secretário que nós como parceiros pacientes renais, temos a Ouvidora Edna como companheira que nos ouve e vira e mexe tem paciente que tem que recorrer a ela como Ouvidora. E às vezes, de certa forma, há até uma má interpretação disso. Mas ela faz o que pode e às vezes o que não pode, tenta fazer. Se a gente conseguir melhorar isso, é o que a gente espera de vossa pessoa, esse problema tão grave que acontece. Não tem condições, quem tem condições de comprar, compra, que não tem fica sem. E às vezes depois acaba saindo muito mais caro para o Estado, porque às vezes é um medicamento que custa vinte reais por mês e por causa desse medicamento o camarada acaba tendo que tomar um que vale cem, duzentos ou vai para a UTI, fica três quatro dia, um mês na UTI, aí i preço sobe muito mais e poderia ser evitado com um medicamento de vinte ou trinta reais. É apenas um gerenciamento e eu não sei por que, não tem, faz dez anos que a gente luta com isso aí e essa falta está sempre assim, sempre assim, sempre assim é a tal da burocracia que não se resolve quem sabe a gente consegue resolver agora. Obrigado. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Mais alguém? Pardal que daí o Doutor Kamil tem





1682

1683

1684

1685

1686

1687

1688

1689 1690

1691

1692

1693 1694

1695

1696

1697

1698

1699

1700

1701

1702

1703

1704

1705

1706

1707

1708

1709

1710

1711

17121713

1714

1715

1716

1717

1718

1719

1720

17211722

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

que sair e a gente continua a reunião, ok? Conselheiro Bazan: – Edna nesses mil e três processos, alguns na área de medicamentos, você pode informar para nós se algum usuário já morreu? Ouvidora Edna: – Já morreu, já morreram vários pacientes sim, agora assim, eu até levei, eu levei um caso para a comissão ver, mas assim na verdade, oquê que acontece, temos a situação dos medicamentos garantidos por portaria que muitas vezes os mesmos que o Antonio Cordeiro colocou aqui, mesmo garantido por Portaria, não sei por que, a nível até de Ministério da Saúde às vezes o medicamento, o paciente tem que ser internado, e exemplo Mal de Alzaimer, ele tem que ser internado porque não tem o remédio, outra hora é anemia falciforme, o paciente tem que ser internado, mas tem o medicamento garantido por lei, mas o paciente fica sem, sem contar os que são fora de protocolos clínicos. Então eu sei que houve um Seminário Estadual recentemente agora, eu espero que tenha surgido alguma mudança nesse trabalho e o que eu estou pedindo para as comissões para a gente fechar tudo o que conseguiu levantar e até apresentar para o Senhor Gestor, é, a conclusão desses relatórios todos porque essas demandas já foram passadas nas comissões e já foram trazidas para este Pleno aqui por diversas vezes e já que temos que buscar saídas e resolutividade rápida, nós precisamos fechar isso. Conselheiro Carlos Alberto Eilert – Muito bem nós vamos abrir a fala do Doutor Kamil porque ele tem que se ausentar e aí a gente continua a discussão. (Conselheira Alzita) - Senhor Presidente, eu gostaria que o Senhor permanecesse mais dez minutinhos para o Senhor entender a situação do RH e Saúde do Trabalhador né? Porque a gente tem pedido várias vezes as resoluções que nós fizemos enquanto Conselho, foi aprovado no Pleno, eu gostaria que o Senhor Pudesse aguardar mais um pouquinho para a gente poder apresentar que seria a próxima pauta. Presidente Kamil Hussein Fares - Eu queria fazer um comentário, essas informações são interessantes, mesmo que não tenha o todo da informação ele ser vê como amostragem, se eu tenho aí uma demanda grande de endoscopia com certeza se você multiplicar pela população ela vai estar sempre mais ou menos equilibrada. Isso é como se fosse uma pesquisa, eles pesquisam mil pessoas e sabe a opinião do Brasil inteiro, então estatisticamente isso, provavelmente é a demanda geral da população multiplicada pelo numero de pessoas que tem problemas. Em relação à medicação eu, assim, o que eu posso dizer, é que o numero de nefro patas crônicos é conhecido, o número de pessoas com artrite é reconhecido porque ele é cadastrado, então são pacientes cadastrados. A partir do momento que você cadastra alguém e você tem a media de consumo você pode fazer o planejamento para adquirir pos seis meses, isso é um programa relativamente simples. Eu não gosto muito de falar no passado, mas, por exemplo, as nossas farmácias, hoje nos temos cinco farmácias da Unimed, o nosso estoque gira praticamente oitenta por cento todo mês, por quê? Porque o programa já me gera automaticamente a necessidade de compra, então a gente compra todo mês, o Estado pode comprar cinco seis meses por causa da burocracia e ele pode ter demanda para seis meses, quando completar noventa dias, já compra para os próximos seis. Esse programa ele é simplório, se aumentou mais um paciente com essa patologia, identificou, cadastrou, tem direito a receber medicação por trinta, sessenta, noventa, cento e vinte dias. Eu vi essa semana no jornal um paciente que recebeu seis meses de colírio que custou setenta mil reais, eu tenho minhas duvidas se ele vai guardar em condições adequadas, se não vai guardar, então pode até comprar, mas deixa na secretaria, para que ele vá buscar todo mês ou orienta etc. Porque muitas vezes ele nem usa, isso também Antonio, ele tem que ser estudado um modelo efetivo para que possa atender e não falte. Porque que vai faltar de vinte reais, ontem eu assinei uma liminar para uma prótese de cem mil.





1724

1725

1726

1727

1728

1729

1730

17311732

1733

1734

17351736

1737

17381739

1740

1741

1742

1743

1744

1745

1746

1747

17481749

1750

1751

1752

1753

17541755

1756

1757

1758

1759

1760

1761

1762

1763

1764

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Então se eu pago uma prótese, via liminar, de cem mil, eu compro quinhentos meses de um remédio de vinte reais. Então é uma questão de bom senso, a critica ela tem que ser construtiva sempre, e oquê que é importante? As informações, as informações e novamente as informações. Informações que cheguem no canal que realmente possa efetivar e executar. Se a informação fica perdida e isso talvez não seja um problema da secretaria, a informação ela não pode se perder, então qual é o canal de informação? É a Ouvidoria? É um outro canal? É a própria farmácia? É quem autoriza a medicação porque já examinou e tem direito? Autorizou essa medicação ela tem que ira para o lugar que compra, esse paciente à partir do mês que vem vai ter esse consumo aqui. Então eu não quero simplificar os processos, mas claro a gente sabe que não são simples, mas com certeza eles não são impossíveis mesmo atendendo entre aspas a burocracia das licitações etc. Porque com certeza não vai levar seis meses para fazer uma licitação. Conselheiro Antonio Cordeiro: - Por favor, motivo de ordem, só complementando a fala do Secretário para que ele fique mais atendo à situação que nós temos, nós passamos. A gente falando aqui, por exemplo, vai dar entender que estava criticando o antigo secretário. Eu até espero que ele tenha com a gente a boa vontade de atender como a gente tinha bom acesso com o Doutor Augustinho, nós os pacientes renais tínhamos um ótimo acesso com ele quando precisávamos porque, eu, por exemplo, sou presidente de uma de uma entidade e represento pessoas doentes, carentes mesmo, então vira e mexe eu tinha que estar recorrendo a ele. Está faltando isso, porque a gente fala assim, por exemplo, vai lá em quem compra medicamento, vai lá na farmácia tal e se resolve, então a gente fala direto com a pessoa e explica a situação. Eu tinha o telefone direto dele, doutor Augustinho está faltando assim e assim, então ele dava um jeito e se arrumava. Agora tem coisas que não se resolve e fica nessa manipulação e esse é um problema serio, mas quando a gente vai saber, eu faço parte da comissão de medicamento e avisto a própria pessoa que mexe na compra, que é a Margareth tem reclamado para a gente, porque tem que ter quinze ou vinte pessoas que assinam, uma assina X, outra assina B, outra assina A e até chegar ao final da coisa já passou trinta, quarenta noventa dias e o paciente está lá esperando o medicamento. Esse é o problema que o senhor vai enfrentar pela frente é a tal da licitação, e eu chamo até de burrocracia. Presidenre Kamil Hussein Fares: – Só para mim encerrar, quando tem mais de duas assinaturas eu tenho certeza que ninguém lê, todo mundo assina sem ler, então ter muitas assinaturas não resolve nada. Segundo, o meu celular é público, mas não resolve, não adianta você ligar para o secretário porque ele vai resolver pontualmente, e eu não estou criticando o secretário, muito pelo contrário, o secretário fez um belo trabalho, o que eu quero dizer, é que a gente vai tentar resolver é o problema da burocracia de uma forma salutar às vezes, criatividade todos nós temos capacidade de resolver problemas de uma forma duradoura, porque não adianta você ter o telefone do secretário, ele vai resolver pontualmente o seu problema, nós temos centenas de milhares atrás a serem resolvidos. E o secretário ele é um só, por isso que eu falo em exercito, em pessoas envolvidas no processo, por isso que eu falo em informação como foi dito aqui, informação documentada, informação documentada se torna uma realidade para ser efetivada. Conselheiro Carlos Eilert: Acredito que vencemos não é Edna? E ai a Conselheira Alzita pediu a fala. Esqueci, vamos colocar em votação, os Conselheiros que aprovam o arquivamento, não é isso? Dos processos já demandados, por favor, se manifestem levantando o braço. Vamos contar. Ok? Contrários? Abstenções? Então com uma abstenção, um voto contrário e dezessete favoráveis foi aprovada a solicitação da Ouvidoria. Agora nós temos as Resoluções trinta e seis e trinta e sete não publicadas que é do Plano de Cargos Carreira e Fiscais que





1766

1767

1768

1769

1770

1771

1772

17731774

1775

1776

17771778

1779

1780

1781

1782

1783

1784

1785

1786

1787

1788

1789

1790

1791

1792

1793

1794

1795

1796 1797

1798

1799

1800

1801

1802

1803

1804

1805

1806

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

é da Conselheira Alzita. (Conselheira Lilia) - Questão de ordem, antes de a Alzita começar. Eu só gostaria de colocar que a pauta é extensa para que os colegas respeitassem o tempo, está passando um pouco e a gente ainda tem muita coisa para ser discutida hoje né? Então os próximos que tiverem na discussão, por favor, para respeitar o tempo para a gente não estar cobrando o tempo aqui. Conselheira Alzita: – ok Lilia? Eu gostaria que arrumasse ali, não é resolução trinta e seis é trinta e cinco. Então a resolução trinta e cinco, pelo menos é a que eu tenho aqui em mãos, ela foi aprovada pelo Conselho na Reunião Ordinária do dia dois de dezembro de dois mil e nove. Então, as resoluções quando são aprovadas pelo Conselho, Presidente, elas são homologadas pelo Governador e publicadas em Diário Oficial. Essa resolução trinta e cinco de dois mil e nove, ela trata de uma modificação na Lei setenta e um dez, que é a Lei do Código Sanitário, e dentro dessas modificações, elas foram apresentadas pelo Poder Executivo, veio aqui o Senhor Fabio da Vigilância Sanitária, apresentar a necessidade de que se faca a alteração na Lei. Então como o poder executivo veio apresentar essa proposta, entendeu? Apresentou-se também a necessidade de criar duzentos e noventa e sete cargos, com perfis profissionais de nível superior e técnico de nível médio para exercer as competências de fiscais sanitários, por quê? Porque os fiscais sanitários da Secretaria Estadual de Saúde, eles estão exercendo essa função via portaria publicada em diário oficial. Quer dizer, automaticamente esse respondeu um processo civil criminal por uma portaria de Secretário. Então nessa resolução, veio apresentou-se ao Pleno do Conselho aprovou todas as deliberações ditas pelo Poder Executivo só que não foi homologada pelo Governo. Quando chegou à Reunião Extraordinária do dia nove de dezembro de dois mil e nove, o Poder Executivo, através da Comissão de RH e Saúde do Trabalhador, apresentou um ante projeto de Lei com o plano de carreira dos profissionais do Sistema Único de Saúde. Sentamos a comissão com alguns Conselheiros, uns convidados e outros foram de livre e espontânea vontade e apresentamos no Pleno via Poder Executivo, apresentamos no Pleno. O Pleno novamente aprovou com algumas ressalvas que a Comissão de RH e Saúde do Trabalhador fez e também novamente não foi homologada pelo Governo e não foi publicada. Então a nossa preocupação agora é que o Senhor agora enquanto Presidente, porque segundo informação do Presidente anterior é que a Administração Pública disse isso é extra-oficial que o Conselho não tem autonomia de aprovar quaisquer que sejam alterações, ou via folha de pagamento ou não. Só que nós aprovamos apenas o que o gestor apresentou. Então nós aprovamos oquê? O gestor apresentou o plano de carreira. O plano de carreira. O gestor apresentou a necessidade da modificação da lei setenta e um dez de noventa e nove e o Pleno aprovou. Então a gente fica muito preocupada de essa resolução não ter sido publicada, né? Então a gene pede assim que o Senhor retome essas duas situações que são gravíssimas tanto para as ações da vigilância sanitária, porque não é só o quantitativo de cargos, dos perfis profissionais de nível superior e nível técnico dos vigilantes, mas também de alvará que a secretaria está deixando de expedir. Eu gostaria depois Leandro, que você completasse porque você pediu vistas no processo. Então essa é uma situação muito preocupante, em relação ao plano de carreira o senhor percebeu quando estava na transição que nós fomos obrigados, a população da saúde foi obrigada, os servidores da saúde, foram obrigados a partir para uma semi greve, até que isso se resolvesse a situação. E quando o governo quer Presidente, ele faz. Sentamos o Sindicato da Saúde, o sindicato do SINDES, o Sindicato da TAIG, entendeu? Em menos de doze horas nós confeccionamos uma lei que foi publica no Diário Oficial do dia 31 último e essa lei aprova a reestruturação carreiras, tais são: do SUS, do SINDES, do SINTAIG e aproveitou a carona o





1808

1809

1810

1811

1812

1813

1814

1815 1816

1817

1818

1819

1820

1821

1822

1823

1824

1825

1826

1827

1828

1829

1830

1831

1832

1833

1834

1835

1836

1837

1838 1839

1840

1841

1842

1843

1844

1845

1846

1847

1848

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Grupo TAF e os Agentes Prisionais. Por que que esse imbróglio surgiu tudo isso? Porque não estava na nossa dotação orçamentária financeira previsto, entendeu? O gasto com a revisão de um plano de carreira. Ora, pergunto, foi cobrado aqui varias vezes Presidente, o senhor pode ver as atas, que ao pedir a dotação orçamentária e financeira ele não incluiu as despesas, e a gente enquanto representante da saúde do trabalhador e RH, nós pedimos que ele re-ratificasse o oficio para a Secretaria de Fazenda e Planejamento e assim ele não o fez. Então daí surgiu o problema da semi greve, conseguimos resolver, foi menos de doze horas, publicamos a lei de reestruturação, onde participaram os sindicatos que nós comentamos anteriormente. Então é preocupante e como essa lei diz que a reestruturação da carreira se dará no primeiro quadrimestre de dois mil e onze, acreditamos que como a nossa lei já está na SAD, já está na Secretaria de Planejamento e na Secretaria de Fazenda, inclusive com o parecer do relatório da Câmara Fiscal da SAD acreditamos que a nossa lei saia publicada em janeiro de dois mil e onze, com efeito retroativo a primeiro de janeiro de dois mil e onze. Queiramos que o Senhor se incumba de que essas resoluções saiam publicadas, homologadas pelo governo, mesmo porque a lei já garante a reestruturação e o remanejamento da dotação orçamentária e financeira para dois mil e onze. Era isso que eu queria mostrar para vocês Conselheiros a situação e para o Presidente o conhecimento. Leandro complete para nós, por favor. Conselheiro Leandro:- Senhor Presidente, nesse Conselho a Alzita apresentou a resolução trinta e cinco e numa das partes dela, se não me engano, no artigo dezesseis tratava a respeito do alvará sanitário, e na época eu pedi vista porque eu não fiquei contente com a redação e chamei todos os sindicatos envolvidos na parte do comercio farmacêutico, de medicamentos e outras coisas, foram sete ou oito sindicatos, outras entidades, nós fizemos uma reunião lá no comercio e acabamos, junto com o nosso jurídico, com o Doutor Alex, o Doutor André, nós acabamos fazendo uma redação, fizemos uma reunião com o Fábio e todos se contentaram com a redação. Trouxemos a redação para o Conselho, o Conselho aprovou isso dia dois de dezembro e assim todo mundo ficou contente veio para a Mesa Diretora nossa, só que até hoje não resolveu o problema. Aí vem a minha preocupação maior, essa semana eu recebi um e-mail do CNS que a ANVISA está baixando uma resolução que hospital sem alvará sanitário não vai mais operar com UTI, vamos fechar todo mundo então. UTI, então nós vamos fechar todo mundo. Como que nós vamos ficar aqui nessa situação? Eu levei essa preocupação para nossa Mesa Diretora, porque o doutor Jose Ricardo faz parte da diretoria da FENAESE e da CNF, e ele também disse que vai ver juridicamente isso daí e a gente está correndo atrás, mas eu falei lá na mesa, o ideal seria que essa RD trinta e cinco fosse aprovada, porque a nossa saúde está caótica vai ficar pior. Nós não queremos que libere o que não está correto, mas também ficar empatado o que está correto e não tem o alvará é complicado, e isso daí é só uma canetada agora resolve o problema, obrigado. Presidente Kamil Hussein Fares: - Vou priorizar, vou ver se o jurídico já deu parecer, o aspecto legal eu não sou advogado eu não conheço as leis direito ainda, mas vou pedir o parecer e se estiver tudo ok como vocês disseram, podem ter certeza que vamos resolver rápido. A Ana vai ficar aqui e depois você me, inclusive ela já anotou e nós vamos sentar sexta feira e conversar isso aí. Uma boa tarde a todos, obrigado pela recepção, e desejo que nós sejamos realmente parceiros em tudo. Boa tarde. Pra vocês verem, médico é um problema, estou com um problema na perna para operar, mas tenho medo. Tenho artrose de quadril e eu tenho que fazer uma prótese de quadril, só que eu estou enrolando ela tem dez anos já. Está piorando, casa de ferreiro espeto de pau. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Conselheira Alzita? (Alzita) - Temos a





1850

1851

1852

1853

1854

1855

1856

1857

1858

1859

1860

1861 1862

1863

1864

1865

1866

1867

1868

1869

1870

1871

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880 1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889 1890

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

garantia dele né? Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Então pronto, vencemos mais um ponto de pauta. Agora nós temos Seis Ponto Quatro - Avaliação do Pacto da Saúde apresentação pela Comissão – não veio? É Ingrid? Então, pronto, Conselheira Ingrid, por favor. É porque colocaram Comissão e eu estou lendo daqui para lá Conselheira Ingrid: - Boa tarde de novo né? Essa apresentação aqui se deu tendo em vista nos pediu enquanto na Superintendência de Política que a gente apresentasse em uma reunião para alguns Conselheiros que estavam presentes sobre a avaliação do Termo de Compromisso do estado e dos municípios, avaliação não, a pactuação que foi feita do estado e uma avaliação que foi feita dos municípios onde a gente detectou que as fragilidades do município nos seus termos de compromissos municipais, elas estão onde exatamente está a fragilidade do estado do termo de compromisso do estado. Então essa parte aqui eu vou até passar porque todos vocês já conhecem, e sobre o pacto pela saúde. Isso aqui é a proporção de municípios que já assinaram o termo no nosso estado. Então nós temos cento e dez municípios e setenta e oito por cento dos municípios já assinaram os seus termos de compromisso, já encaminharam para CIB e já'foi encaminhado inclusive para a comissão tripartite também. Aqui foi feita a atualização, foi feita uma atualização do termo, aonde a gente tinha feito a primeira vez em dois mil e seis dois mil e sete. e aí tinha algumas metas que a gente não realizava eu que tinha sido colocado em prazo para realizar, certo? Pode passar. Então aqui na parte da responsabilidade na gestão do SUS a gente não tinha nenhuma meta que não realizava, todas eram realizadas. Vou me ater apenas às metas onde estava em vermelho onde a gente não realizava e onde a gente se propôs um prazo para poder realizar. Aqui nos temos o monitoramento de avaliação dentro da responsabilidade da gestão do SUS, foi colocado, isso aqui gente foi uma construção coletiva, toda a área técnica da secretaria participou através de seus técnicos em reuniões várias vezes durante o ano passado todo, para poder chegar nisso aqui. Então o prazo para realizar a gente tinha colocado que seria dezembro de dois mil e oito, quando a gente fez isso daqui em dois mil e seis. A gente não conseguiu ainda realizar o monitoramento e avaliação, por quê? O monitoramento e avaliação é uma coisa muito complexa. Como o estado, assim como o resto do país, está agora trabalhando com monitoramento e avaliação, é uma coisa nova e ai a gente ainda está caminhando no processo de monitorar a avaliar as nossas ações. Então foi feito pela área técnica o novo prazo que seria dezembro de dois mil e dez para a gente efetivar o processo de monitoramento dentro da secretaria. Nós já temos até uma comissão que está trabalhando com monitoramento e avaliação para ver se a gente consegue institucionalizar o monitoramento dentro da SES. Aqui, continuando não temos nenhum que não realizamos. Nós tínhamos ainda, elaborar, pactuar a implantar a política de promoção à saúde, a gente tinha previsto terminá-la ano passado, em setembro de dois mil e nove, e não ainda foi possível e que agora nós estamos ainda finalizando e a nova proposta, do novo prazo, seria para julho de dois mil e dez. Nós estamos com a equipe já dividida, toda a equipe da secretaria está trabalhando bastante nisso, já foram divididos os trabalhos da política de promoção entre varias áreas da secretaria e com certeza a gente vai finalizar esse processo trazer para esse Pleno para poder aprovar nesse pleno essa política e aí a gente cumprir o prazo que nós colocamos aqui que seria julho de dois mil e dez. o outro seria também coordenar, normatizar e gerir os laboratórios de saúde pública. Foi colocado que seria o mês de setembro de dois mil e oito e não conseguimos realizar, então junto com a área técnica foi redefinido o prazo que seria dezembro de dois mil e dez. Dentro da responsabilidade na regulação, controle, avaliação e auditoria. Percebemos inclusive que essa é uma fragilidade não só do estado como dos municípios também, como o seguinte





1892

1893

1894

1895

1896

1897

1898

1899 1900

1901

1902

1903 1904

1905

1906

1907

1908

1909

1910

1911

1912

1913

1914

1915

1916

1917

1918

1919

1920

1921

1922 1923

1924

1925

1926

1927

1928

1929

1930

1931 1932

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

vocês vão verificar. Monitorar a aplicação dos recursos financeiros o prazo para realizar era setembro de dois mil e oito e aí já está realizando essa ação segundo a área técnica. O outro fiscalizar a aplicação transferidos aos fundos municipais, isso é que o estado ainda não está fazendo, então eles estão se propondo a realizar isso até dezembro de dois mil e dez, são aqueles recursos que o estado repassa através do fundo estadual para os fundos municipais de saúde. O outro seria monitorar o cumprimento pelos municípios, dos planos de saúde, relatórios de gestão da operação dos fundos de saúde, indicadores de metas do pacto de gestão, da constituição dos serviços de gestão, controle e avaliação e auditoria e da participação da PPI na atenção à saúde. Então o prazo também estava expirado e junto com a área técnica foi refeito esse prazo passando para dezembro dois mil e dez. Ali nós temos uma outra que seria elaborar e pactuar protocolos clínicos de regulação de acesso no âmbito estadual, em consonância com os protocolos e diretrizes nacionais apoiando os municípios na implementação dos mesmos. O novo prazo seria de setembro de dois mil e dez. E outro item, coordenar e apoiar a implementação da regulação da atenção pré hospitalar, as urgências de acordo com a regionalização e conforme normas vigentes e pactuação estabelecidas, e aqui segundo a área técnica, nós há estamos trabalhando dessa forma, então o prazo foi cumprido. Dentro do eixo do controle avaliação e auditoria, como vocês podem ver foi o eixo que ficaram varias coisas que nos não realizávamos. Então, operar os complexos reguladores no que se referem as referencia intermunicipais, segundo a área técnica o prazo era para realizar até setembro de dois mil e oito e parece que esta se realizando essa ação, já se cumpriu esse prazo. Monitorar a implementação e a operacionalização das centrais de regulação, já colocou um novo prazo que seria junho de dois mil e dez. Monitorar e fiscalizar contratos e convênios com prestadores contratados e conveniados, bem como das unidades públicas, o novo prazo seria dezembro de dois mil e dez. Elaborar contratos com os prestadores de acordo com a política nacional de contratação de serviços de saúde em conformidade com o planejamento e a programação da atenção, o novo prazo é também dezembro de dois mil e dez. Monitorar e avaliar o funcionamento dos consórcios intermunicipais de saúde, o novo prazo também dezembro de dois mil e dez. Monitorar e avaliar o desempenho das redes regionais hierarquizadas estaduais também com um novo prazo para dezembro de dois mil e dez. Aqui ainda dentro do mesmo eixo, supervisionar a rede de laboratórios públicos e privados que realizam analise de interesse de saúde pública, o prazo seria dezembro de dois mil e dez; elaborar normas complementares para avaliação tecnológica em saúde, dezembro de dois mil e dez; avaliar e auditar os sistemas municipais de saúde, esse prazo não expirou que já tinha sido colocado pela área técnica esses quatro últimos que seriam todos dezembro de dois mil e dez, né? Implementar auditoria sobre toda a produção de serviços de saúde publica e privada sob sua gestão e em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial, também dezembro de dois mil e dez. Realizar auditoria assistencial da prestação de serviços de saúde pública e privada sob a sua gestão, aqui a área tinha colocado dezembro de dois mil e dez, mas a auditoria já esta realizando esta ação. Dentro da responsabilidade na gestão do trabalho, então o item seria, promover e desenvolver política de gestão de trabalho considerando os princípios da humanização, da participação e da democratização das relações de trabalho, o prazo é dezembro de dois mil e dez; desenvolver estudos e propor estratégias de financiamento tripartite com vistas à adoção de políticas referentes aos recursos humanos descentralizados, já se está trabalhando nesses estudos; promover espaço de negociação permanente entre trabalhadores e gestores no âmbito estadual e regional, também, segundo a área técnica, já esta





1934

1935

1936

1937

1938 1939

1940

1941 1942

1943

1944

1945 1946

1947

1948 1949

1950

1951 1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964 1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973 1974

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

realizando e propor e pactuar diretrizes para política de educação e de gestão do trabalho que favoreça o provimento e a fixação dos trabalhadores em âmbito estadual em regiões onde a restrição de oferta afeta a implantação de ações estratégicas para a atenção básica, e o novo prazo que se colocou é julho de dois mil e dez. Ali ainda na educação em saúde, promover a integração de todos os processos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos à política de educação permanente no âmbito da gestão estadual do SUS, o prazo novo seria dezembro de dois mil e dez Dentro do controle social, estimular o processo de discussão e controle social no espaço regional, segundo o conselho, isso já se está trabalhando com isso e eu quero passar aqui para vocês agora, esse aqui é do Estado, esse termo ele já foi homologado no sistema no sistema, no SISPACTO, certo? Já está, quando abre lá já exposto, tinha um prazo para poder fazer a gente fez agora em março. Agora o que a gente tem aqui, já está na pagina isso, esse está na pagina a gente já colocou na pagina isso aí, isso no pacto pela saúde. Nós temos aqui uma avaliação dos termos de compromisso dos municípios, e vocês podem observar que as fragilidades são as mesmas do estado nos mesmos eixos, então aqui eles não realizam ações, percentual que a gente tem aqui de municípios que não realizam as ações. Aqui ainda é pouco, pode ir passando. Está em vermelho? Então só está em percentual. Responsabilidades gerais, eu quero mostrar onde está o maior par vocês. Regionalização, ali é trinta e cinco por cento, planejamento e programação, controle e avaliação. Então vocês observam que a gente mostrou lá atrás o eixo do controle e avaliação e auditoria era onde nós tínhamos o maior numero de ações que a gente não realiza que a gente reprogramou inclusive e é onde os municípios também estão com maior dificuldade, então é onde o estado vai ter que investir melhor isso daqui porque a gente vai ter que trabalhar a gente colocou os prazos e maioria deles estão para dezembro de dois mil e dez, então a gente vai ter que agora envidar esforços para que a gente consiga trabalhar e melhorar isso na Secretaria de Estado e consequentemente para os municípios também, certo? É onde nós temos a nossa maior fragilidade, isso aqui também está na página da SES em um link com o nome pacto pela saúde e tem todas as avaliações lá. Eu só queria mostrar basicamente ali, elaborar normas técnicas nas esferas, a gente basicamente não faz isso, os municípios também não fazem, entendeu? Então é assim, é mais ou menos um espelho, o que o estado não estava realizando os municípios também não estão realizando. É só isso, se vocês tiverem alguma dúvida. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Conselheiro Edevande:- A solicitação veio para a Comissão de Planejamento e Orçamento, na verdade veio da Lucinéia, lá do financeiro. Que a CEJESP que é o Conselho Nacional estava solicitando que o Conselho fizesse essa apresentação e avaliação desde outubro do ano passado e devido a esse acumulo de agenda não foi possível, mas uma das reflexões que eu vejo, uma orientação até para quem está fazendo monitoramento cooperação técnicas e capacitação do conselheiro, é um eixo importante a ser levado, a ser observado, até porque, eu me lembro bem porque participei da comissão que realizou as dezesseis oficinas regionais, nem todo mundo, ou a maioria dos Conselheiros levou a sério o termo de compromisso do pacto, então hoje infelizmente, como há um oxigenação, uma renovação todos os dias dos Conselheiros tanto dos governos quanto dos trabalhadores e usuários nem todo mundo conhece o pacto, que hoje é uma política chefe do Brasil, tudo que acontece, que vai fazer, que vai ser realizado, está no termo de compromisso do pacto, Pacto de Gestão, Pacto em Defesa do SUS e o Pacto em Defesa da Vida que é a portaria três nove nove de vinte e dois de fevereiro de dois mil e seis. Eu parabenizo a Ingrid a Superintendência de Política por essa analise, por essa apresentação aqui hoje. Conselheiro Carlos





1976

1977

1978

1979

1980

1981

1982

1983 1984

1985

1986

1987 1988

1989

1990

1991

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006 2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015 2016

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Alberto Eilert: – Bemoro quer fazer uma fala um instantinho só, tá? Conselheiro Bermoro: – Boa tarde a todos novamente, deixar o meu recado aqui para vocês, porque eu recebi ima noticia muito triste é isso que acontece com qualquer um de nós, eu, faleceu meu tio, era para mim ficar aqui até a tarde até às dezoito horas e eu recebi essa noticia, eu estou indo embora hoje eu gueria agradecer todos vocês e meu muito obrigado. Conselheira Maria Aparecida Amorim: Nós queremos dar os pêsames para você, dizer que a gente fica solidária pelas dores de sua perda. (Conselheiro Carlos Alberto Eilert) – Obrigado Conselheira, eu quero só fazer uma pergunta para o Conselheiro Edvande, na portaria do Ministério diz que até dois mil e oito aprovarmos aqui, e que depois ela é bianual essa aprovação, eu só queria tirar essa dúvida para gente colocar aqui a aprovação, porque está sendo apresentado e eu gostaria de tirar essa duvida, se nós temos que aprovar aqui esse relatório ou se vai ser só em dois mil e dez. Salvo melhor juízo a portaria do Ministério diz que em dois mil e nove e dois mil e dez, e o dois mil e oito tem que ser aprovado agora. (Conselhera Ingrid Handell: Presidente a ultima portaria que teve a gente até já conversou isso com o Conselheiro Edvande, só quando você assina a primeira vez que precisa passar pelo Conselho, isso foi feito foi publicada já a portaria existe lá e a partir do momento é só apresentação. (Conselheiro Carlos Alberto Eilert) -Não, porque senão a gente faz a apresentação e não aprova. Conselheira Clélia. Conselheira Clélia: - Boa tarde, Conselheira Clélia representante do segmento do usuário, NEOM. Eu quero parabenizar Ingrid a sua apresentação, apresentação da Secretaria de Política, muito interessante e eu gostaria até que o RAG fosse apresentado com essa metodologia, com essa análise. Não analise só numérica, mas assim bem qualitativa. Então isso, essa questão do monitoramento, do controle, avaliação do monitoramento é uma questão que a gente vem sempre debatendo aqui dentro do Conselho. Por quê? A gente já percebeu a fragilidade que tem dessa não ação ser concretizar, percebemos também que dentro do orçamento há um recurso mínimo para essa ação, foi aprovado aqui nesse pleno para que essa ação fosse desenvolvida, isso acarreta oquê? Acarreta que realmente a gente recebe de gestão onde não tem uma ação qualificada, o recurso não foi totalmente utilizado, muitas vezes o recurso, pelos relatórios a gente percebe que muitos recursos, muita ação ela foi desenvolvida nem cinquenta por cento, não é? E isso quer dizer oquê? Que essas ações quem está sendo prejudicado é o usuário lá na ponta, porque ela não é monitorada ela não é controlada e ainda o recurso que foi aprovado não foi utilizado totalmente. Então é uma questão que a gente tem que rever aqui no Conselho e que realmente o recurso para controle e monitoramento ele tem que ser um recurso onde essas metas têm que ser cumpridas para que as ações possam ser desenvolvidas e realmente o usuário ele ser atendido pelas políticas públicas que nós aqui deliberamos e aprovamos. E a gente vê isso claramente quando a gente vê a judicialização da saúde, os processos de ouvidoria, os processos de auditoria e no próprio monitoramento que a gente faz e que a gente vê que essas ações não estão sendo desenvolvidas lá no município, e que com a fragilidade da Secretaria Estadual de Saúde, não ter, a Ingrid falou assim que tem que ser institucionalizada essa ação, nas áreas, em todas as áreas né? Então, que isso seja feito logo porque o usuário é que padece com essa situação, mesmo assim eu quero parabenizar a analise que foi muito interessante para a gente. (Conselheiro Carlos Alberto Eilert) – Conselheiro Bazan: - Faça de mim as palavras da Conselheira, esse instrumento de avaliação do pacto é que tem que ser cruzado com o RAG e isso é função das comissões estarem resgatando esse instrumento e colocando ele lá dentro, e confirmar isso, está faltando recurso? Não está faltando recurso, técnico o quê aconteceu aqui? Se cada um daqueles itens de pactuação não foram cumpridos, talvez dez por cento,





2018

2019

2020

2021

2022 2023

2024

2025 2026

2027

2028

20292030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048 2049

2050

2051

2052

2053

2054

2055

2056

2057 2058

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

é isso Ingrid? De toda pactuação dez por cento que está comprometido só, né? Foi repactuado. Conselheiro Ingrid: – É só um eixo mais de controle, avaliação regulação e auditoria onde existe a maior fragilidade da secretaria. Conselheiro Carlos Bazan: – então dez por cento que teve que ser repactuado, ou menos? De todos os itens. Conselheiro Ingrid: - Isso, isso. Conselheiro Carlos Bazan: – Isso que nós precisamos fazer e fazer a provocação de uma política para atender essa questão. Vamos ver o que vai acontecer em dezembro ou em setembro se não vai ser de novo repactuado isso. Bom, e agora? Minha pergunta fica essa. Se está sendo repactuado porque que o Conselho não está aprovando essa repactuação? Está tomando só conhecimento disso? Precisa as comissões estarem avaliando isso, se as comissões entendem que o corpo técnico é factível essa data do dia sete porque essa questão vem desde dois mil e oito, dois mil e nove, dois mil e dez e terminar o ano de dois mil e dez ter que repactuar e não passar por essa Conselho mais seis meses, não sei. Então eu acho que sim, eu acho que toda vez que houver alteração na pactuação o Conselho tem que, através de sua Comissão, estar avaliando isso que está acontecendo. Conselheiro Ingrid) -Conselheiro, o Conselho esteve presente nas discussões todas que a gente fez no ano passado, só não está colocando aqui no plano para aprovação porque a Portaria houve mudança, isso em nível de Ministério, só isso, mas o Conselho participou das discussões todas no ano passado. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Ok Conselheira Marivanda. Intervenção Conselheiro Bazan: - Questão de ordem, ratifico que este Conselho tem que aprovar essa repactuação com participação da Comissão ou não, com a participação de Conselheiro convidado ou não, com comissão ampliada ou não. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Registrado, por isso que foi aquela minha pergunta no inicio lá. Conselheira Marivanda: – Marivanda representante do segmento trabalhador do Conselho Regional de Medicina Veterinária. Eu faço também as palavras de Clélia e do Pardal. É realmente preocupante Pardal, a gente não estar pactuando também essa repactuação, e eu também fico bastante temerosa, porque na realidade o Conselho tem que estar sempre atento aos instrumentos de gestão. Nós aprovamos agenda de saúde, aprovamos planos de saúde, e tudo isso está embutido ali naquela pactuação, nos temos o conhecimento do PDR, nós temos conhecimento PPI, será que conhecemos mesmo essa PPI? Será que nós estamos utilizando esses instrumentos de forma continua até que se chegue a um produto final dele, ou nós estamos utilizando esses instrumentos tendo conhecimento de forma segmentada? Eu aprovo a agenda, eu aprovo o plano, mas não faço a conexão da agenda com o plano com o PDR e com o PPI. Então, esse realiza ou não realiza, essas ações todas encadeadas elas vem dentro desse encadeamento que eu estou falando, é agenda é o plano é o PDR é o PPI. Então a pactuação não surge sem esses outros instrumentos estarem em sintonia. O que eu vejo, com a capacitação que nós estamos desencadeando, de Conselheiros, é que os Conselhos na tem conhecimento dos instrumentos de gestão. Não sabe do RAG não sabe do plano, mão conhece nem a própria lei que o regulamenta e isso é preocupante, é muito preocupante para nós, porque tudo isso esta acontecendo e nós estamos desconhecendo isso, nós não tomamos providencias quanto a isso. Então eu queria esse desabafo, nós temos que resolvermos essa situação e nos capacitarmos também com os instrumentos, só isso. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Conselheira Leila ultima inscrita. Conselheira Leila Boabaid: - Não, eu só gostaria de faze a seguinte reflexão. Ingrid pontuou bem aqui que existe uma Portaria Ministerial Tripartite e que dispensa essa reavaliação por parte do controle social que aprovou a primeira proposta né? Quando é para aprovar com prazos o Conselho, o Pleno aprovou, agora já a repactuação independe do Conselho. Eu pergunto aqui oquê





2060

2061

2062

2063

2064

2065

2066

2067 2068

2069

2070

2071 2072

2073

2074

2075

2076

2077

2078

2079

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089

20902091

2092

2093

2094

2095

2096

2097

2098

2099

2100

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

que o Conselho Nacional está fazendo? indagando, porque se a portaria chegou aqui no estado e vai chegar nos municípios, o problema está lá em cima, porque a portaria está publicada e equipe técnica está cumprindo o que reza a portaria. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Ok. Você quer fazer uma complementação Conselheiro? Porque é uma fala só e o senhor já falou, tá bom? Uma colocação, um minuto para o senhor então. Conselheiro Edvande - Exatamente, isso que a Conselheira Leila falou, nós já discutimos lá na Comissão, que é uma falha do Conselho Nacional de aprovar essa resolução lá do Conselho Nacional ela não faz essa observância, apesar de que o Mario ali não está na sua função, mas ele tem uma formação de advogado e disse que a Portaria tem dupla interpretação. Isso também não impede de a gente se concordamos aprovar aqui, eu acho que esta dentro daquilo que foi proposto, não há nenhuma modificação legal, mas a Portaria não fala. Na verdade a realidade é essa, a Portaria não pede para aprovar aqui no Conselho, porque já foi pactuado, é só para fazer a avaliação, isso nós já discutimos lá e chegamos a essa conclusão. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Vencida essa parte, nós vamos agora para o item seis ponto cinco – Definição referente ao parecer da Procuradoria Geral do Estado sobre a Súmula treze do STF para situação da Secretaria Geral do Conselho Estadual Saúde - Ouem que vai apresentar? Secretária Executiva Ana Boabaid:) - Eu gostaria de falar um pouquinho sobre essa sumula treze porque ela está me trazendo muito desgaste físico, metal e psicológico, inclusive por receber telefonema de Conselheiro para me falar que eu não sou Secretária Geral do Conselho, então eu respondo que de fato eu sou, não sou de direito porque nunca recebi pelo trabalho que eu venho fazendo. Então eu gostaria que a nossa assessora jurídica, porque ainda eu não tenho autonomia de acompanhar o processo, eu secretária Executiva, mas como nós temos um jurídico que deve estar acompanhando. Eu tenho, inclusive subi esta semana para ver onde é que estava o processo, o seu Mário puxou pra mim também para ver onde que estava, depois vi com Rosane, mas o processo tramita ainda na Casa Civil, ele não chegou na PGE. E ela falta deste Conselho, uma insistência para que isso aconteça, né? Porque é muito desagradável ficar nessa situação. Eu volto a insistir, que eu se ocupei esse espaço é porque eu acredito que não seja nepotismo, justamente na justificativa que foi feita e que o Presidente encaminhou, mas parou não sei por que, na Casa Civil e até o dia que eu soube estava parado lá. Não sei se nossa assessora tem outra informação. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: Doutora Rosane: Como todos sabem. A Procuradoria Geral do Estado já deu parecer a Doutora Fernanda considera nepotismo, o Procurador Geral homologou o parecer, a Ana falou para mim correr atrás dessa documentação, fui no Cardioic peguei fotocópia desse documento que foi encaminhado do Presidente do Conselho, liguei para Doutora Fernanda e ela disse que não tem como fazer alteração desse parecer, teria que ver com o Procurador Geral. Esse documento que saiu do Conselho Estadual de Saúde, do Presidente do Conselho, foi encaminhado para a senhora Acelina, eu passei toda a documentação para a Ana, ela falou, pegou toda a documentação e falou que iria falar com o Senhor Secretário. Só até aí que eu mexi, porque toda a documentação que estava comigo a Ana pegou e falou que iria conversar com o secretário. Só isso que eu tenho conhecimento. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - Conselheiro Edvande está inscrito. Conselheiro Edvande: -Exatamente foi eu que solicitei o retornar na pauta essa discussão, porque nós tivemos reunião lá no Conselho da Promoção de Igualdade Raciais discutindo vários assuntos e um assunto foi esse, na minha entidade que eu sou presidente que é o Centro Nacional de Cidadania Negra que tem uma assessoria jurídica lá que é o Doutor Roger, ele falou para mim que encaminhasse que tinha que





2102

2103

2104

2105

2106

2107

2108

2109 2110

2111

2112

2113 2114

2115

2116

2117

2118

2119

2120

2121

2122

2123

2124

2125

2126

2127

2128

2129

2130

2131

21322133

2134

2135

2136

2137

2138

2139

2140

2141

2142

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

cumprir o parecer da PGE, por quê? Porque o Conselho é um guardião das leis, é um fiscalizador, é propositivo normativo. Se tem um parecer da PGE, que é o órgão maior do estado, porque é que o Conselho vai ser contra esse parecer. Então é um tiro no pé, eu não entendo das leis, mas foi a meus companheiros assessores que são dessa profissão que disse que é uma dor de cabeca para nós Conselheiros e para os Conselhos. E dizer Ana que você mesmo disse que foi você que consultou, mandou para a PGE e disse que como a sua irmã ocupa um cargo lá na, e que se tivesse impedimento, você não aceitaria o cargo. Quem provocou a PGE foi você. Então hoje a PGE deu parecer contrário, disse que é nepotismo, não sou eu que vou dizer não é nepotismo. Eu liguei para você dizendo isso, por quê? Porque a senhora não é secretária executiva do Conselho Estadual, sentou na reunião do Grupo de Consciência Negra dia quatro do mês passado, redigiu uma ata lá para o pessoal do Grupo de Consciência Negra, está aqui com sua assinatura, eu Ana Boabaid lavrei a ata e fez com que induziu lá de tirarem um parecer lá, e mesmo a Comissão da Mesa Diretora dizendo que não procedia, a senhora fez com que encaminhasse uma resolução lá para o presidente aprovar sem nenhum encaminhamento, sem nenhum conselheiro tomar conhecimento. Então, diante dessa ata que a senhora assinou, eu encaminhei lá para a comissão de ética, para Ouvidoria para analisar se a senhora não infringiu a ética aqui enquanto profissional trabalhadora. De acordo com a resolução que é a zero, dos servidores, que é a questão da lei. (Intervenção Conselheira Jucelia) – Eu quero saber que assunto que nós estamos discutindo? É a súmula treze? É um questionamento do Conselheiro pela participação da Ana numa reunião que teve na entidade dele. Porque aqui estão misturando duas coisas. O quê que nós estamos discutindo nesse momento? Conselheiro Carlos Alberto Eilert: -Sou vou esclarece a questão de ordem e aí o Conselheiro termina a fala que tem um minuto para ele sem prejuízo à sua fala. Nós estamos discutindo aqui conforme a Conselheira solicitou definição referente ao parecer da Procuradoria Geral do Estado sobre a Súmula treze do STF para situação da Secretaria Geral do Conselho Estadual Saúde, então vou pedir encarecida mente que o Conselheiro ficasse atento. Intervenção – Ana Boabaid: - Eu gostaria de ler o parecer que foi encaminhado. Conselheira Edvande: - Diante desse parecer que nós fizemos essas reuniões lá na nossas entidades e eu enquanto Conselheiro o meu voto é que se cumpra o parecer da PGE. Não tem como nós ficarmos aqui com essa irregularidade. Já fomos discutidos essas reuniões anteriores, que até que houve uma proposta do companheiro o Doutor Ângelo também falou se caso houvesse impedimento da PGE que fosse já imediatamente empossado o segundo mais bem votado que foi o Ivan, tem outro senhor aqui que fez a proposta que eu anotei aqui e que eu acho que a gente não pode ficar nesse meio termo. Eu acho que tem trazido prejuízo financeiro para Ana Boabaid porque ela não é e não recebe e nós cobrado ela nessa pressão. A importância que eu vejo da Leila Boabaid que está desenvolvendo um excelente trabalho na baixada cuiabana, enquanto representante do escritório regional da baixada cuiabana, eu acho que se a PGE deu parecer dizendo que é nepotismo, quem somos nós, quem sou eu. Eu sou formado em história eu sou historiador, não sou advogado. (Carlos Alberto Eilert) - A Ana pediu para falar. Secretária Executiva Ana Boabaid:- eu queria só acrescentar o encaminhamento diante d reunião que teve, foi deliberado encaminhamento para a PGE, foi feito o seguinte encaminhamento. Assunto: aplicação da sumula vinculante treze do PGE, nepotismo. Os autos do processo em epigrafe tratam da situação em que Ana Maria Boabaid Carvalho e Couto, técnica de carreira do SUS/MT, foi eleita após processo eletivo para exercer o cargo de Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso, DGA6, no





2144

2145

2146

2147

2148

2149

21502151

2152

2153

2154

21552156

2157

2158

2159

2160

2161

2162

2163

2164

2165

2166

2167

2168

2169

2170

2171

2172

2173

21742175

2176

2177

2178

2179

2180

2181

2182

2183

2184

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

entanto até a presente data não houve o ato governamental de nomeação face a suspeita de nepotismo. Ocorre que a servidora eleita possui irmã Leila Maria Boabaid Levi, que ocupa cargo comissionado e é conselheira de saúde e ocupa o cargo comissionado de diretora regional da baixada cuiabana DGA4. O parecer numero cento e quarenta e seis GPG de dois mil e nove é de convencimento pela existência de nepotismo. O fundamento foi o fato de um parente do indicado já se encontra no cargo ou em função dessa natureza. Folha nove do parecer. Em bem como de que o nepotismo é uma situação configurada na idéia de favorecimento ou empreguismos e a outras formas de encampação de espaços públicos e perpetuação do poder político e econômico com violação aos precipícios constitucionais da impessoalidade, da imoralidade administrativa, artigo trinta e sete CF folha zero quatro do parecer. O cerne da questão está em saber se existe no caso concreto o favorecimento ao empreguismo e a outras formas de encampação de espaços públicos e perpetuação do poder político e econômico, esta inteligência para aplicação da sumula treze do STJ nepotismo. Sabe-se na seleção dos candidatos ao cargo da Secretaria Geral do Conselho Estadual de Saúde/MT, o pleno do Conselho determinou abertura em reunião, da resolução numero onze zero nove, edital da seleção zero seis zero sete dois mil e nove, publicado no Diário Oficial do estado de Mato Grosso numero vinte cinco mil cento e dez pagina vinte e sete e resolução coordena pela Comissão Especial Permanente e Ética do Conselho Estadual de Saúde onde selecionou currículo através da Comissão Eleitoral e ética. Os candidatos fizeram apresentação e foram avaliados perante o pleno de conselheiros em reunião ordinária na qual foi realizada eleição através de votação em urna. Estavam presentes vinte e dois Conselheiros, cinco candidatos uma desistência, com o seguinte resultado: Jorge Luis de Arruda zero votos, nenhum voto; Senhora Tânia Aparecida dos Reis, um voto; senhor Ivan Utsch Sebba, nove votos; Ana Maria Boabaid Carvalho Couto, doze votos, obtendo êxito como secretária geral. O preenchimento do cargo da Secretaria Geral Conselho Estadual de Saúde, é uma lógica de seleção e não pelo critério adotado nos preenchimento do cargo ad nutum conforme a vontade, ao arbítrio, discricionários. Assim, como houve ampla concorrência na eleição do candidato para futura nomeação ao cargo da Secretaria Geral Conselho Estadual de Saúde, fica afastada a hipótese de nepotismo que indica a aplicação da sumula vinculaste numero treze do Supremo Tribunal de Justiça. Acrescente-se que em reunião ordinária do pleno de Conselheiros de saúde no dia três do dois de dois mil e dez, com onze votos a favor ocorreram a decisão pela nomeação de Ana Maria Boabaid Carvalho Couto para o cargo de Secretária Geral Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso DGA6, de forma que reafirmou por maioria do Pleno do Conselho Estadual de saúde, a deliberação do resultado da eleição da Secretaria Geral Conselho Estadual de Saúde que ocorreu na reunião do dia três do zero dois. Ante ao exposto, solicito a essa Procuradoria, para que seja reanalizado o processo de nomeação de Ana Maria Boabaid Carvalho Couto para o cargo de Secretária Geral Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso o que deve ocorrer através de dois atos no período de dezoito do seis de dois mil e nove a quatro do oito de dois mil e nove como Secretaria Geral do Conselho Estadual de Saúde interina conforme resolução numero quatorze zero nove a partir de cinco zero oito de dois mil e nove como titular. Augustinho Moro, Secretario de Estado de Saúde. Esse documento, Conselheiro foi encaminhado após a ultima reunião que discutiu a sumula treze para a PGE, foi encaminhado para a PGE, via Casa Civil e está parado até hoje na Casa Civil e não chegou na PGE. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: estamos esclarecidos? Alguém quer ajudar a mesa de como é que nós vamos encaminhar? Antonio inscrito depois Doutor Ângelo, desculpe,





2186

2187

2188

2189

2190

2191

2192

21932194

2195

2196

21972198

2199

2200

2201

2202

2203

2204

2205

2206

2207

2208

2209

2210

2211

2212

2213

2214

2215

22162217

2218

2219

2220

2221

2222

2223

2224

2225 2226

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Lilia primeiro, depois Antonio Cordeiro, Doutor Ângelo e aí Clélia. E Pardal, e Bazan, Conselheiro Bazan. Conselheira Lilia: – Essa situação foi discutida não é Conselheiros, desculpa, Conselheira Lilia Associação Mato-grossense de deficientes. Nós discutimos teve todo um questionamento, posicionamento do Conselho, deu um certo encaminhamento que agora a gente até questiona. Naquele momento da ultima discussão falou-se de mandar para o Tribunal de Contas a qual não tem autonomia de tomar nenhuma decisão que ele analisa contas, e, até agora a gente não tem um posicionamento. Na legalidade, né Ana nós não estamos, a Ana está com a responsabilidade tem a responsabilidade, mas não tem o direito. O direito de exercer a função e é difícil porque ela é trabalhadora e ela tem que ser remunerada pelo trabalho que ela exerce, mas também não deixa a gente trazer uns questionamentos que a gente está ouvindo dentro do conselho, eu sou Coordenadora da Comissão de Ética e levei até quando a Jucélia pergunta o que tem a ver o questionamento do Edvande com o que o ato, as pessoas que, e a gente não sabe como está funcionando, em todo tempo do Conselho, mas essa questão, assim, o conselheiro passou para a gente, de ele ser contra, isso é um assedio. A gente passou para comissão para avaliar isso. A comissão vai se reunir sexta feira, trazer um posicionamento da Comissão de Ética, mas também gostaria de colocar um posicionamento nesse momento. Nós estamos com uma dificuldade porque a Secretaria Executiva, ela tem que tomar posicionamento, ela tem que tomar decisões e automaticamente ela toma decisões dentro da ilegalidade, tem que se fazer o encaminhamento. Tem que dar uma decisão. Quem que tem se inscrito, que tem na legislação. A assessoria jurídica, ela tem que se posicionar com a gente justamente em encaminhamento que está sendo feito aqui dentro desse conselho, porque não pode ficar da forma que está, porque o secretario ele deu uma sugestão. A secretaria executiva naquele momento achou que não era conveniente ele falou que ia fazer um ato de referendo, uma situação assim. E aí o que aconteceu, ela não aceitou e continuou na mesma função, então nós estamos sem Secretaria Executiva de Direito fazendo o trabalho como um técnico, sem remuneração e sem estar nomeada de direito no cargo que ela tem que estar, então tem que se resolver e dar o encaminhamento aqui nesse Pleno porque não pode ficar dessa forma. E está acontecendo situações aqui também, nos informes a gente vai citar a questão de questionamentos, então eu gostaria que desse encaminhamento mais breve possível, a gente tem que tomar decisão agora. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: – Conselheiro Antonio Cordeiro. Vou fazer um pedido par a gente se ater ao tema, porque senão daqui a pouco vamos chamar a atenção novamente que nos não estamos nos atendo ao tema, então o que for de representação para a Comissão de Ética vai para lá e resolve, vamos ater ao ponto como foi falado pela Jucélia. Conselheiro Antonio Cordeiro: - Eu vou ser rápido até porque tem coisas que a gente não consegue entender é complicada a situação. Ms eu acho que se esse documento foi encaminhado para a PGE, então eu acho que a assessora jurídica do Conselho deve procurar a PGE e fazer com que esse documento se encaminhe e que se tenha um resposta favorável o quanto mais rápido e fazer com que essa pessoa da PGE fez essa escrita, talvez ela não esteja entendendo ou não entendeu certo como houve o sistema aqui dentro, como foi a votação aqui dentro quem sabe ela não está esclarecia a este ponto, quem sabe seja só chamar para que ela venha um dia aqui e participe, veja como funciona aqui. Se tem esse documento que o Secretário mandou, que já esta dizendo pra ela como se funciona deve-se encaminhar agir para que as coisas mais rápidas. É isso ai, eu acredito que é a única coisa que nós temos que fazer é a assessora jurídica bater em cima e procurar fazer isso aí funcionar de volta e comprovar o seguinte que aqui





2228

2229

2230

2231

2232

2233

2234

2235 2236

2237

2238

22392240

2241

2242

2243

2244

2245

2246

2247

2248

2249

2250

2251

2252

2253

2254

2255

2256

2257

2258 2259

2260

2261

2262

2263

2264

2265

2266

2267

2268

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

dentro não se houve nepotismo da parte da eleição da votação dos Conselheiros. Tem que se fazer crer isso aí pelo menos da minha parte sim, eu acredito nesse lado. Assessora Jurídica Rosane: – só lembrando um pouquinho do que eu tinha falado anteriormente, o documento foi encaminhado par a Casa Civil. PGE, como diz o conselheiro dia vinte e seis do dois, eu Rosane assessora jurídica, liguei na Casa Civil para saber onde estava o processo, me informaram que estava com a Celina e a Celina estava viajando e chegaria na segunda feira. Na segunda feira de manha eu falei com a Ana. Ana esse documento está com a Celina ela falou para mim, mas porque que está com a Celina. Aí a Ana pegou toda documentação da PGE, o parecer, o documento completo, esse ultimo documento encaminhado e subiu para conversar com o Senhor Secretário ponto. Aí Rosane assessora jurídica não sabe mais, sabe-se que está com a Celina, Rosane assessora jurídica não falou com a Celina porque todo esse documento está com a Ana. Casa Civil, porque o processo originou-se da Casa Civil, mas quem faz o parecer é a PGE. Existem procuradores como na Secretaria de Saúde existe um procurador, a Celina, quem que é a Celina, Ana? Secretária Executiva Ana Boabaid: - É a Secretária Adjunta da Casa Civil, mas só colocando aqui um ponto, da nossa secretária adjunto esclarece esse processo é do dia vinte e nove, meses que esta tramitando, por isso eu fiz questão de pegar esse processo e na saída do secretário pedi posicionamento dele em relação ao processo porque eu tenho tido, eu acho, que atendo rodo mundo, tento ser eu, atender todo mundo com educação, agora não é questão Lilia, financeira é questão de valores que estão sendo feridos pela forma que é colocada a questão de nepotismo, buxixo, eu acho que esse pleno tem coisa muito importante para deliberar e se não tem condições, eu quero que isso acabe, porque que eu coloquei que quando resolver o nepotismo eu quero sair daqui, só isso que eu quero. Quero que se resolva porque eu não me coloco como nepotismo. Como estão tentando denegrir o meu nome, estão tentando denegrir meu nome quando se coloca paralelas que eu tenho que aturar como presidente de qualquer instituição encaminha documento porque está na lei está no regimento interno eu tenho que tramitar, aí vem um Conselheiro fala que não é isso e nesse momento eu não sou secretária executiva, né? Não dá de você ser gestor, não dá de você caminhar não dá de você ser feliz, não dá de você fazer nada numa situação dessa que eu me encontro, e eu não mereço e ninguém merece essa situação. Eu tinha outro viés para fazer sair e entrar com processo, mas eu não quero era ferir esse pleno que considero e que ajudei construir que é o SUS que é o maior espaço democrático e eu não posso desconsiderá-lo por causa de uma ou duas pessoas. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: – Conselheiro Ângelo: – Ângelo da Federal de Mato Grosso. Primeiro ponto que queria colocar é o seguinte, essa historia de chegar e falar não pode fazer tal coisa, não pode ou pode pra mim não faz sentido, sabe por quê? Porque a instituição não fala, escreve. Se algum Conselheiro está com a duvida, tem botar é por escrito. Porque chega lá fica falando, falando, chega outro fala ao contrário e aí? Como é que você vai ficar? Então precisa acabar com a historia, tá na duvida, entra com um oficio, Senhor Presidente considerando tal coisa e acabou. Se não dá gente, chega de informal, chega de amadorismo. Outra coisa que eu quero falar é o seguinte. Houve um edital, o edital foi aprovado na comissão de ética e saiu aprovado pelo Conselho. Portanto esse edital em qualquer processo seletivo é um instrumento que comanda tudo, não tem jeito, em concurso publico, é o edital, se o edital está errado isso é um problema institucional e não de quem entrou na jogada, então é por isso que ela está dizendo que ela tem toda a razão. E terceiro o seguinte, gente, pelo que eu estou entendendo, está sob júdice, não foi julgado ainda, um parecer não quer dizer que é parecer de juiz, houve, houve aí um parecer. Eu já falei da outra vez, gente, ou o





2270

2271

2272

2273

2274

2275

2276

2277 2278

2279

2280

2281 2282

2283

2284

2285

2286

2287

2288

2289

2290

2291

2292

2293

2294

2295

2296

2297

2298

2299

23002301

2302

2303

2304

2305

2306

2307

2308

2309

2310

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Conselho peita esse troço ou então fica aí, um falando outro falando e não vai levar a nada, agora vem o problema, se ela não está recebendo porque está irregular, ora como que ela está desempenhando a função se está irregular? Se ela está desempenhando, é porque foi aprovado pelo Conselho, então o Conselho ele é um órgão deliberativo, deliberou e para mim no me entendimento não é que eu quero dizer que eu quero desprezar parecer nada disso é porque parecer é o parecer que houve agora o secretário já não manda um oficio? Está lá? Então vamos aguardar ou então vamos cutucar para adiantar esse processo. Porque não pode ficar desse jeito, não têm condições atrapalharem todo o funcionamento as condições psicológicas delas não é fácil então vamos resolver logo esse troço, isso já foi discutido senão me engana na terceira reunião ordinária que está sendo discutido esse assunto. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: muito bem a conselheira Clélia está escrita não Pardal está aqui também. Conselheira Clélia: Clélia representante do NEOM questão eu acho que a gente tem eu até concordo muito com o que o doutor Ângelo colocou porque a gente tem que ver a questão da moralidade desse conselho o conselho ele tem que realmente saber o que está fazendo, se teve um edital se teve uma comissão de ética se teve um parecer de uma PGE mais que a gente tem que estar aqui em uma ultima reunião nos deliberamos para que realmente o secretário de saúde o presidente do conselho encaminhassem para a PGE dando mais subsídio ao processo para que ele fizesse uma análise nessa questão que estava gerando dúvidas então eu acredito que esse conselho ele vai realmente continuar com a sua moral que ele tem essa capacidade, os membros desse conselho que realmente a assessoria jurídica ou presidente do conselho peça para a PGE a resposta desse documento porque realmente a instituição tem que escrever não tem que falar, então se falaram que está na casa de não sei onde, na casa civil ou cm fulano de tal isso não me interessa que a gente tem que se interessar é o que realmente isso vem escrito para cá, para este conselho. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: Muito obrigado conselheira Bazan depois conselheira Marivanda e depois conselheira Alzita encerrou as inscrições? Não. Conselheiro Bazan: = Eu estou pedindo então para encerrar as inscrições após a ... Sua fala, a minha fala. Muito bem. Será obedecido João Dourado, Conselheiro Carlos Alberto Eilert: conselheiro Edvande já falou uma vez ai vamos desobedecer ao regimento desculpe. Não o regimento diz que a gente só se pronuncia uma vez sobre o assunto durante três minutos ao salvo melhor juízo as vezes a gente pode consultar o assessoria jurídica aqui. Sueli quem mais se inscreve? Posso falar? O que eu quero atacar aqui é a visão sob dois ângulos. Conselheiro Bazan: - Primeiro ângulo eu acho que há uma tentativa sim deliberada e que alguns conselheiros estão caindo nessa tentativa de conselho. Primeiro nós temos tomados resoluções ao longo do ano de dois mil e sete dois e oito dois mil e nove que não vão para a publicação que não vão para o parecer de gestor que é contra ou a favor se essa resolução fere e porque fere isso esta acontecendo a tempo se esse conselho toma uma decisão e essa decisão não esta sendo homologada pelo gestor, e esse gestor esta quietinho deixando a coisa acontecer é um problema para o conselho, então isso quem quiser resgatado com urgência no caso da dona Ana o que esta acontecendo? O conselho aprovou e deliberou toda a resolução desde aquele instante não foi para a homologação da resolução e não esta sendo dito para esse conselho porque que não está e não foi homologado isso, e como se acontece nesse caso agora pouco nós tivemos aqui uma discussão a respeito pacto e repacto a portaria fala que pacto fez acabou e não dá mais para ninguém e repacto? Então essa questão é tratada sobre duas óticas e nós precisamos ficar atentos a nossa preocupação aqui é se os recursos então sendo aplicados corretamente porque senão porque está tendo empecilhos no curso de





2312

2313

2314

2315

2316

2317

2318

2319 2320

2321

2322

23232324

2325

2326

2327

2328

2329

2330

2331

2332

2333

2334

2335

2336

2337

2338

2339

2340

2341

2342 2343

2344

2345

2346

2347

2348

2349

2350

2351

2352

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

capacitação nós não estamos conseguindo da vazão para isso. Chapada pode cancelar o curso dele porque não tem recurso para a alimentação dos conselheiros que é um compromisso que é um recurso federal garantido e a secretaria não vai poder garantir isso. Então a coisa tem que ser vistas sobre esse ângulo, o conselho senhor presidente em exercício e também aconselho que eles ratifiquem todas as resoluções que este conselho tomou até ontem e ontem para nós aqui foi mês passado para que vá apara a homologação ou porque o gestor diga por que não vai homologar e volte para esse conselho, para esse conselho impor acata o que o gestor diz, eu não vou homologar porque isso é um nepotismo e o conselho então toma a decisão de que homologa sim que isso foi um processo democrático e feito pelo edital e eles entendem que não é um nepotismo é uma coincidência de seus gestores estarem na mesma função. é isso que precisa ser feito agora o gestor não devolveu para nós e nos disse não vamos tornar isso em pauta tal resolução, resolução trinta e nove desse conselho não vai ser aprovado por esse gestor porque isso isso ai nós vamos estar reunidos e ai isso isso isso está correto o conselho informa a sua decisão. E é isso que nós temos que ter aqui dentro desse conselho largar mão de gestor por gentileza senhor presidente. Conselheiro Juridica Rosane: Uma questão de ordem senhor presidente, Pardal, a secretaria executiva eu fiz uma relação.um levantamento dos documentos para a PGE, desculpa para o TCE das resoluções que estavam faltando eu fiz um ofício para o presidente do conselho informando quais foram as resoluções de dois mil e nove que não foram publicadas isso já foi protocolados para eles agora eu estou aguardando a justificativa então isso já foi feito. Conselheiro Bazan: e eu como conselheiro também estou aguardando Conselheiro Carlos Alberto Eilert: a conselheira Lilia tem uma questão de ordem da fala do conselheiro Bazan. Conselheira Lilia: - A minha questão de ordem na fala do conselheiro, (Carlos Alberto Eilert) - conselheiro uma questão de ordem na sua fala, por favor, (Carlos Alberto Eilert) Pardal uma questão de ordem na sua fala,a (Lilia) - questão de ordem, está em que as resoluções para serem também de certa forma para serem a gestão de Conselheiro Bazan: -.. Questão de ordem na onde eu feri o regimento, questão de ordem onde eu feri o regimento senão. Conselheira Lilia) - Questão de ordem na sua fala não regimental, a questão de ordem está mais de seis meses sem conhecimento de atas, para as atas hoje se decide que toma as decisões para se homologar para o gestor cadê as atas? A questão de ordem está ai. (Carlos Alberto Eilert) Por favor, depois nós vamos responder a isso. Conselheira Alzita porque a conselheira Marivanda precisou atender ao telefone. Então agora conselheira Alzita. Inscritos? Está,a conselheira Marivanda que esteve de se ausentar ai a Alzita, João Dourado e Sueli. Esses foram os que se inscreveram então ela pediu para passar. Então conselheira Alzita, por favor. Conselheira Alzita: - então gente eu fico muito preocupada em relação ao que o Pardal esta falando as resoluções sobre minha apresentação aqui duas resoluções gravíssimas que foram aprovadas pelo conselho e ate agora não foram homologadas, Pardal no caso da Ana não é resolução é ação foi mais grave ainda entendeu que ela foi eleita não é verdade agora em contra partida depois desses imbrólios entendeu gestor através do pleno do conselho regional chegou a fazer defesa não é verdade? E foi o que ela leu ali mandou para a casa civil então como todos os conselheiros aqui falaram realmente tem que se exigir o pleno tem que se exigir entendeu uma posição da casa civil via PGE porque houve a defesa do gestor enquanto presidente não é verdade? Então não vejo como a defesa que o gestor fez assumindo que houve uma eleição da forma mais democrática possível houve não só a eleição de uma candidata apenas houve vários candidatos foi que deveria ser justificado antes me desculpe aqui a assessora jurídica essa





2354

2355

2356

2357

2358

2359

2360

2361 2362

2363

2364

2365 2366

2367

2368

2369

2370

2371

2372

2373

2374

2375

2376

2377

2378

2379

2380

2381

2382

2383

23842385

2386

2387

2388

2389

2390

2391

2392

2393 2394

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

justificativa deveria ter sido feita antes via acessoria jurídica mais como isso não foi feito ficando tudo direitinho entendeu? O gestor através como presidente o fez então realmente o pleno tem que solicitar cobrança em relação à resolução da resolução publicar o ato em si mais a resolução do problema que esta ai gente ate quando isso vai? Não é verdade? Então já que o presidente do conselho e do também gestor fez a defesa e muito bem feita através da acessoria jurídica dele ou não sei se assessoria jurídica nossa também participou, entendeu tem correr atrás sim tem que exigir esse documento sim resposta desse documento do qual Pardal também esta falando temos que ter todos os documentos que são saídos daqui saem daqui nos não temos a volta entendeu a gente delibera e o que acontece e ai não se publica, a gente indiretamente a gente fica omisso, ai quando chega apertando o calo a gente vai cobrar então isso tem ser feito assessora jurídica falou e já foi feito um documento para o presidente do conselho então de todas as resoluções não foram homologadas que no governo todas as resoluções do conselho estadual de saúde têm que ser homologadas pelo governo do estado entendeu seja ele de cotação orçamentária financeira e publicada no diário oficial tem que tornar publico isso então no caso da Ana especifico como ponto de pauta tem que se cobrar sim entendeu e a gente vai cobrar na próxima reunião aqui a solução desse problema gente chega. Rosana assessora jurídica Rosane: com relação coma questão da Ana ela não foi pedida nem parecer não foi pedido para manifestar foi pedido na ultima reunião para que o presidente do conselho fizesse essa manifestação essa manifestação foi feita não foi pedido nem a comissão e nem o pleno pediu para que Rosana fizesse manifestação acompanhei sim acompanhei esse andamento vi esse documento que foi encaminhado isso to acompanhando. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: Depois vou pedir um esclarecimento para quem se alguém puder me ajudar é esclarecimento no serviço publico federal eu tenho que dar uma resposta em trinta dias eu queria fazer a pergunta seguinte no estadual também é assim? Então passaram os trinta dias é isso que eu quero colocar de vinte seis do dois o documento nos estamos no dia sete de abril então acho que esse conselho tem tomar um posicionamento na fala da Alzita só isso que foi colocado. Conselheira Alzita: - complementando aqui essa situação é tão grave que veja bem já ocorreu isso no nosso plano de carreira o poder executivo a Assembléia Legislativa mandou o poder executivo uma alteração da lei setenta três sessenta e deu prazo de quinze dias para ela se manifestar, o gestor não se manifestou a Assembléia Legislativa publicou a lei. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: – muito bem ótimo tudo é contribuição. Conselheiro João Dourado, conselheira Sueli. Conselheira Suely: - eu já fui contemplada na fala da Alzita e do Doutor Ângelo mais eu gostaria de acrescentar uma coisa que a gente esta misturando os assuntos eu acho que tem coisa aqui que o Edvande falou e a Lília também que merece eu não sei eu acho que tinha que ir para comissão de ética, o que ela falou mais só que já esta rodando eu não sei o que vale ir para a comissão de ética agora então eu acho que a gente tem que separar as coisas como falou a questão das atas, a questão do Edvande a gente não pode misturar porque fica um bolo fica difícil de entender só chamando atenção para isso certo. Conselheira Marivanda: Marivanda representante do conselho regional de medicina veterinária, bom eu faço das minhas palavras a dos colegas que já apresentaram aqui eu encaminharia sugestão de que a comissão de ética junto com acessoria jurídica acompanhasse e apreciasse essa situação até para gente dar um despacho no acompanhamento do processo né a casa civil, acho que tem que ter um finalmente mesmo precisa esperar casa civil se manifestar e nos responder nós não vamos resolver nada que na realidade enquanto nós não tivermos um fechamento desse processo nós não vamos nem poder fazer uma reeleição eu acredito porque nós





2396

2397

2398

2399

2400

2401

2402

2403 2404

2405

2406

2407

2408

2409

2410

2411

2412

2413

2414

2415

2416

2417

2418

2419

2420

2421

2422

2423

2424

2425

24262427

2428

2429

2430

2431

2432

2433

2434

2435

2436

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ainda estamos pendentes sob júdice então nos continuamos na mesma situação do mesmo jeito eu acredito se de fechamento nesse processo o acompanhamento e fechamento dele para que possamos tomar outra atitude, eu gostaria de pedir também aos colegas que tivessem um pouco mais de respeito mesmo com relação à pessoa dela que hoje se encontra fragilizada e quanto mais à gente fazer coisas que agridam a ela mais complicada fica a situação, acho que a gente pode de outro meio tentar resolver os problemas, sem ta fazendo esse tipo de argumentação que ela citou aqui eu acho que seria conveniente para todos nos de parcimônia de entendimento em quanto ela esta sob judice a gente ter a compreensão e o entendimento de que as coisas terão que se encaminhada dessa forma ate que ela se finalize tá bom e é só isso que eu queria falar mesmo. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: Complementação sobre as atas, Secretária Executiva Ana Boabaid: a dificuldade da secretaria executiva eu não pude participar da reunião da mesa diretora e inclusive e no que o Doutor Ângelo coloca até numa solicitação nossa que a solicitação dos conselheiros seja feito por escrito ou por email porque por telefone é complicado depois para a gente não só para mim mais para toda área técnica que vem pedindo isso as atas nos já temos a atas prontas por não ter participado desse momento da mesa da reunião da mesa que não foi deliberado que as atas vinham e eu tentei conversar com a comissão mais a comissão já tinha reunido então não foi apresentadas as atas mais as atas estão prontas eu vejo de grande prejuízo, a demora das atas e eu acho que hoje as atas já estão todas prontas então poderia estar deliberando todas as atas na próxima reunião eu vou fazer um empenho para que que isso se torne atual e colocar que resolução do PCCS dos fiscais eu estive ontem no gabinete falei com Kerdiwick que o responsável pelas resoluções ele falou que não se encontra comigo, mais eu acho que esta com a secretária Kedna ai eu fui ate a Kedna atrás dessa resolução e a Kedna me informou o seguinte ela não foi assinada porque o Doutor Augustinho Moura deixou para o próximo secretario para ela fazer um estudo. Então essa resolução não foi assinada. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: – foi cobrado só para esclarecer, vou esclarecer já foi cobrado oficialmente não é isso? A nossa assessora jurídica acabou de colocar aqui foi cobrado por oficio falta assinatura ai vai entrar naquilo que o Doutor Ângelo acabou de colocar vem por escrito e esse conselho vai tomar as providencias pode falar. Conselheira Alzita:- Senhor presidente como fica a situação de nós conselheiros, como que um presidente de um conselho que participou de todas as reuniões das discussões apresentadas pelos técnicos da gestão mostrando os prós mostrando os contras e depois chegando num acordo aprova teve pedido de vista apresenta o pedido de vista e de repente o gestor que é presidente vai deixar para outro gestor gente nós vamos ter que tomar uma posição. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: Conselheira Lílian quer um esclarecimento das atas? Conselheira Lilia: - questão de esclarecimento que é uma preocupação muito grande porque a ata não tem chegado a mim como foi varias vezes solicitadas pelo conselho e a gente observa que eu estive na mão uma pessoa que não tem muita habilidade que estão fazendo essas atas então para se rever nesse pleno eu gostaria de ler as atas e esse resumo que é feito pela Jaqueline é muito simplificado é prejudicial a esse pleno temos que atentar a isso eu quero muito que esse pleno se atente e eu quero receber as atas com tempo regimentalmente fala que tem um prazo e u não recebo isso nunca olha gente do ano passado eu venho falando que eu não tenho recebido os documentos no prazo que não consigo ler o material eu recebi o material da pauta ontem porque eu estive no conselho isso aqui eu venho falando desde o ano passado é muito serio e se vocês não têm essa preocupação me preocupa muito porque tem decisões que fala de minhas, que eu gostaria de ouvir e





2438

2439

2440

2441

2442

2443

2444

2445

2446

2447

2448

24492450

2451

2452

2453

2454

2455

2456

2457

2458

2459

2460

2461

2462

2463

2464

2465

2466

2467

2468 2469

2470

2471

2472

2473

2474

2475

2476

2477

2478

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

rever o que esta escrito gente é muito importante então o encaminhamento que eu dou para Ana conselheira é que a pessoa escolhida ela esta aqui presente para presenciar como funciona gente pelo amor de deus não é possível que esteja vendo isso todo mundo esta aqui todo mundo ouve e esta sentindo a mesma coisa que estou sentindo não sei mais é importante a gente ter essas atas. Conselheira Alzita: Senhor presidente só um minutinho para eu completar, vem na memória aqui gente se a resolução foi aprovada em dezembro dia dois e dia nove de dezembro respectivamente como é que o presidente atual vai assinar uma resolução que foi aprovada em reuniões anteriores onde o presidente estava presente deixo minha duvida. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: – agora eu estou na dúvida eu também não sei por isso que nos temos que reformular a lei com essa situação que se esse conselho tiver o presidente no conselho a resolução será aprovada e publicada salvo melhor juízo, nos não vamos mais depender do secretario para ser publicado. Conselheiro Ângelo: -Senhor presidente uma questão de ordem em relação a esse ponto que ela colocou é o seguinte existe definição no regimento de que o senhor presidente a partir do momento que houve a votação ele tem prazo para assinar ou não tem? Não tem. bom então eu não vou mais discutir, o segundo ponto que eu queria colocar já esta falando muito em ata eu volto a falar aquele problema to fazendo uma conta aqui veja bem se todos os conselheiros receberem as atas toda completa dando em média de cinquenta a sessenta pagina por ata eu tive fazendo a conta aqui vai dar vinte mil folhas por ano vinte mil folhas por ano agora imagina quanto isso vai custar isso ai então volto a falar tem que ter uma ata resumida quem quiser e integralmente que vá ao conselho ou então que peça para mandar via digital porque não tem condições de preparar trinta agora vai para quarenta vai para trinta mil folhas gente é um despesa violenta. Conselheira Leila Boabaid: presidente eu gostaria de colocar uma experiência que a gente em relação com a ata, só para complementar o que o doutor Ângelo falou, e só, só complementando o que ele falou é a gente quedirige um colegiado de gestão e que as atas são fundamentais são documentos que habilita para dirimir qualquer duvida sem sombra de duvida concordo com você em numero gênero e grau só que a gente tem que otimizar tempo recurso porque se vai mandar essas atas fotocopiadas é complexo isso exige um custo operacional muito grande então o que a gente fez no colegiado a gente pactuou que a gente enviaria as atas via e-mail isso meio eletrônico e todos tem um tempo Lílian inclusive para mandar sugestão de alteração ou nas falas de cada um isso é feito no COSEMES feito nos colegiados gestão regional e fui agora concordo com o Doutor Ângelo que tem que fazer o resumo, porque ai facilita então se for ficar uma reunião inteirinha discutindo ata. Conselheiro Edvande: Questão de ordem: já fui chamado atenção. E que o que esta em pauta é o parecer do PGE e não as atas. Carlos Alberto Eilert: - muito obrigado. Conselheiro Edvande: E que se essa situação esta denegrindo a imagem da Ana Boabaid quem deu o parecer foi PGE se Estar denegrindo a imagem dela é a PGE, quem solicitou esse parecer foi a própria Ana que encaminhou pra lá. Secretária Ana Maria Boabaid : Houve um equivoco não foi da PGE que eu encaminhei. Carlos Alberto Eilert: questão de ordem é para que voltemos a pauta a Lílian tem uma questão de esclarecimento ela citou a Jaqueline dizendo que a Jaqueline faz o resumo das atas e ai a Jaqueline pediu para esclarecer que a acho também tem o direito a esse esclarecimento mesmo sendo assessora aqui de imprensa, Conselheira Lilia: ? eu quis dizer a Ana faz isso tudo e ela faz o resumo não é Ana? você faz aprovação no caso, retiro o que falei para não dar a fala para ninguém eu retiro desculpa eu só to querendo fazer o seguinte não é; a questão de esclarecimento é o seguinte foi aprovado nesse pleno que mandaria para mim Lílian Suely conselheiras, os documentos





2480

2481

2482

2483

2484

2485

2486

2487 2488

2489

2490

2491 2492

2493

2494

2495

2496

2497

2498

2499

2500

2501

2502

2503

2504

2505

2506

2507

2508

2509

25102511

2512

2513

2514

2515

2516

2517

2518

25192520

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

na minha casa regimentalmente tem um prazo todo mundo aqui falou que queria receber via e-mail e outra colocação a secretaria esta com problema no sistema muito tempo então quer dizer que os conselheiros não estão olhando seus e-mails porque foi dito bem claro para gente que ta com problema não consegue passar documentação o correio eletrônico não esta funcionando então eu não recebo nem via e-mail não tem condições de receber agora e quero receber em minha casa foi aprovado no pleno não estou recebendo desde o ano passado gente isso que o problema de esclarecimento. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: – agora vamos manter o aspecto democrático deste conselho sobre a ata porque foi citado duas pessoas e ai eu acredito que a Jaqueline tem que condições de falar, Jaqueline por favor esclareça se é você que faz o resumo ou é a Ana que vai falar? O resumo é a mesma pessoa que tem feito a ata que tem feito resumo e muito mal feito em relação ao que a gente espera nós inclusive chamamos e pedimos que ela tivesse presente a partir de hoje aqui para ela ter conhecimento que a gente houve tudo e tenta corrigir nos estamos com essa dificuldade inclusive se tiver algum comissão que quiser sentar com a agente com as atas para ajudar dar ponto final nessa ata para a gente vai ser uma ajuda de grande valia porque para mim a ata um instrumento maior abaixo da resolução Conselheiro Carlos Alberto Eilert: - ai para reforçar a fala da conselheira Lilian do Doutor Ângelo quando ao resumo realmente foi já que a conselheira Lilian não tem esse acesso ela receberia pelo menos de quem tivesse o interesse uma copia das atas estaria numa pasta na secretaria executiva para consulta dos conselheiros e que quem quiser receber por resumo estaria recebendo eu vou dizer o seguinte eu não sei da onde sai mais todo dia eu tenho três quatro mensagens no meu e-mail tem hora que é ate demais repete será que não tem vírus vem em duplicidade o mesmo assunto então acho que estamos resolvendo, eu concordo contigo que ata tem que se disponibilizar dez dias antes e que uma copia ficaria lá na secretaria em tempo integrai. Conselheira Maria Luiza: Uma questão de ordem, é publico e notório que vem sendo colocado aqui em relação a essas atas que estão mal redigida eu também desconheço a forma como ela foi contratada com relação a ata como foi esse processo que desconheço quanto conselheira e a gente tem que trabalhar da forma não amadora como esta sendo colocado aqui a não serve houve uma comissão que vai fazer, não nos temos que contratar serviços de boa qualidade se a gente quer serviço de boa qualidade nós temos que fazer de forma não amadora então é esse o meu ponto de reflexão nesse pleno eu quero esclarecimento com relação aquisição como é que foi pago como é que esta sendo esse processo. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: como não é ponto de pauta a minha sugestão é que seja agora para próxima reunião da mesa diretora no dia dezenove que ela seja sugestão de ponto de pauta este assunto para que nos possamos agora passarmos por assunto seis ponto seis. Conselheiro Antonio Cordeiro: Precisando de um esclarecimento só nos sempre recebemos os ofícios dois três dias quatro dias antes da reunião agora a gente recebe na hora ou por e-mail será que o oficio secretario não tem condições de pagar a entrega desses ofícios para entregar em nossas residências? Ou nas entidades? Com antecedência? Eu acho que seria muito mais pratico esse assunto acho que seria muito mais pratico do que ser do jeito que esta assim vem em cima da hora para a gente, todo tempo foi entregue nas residências gostaria de saber disso ai. (Secretária Executiva Ana Boabai: - Nos estamos com problema serio de transporte acho que também uma exigência que o conselho tem que fazer o novo presidente porque ontem mesmo nos tivemos um problema serio de transporte com uma das conselheira que foi num evento representar a secretaria estadual de saúde e na hora de buscar ela ficou aguardando sozinha varias vezes já ate em comissões





2522

2523

2524

2525

2526

2527

2528

2529 2530

2531

2532

25332534

2535

2536

2537

2538

2539

2540

2541

2542

2543

2544

2545

2546

2547

2548

2549

2550

2551

25522553

2554

2555

2556

2557

2558

2559

2560

2561 2562

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

que a conselheira Lilia, Raquel que participam lá a muito a Suely principalmente precisam de transporte e não tem transporte eles ate criaram um novo documento só que ai a gente envia manda chega na hora não tem o transporte ou leva o conselheiro em horário não coincide de buscar então esta complicado e isso já vem de antes inclusive antes do final do ano me lembro antes de eu sair de férias o presidente ou ex-presidente foi colocou que tinha aquisição de dois transportes para ficar atendendo a essas necessidades mas até agora nós não temos resolução deste caso. Conselheiro Edvande: - O encaminhamento da seis ponto cinco presidente . Qual que é o encaminhamento ? Conselheiro Carlos Alberto Eilert:- É que tiraram da tela lá né. Vou ler . Vou ler a apresentação. (ANA) E quanto as cópias seu Antonio hoje nós estamos sem documentos inclusive eu não trouxe cópia de nada porque não tem como ser copiado atesta com uma máquina funcionando e não esta mandando para fora e não teve como fazer cópia de nada essa cópia foi feita aqui na saúde pública hoje. Então vai acabar Fechando o conselho desse jeito porque está impossível. Conselheiro Carlos Alberto Eilert:- Deliberação referente ao parecer da PGE sobre a sumula treze do STF sobre a situação da secretaria geral do conselho estadual lá está escrito definição salvo melhor juízo. Definição a pauta que foi enviada está escrito deliberação por isso que o conselheiro Edvande listou qual que é a deliberação eu acho que talvez ali foi escrito entre definição e deliberação mais riscado aqui está. Então o que chegou a essa mesa que este pleno deve deliberar que a casa civil ou a PGE se pronuncie com a urgência necessária em relação a documentação enviada àquela casa é isso? Eu estou errado? Em função do documento enviado. Conselheiro Carlos Bazan: Questão de ordem, senhor presidente quero esclarecer, é o gestor que vos tem que responder se é pela casa civil, se é pela marinha, pouco importa que o gestor nos responda que a senhora não vai ser contratada por causa disso, disso e disso. O pleno vem aqui e julga se procede eu teria por regimentar trinta dias. Conselheira Lilia: Questão de ordem se tem um encaminhamento a casa civil está aguardando um parecer vamos que vai pedir um posicionamento do gestor agora. As deliberações e resoluções do conselho esses sim né. Conselheiro Carlos Alberto Eilert:- Só um instantinho vou tentar encaminhar este conselho delibera em relação a reunião é o ofício porque não é resolução, este conselho deliberou no dia sete de abril de dois e mil e dez que o gestor responda o documento em relação a situação da senhora Ana Boabaid como senhora executiva se o gestor vai dizer que está na casa civil ou não ai nós vamos deliberar na próxima reunião. Conselheiro Carlos Alberto Eilert:-Deixa eu ver se eu consigo encaminhar eu sou gestor, mandei o documento como esse conselho pediu este documento está na casa civil. Ai vocês enviam para mim gestor perguntando o seguinte o que o senhor fez com o documento? Eu vou simplesmente informar a este pleno que se encontra na casa civil. Ficou fácil demais para o gestor que administra a saúde me responder e ai nós vamos nos calar. Então me ajudem a resolver o problema. Conselheiro Carlos Bazan: Senhores nós temos aqui um posicionamento que agora amanhã e sempre qual é a pressa senhores? Resolução, deliberação formada por este conselho vai para o gestor, o gestor nos tem que responder a resposta não é que está na casa civil ou na marinha, não é essa a resposta, a resposta é a resolutividade da deliberação ou da resolução que se tomou. Se ele disser olha eu preciso de mais vinte dias, dois meses para tomar, para aprovar ou negar essa deliberação ou essa resolução, é isso quee vai ser dado o prazo. Agora ele me responder, que esta....isso não é resposta. deliberação e resolução é praste a isso gente é o gestor que nos não vai responder. Muito bem. Esse conselho tem que cobrar essa resposta tem que tomar uma posição ou a mantêm para acata isso. Para qualquer coisa, não importa o que seja. Conselheiro





2564

2565

2566

2567

2568

2569

2570

2571 2572

2573

2574

25752576

2577

25782579

2580

2581

2582

2583

2584

2585

2586

2587

2588

2589

2590

2591

2592

2593

2594 2595

2596

2597

2598

2599

2600

2601

2602

2603

2604

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Carlos Alberto Eilert: Entendemos pronto. Vamos ver o encaminhamento de João Dourado talvez a gente consiga. Conselheiro Joao Dourado: - Vou tentar fazer um encaminhamento, João Dourado, de que tem coisas as vezes que a gente não tem que ficar dependendo da gestão não, conselho não se fala que é autônomo, deliberativo; o conselho procurou uma via, gestor enrolou o conselho eu acho que tem uma autonomia de pegar toda essa documentação pedir para pessoa jurídica do conselho fazer a fundamentação disso fazer a defesa disso de tudo tudo; e nós encaminharmos diretamente para o PGE protocolar lá na PGE, não foi, mais foi feito o que? Para o secretário, o secretário fazer a defesa e mandar para a casa civil até agora não deu resposta o conselho delibera aqui que vai pegar todo essa defesa feita pela assessora jurídica do conselho com toda a documentação e encaminhar para a PGE e aguardar a reposta da PGE diretamente. Conselheiro Bazan: - Não é essa, nós não temos que ficar fazendo o que o gestor tem que fazer nós definimos a política onde. Conselheira Lilia: -. Questão de ordem, quando tem encaminhamento do ministério público não se pergunto nesse conselho o que o conselho foi deliberado, volto atrás. O PGE é uma instancia que nós respeitamos e tem que ter um posicionamento de lá sim. Então o encaminhamento que nós temos que fazer é como o João Dourado está falando a defesa do conselho, já foi feita a defesa mais não mandou para o secretário, o secretário encaminhou para a casa civil e está parado. Agora nós podemos pular o tramite e fazer diferente. Conselheiro Carlos Eilert: Pessoal só um instantinho. O conselheiro... Só um instantinho senão não vou contemplar, com licença.. Vou falar... O senhor Ambrósio está invocando o artigo décimo quinto das reuniões ordinárias,as reuniões ordinárias serão realizadas nas primeiras quartas-feiras do mês com inicio as quatorze horas na sede do conselho estadual onde for, sendo abertas participação de qualquer pessoa ou entidade com direito a voz somente quando autorizada pelo pleno. Muito bem. Agora vou perguntar se este pleno autoriza, durante três minutos, para que o conselheiro Ambrósio possa se manifestar, sobre a pauta. Muito bem, os conselheiros que concordam que ele se manifeste sobre essa pauta, por favor, levantem o braço. Não vou nem contar. Quem é contrário? Abstenções? Foi autorizado três minutos, senhor Ambrósio. Senhor Ambrósio: - Boa tarde a todas e a todos conselheiros e conselheiras ouvinte corpo técnico. Ambrósio representante da fraternidade em questão doente deficientes. Eu estava aqui analisando e eu quero, como aqui é ouvinte, avaliando vocês também como controle social, até mesmo do próprio conselho muita fragilidade que o conselho continua. Coisa que eu gritei muito aqui e tomar decisões as vezes não é alcançada, hoje vocês estão experimentando também essa situação. Regimentalmente, pelo que eu conheço do regimento as resoluções estão previstas para trinta dias para manifestação, trinta dias para limitação depois contesta. Regitalmente eu ainda disse isso também estabelece que dá trinta dias para tomar a decisão para a resposta do gestor nada mais e isso não tem acontecido há muito tempo, em consequência da próxima reunião determina que caso a empresa não aconteça se envia a outro órgão independente que é o ministério público isso precisa ser avaliado pela presidência e ao mesmo tempo para a deliberação e fortalecimento autonomia desse pleno, desse conselho que ao tomar uma decisão e não obter uma resposta no tempo hábil, é necessário que se faça até para que as legislações determinem para que se faça, enviem para o órgão competente, a nomeação para aprovar deve ter uma documentação de trinta dias ai e já parte pra outro setor eu quero colocar também em questão de como atravessar essa questão aqui e dizer para o membro do conselho para quem participa das comissões que as comissões constituída permanente ela é propositiva e de assessoramento desse pleno por tudo as comissões tem o poder de convocação e de





2606

2607

2608

2609

2610

2611

2612

2613 2614

2615

2616

2617 2618

2619

2620

2621

2622

2623

2624

2625

2626

2627

2628

2629

2630

2631

2632

2633

2634

2635

26362637

2638

2639

2640

2641

2642

2643

2644

2645

2646

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

saber onde está e fazer a proposição de buscar as informações e ter a resposta isso é regimental e é fundamental que o conselho pratica o seus atos para que não caia nessa situação que se encontra hoje a gente fica aqui de longe assistindo e preocupado porque o conselho cadê vez mais ele deixa um 'desculpa o termo" rabo Tão grande para que ele na instituição até fazer o ministério público entender aqui dentro. Conselheiro Carlos Alberto Eilert:- Só vou fazer uma leitura que ai eu vou passar a palavra ao doutor Ângelo. Artigo décimo terceiro as deliberações do conselho estadual observado do quorum estabelecido seram tomados na maioria sim pelos seus membros sendo que o voto de cada membro estará sempre em aberto mediante a resoluções homologadas pelo governador do estado conforme previsto na artigo primeiro parágrafo segundo da lei federal oito mil cento e quarenta de vinte e oito de dezembro recomendações sobre o tema o assunto específico e não responsabilidade direta moções as resoluções devidamente homologadas deverão ser publicadas no diário oficial nas votações do pleno o presidente terá direto ao voto, só um momentinho, ok. Não tem prazo no nosso regimento, o que deve ser obedecido acredito eu na três diz que é trinta dias. Senhor presidente. Doutor Ângelo agora. Conseheiro Conselhero Ângelo: - Senhor presidente, seguinte... quando o processo ou qualquer deliberação ela é praticamente já normalizada, eu acho que até em trinta dias está muito, o presidente assina, manda para publicar e ai não há problema nenhum. Agora nesse caso houve um parecer, eu não sei como é que surgiu esse parecer, o quem que pediu, eu não sei, não sei, alguém pediu, então foi anexado antes que ele assinasse houve um parecer ora que veio o parecer o que é que ele fez? Como é que ele vai assinar com um parecer desse, jurídico, porque lá é assim assessoria jurídica ela podem não ter poder de mando mais tem assessoria jurídica. O que aconteceu, voltou pra cá, pra houve uma defesa que voltou para lá, de lá foi para a casa civil, então o que é que está acontecendo é que é uma situação excepcional, então por isso que está dando toda essa problemática. Agora no meu entender é o seguinte, para mim não adianta mais voltar para a PGE porque vai bater e voltar do mesmo tempo, porque vai dar o ping pong então tem que ir para um lugar com o poder maior qual é o poder maior? Eu não sei esse tramite esse fluxograma eu não sei está entendendo? Porque como é que vai colocar uma coisa que já teve um parecer daquele lugar, vai bater e vai voltar então tem que subir para outro lugar mais está parado lá na casa civil para onde que eles vão mandar, bom eu não sei, eu não sei, entendeu. Então essa é a minha preocupação, ainda estou em dúvida seguinte tomada uma deliberação agora para ser publicado agora um prazo do presidente para assinar esse negócio ai, eu não tenho, até agora estou na dúvida, trinta dias, e ele não assinou porque? Porque alguém levantou algum problema, então ele tinha que aguardar, ele aguardou? Bateu voltou, agora, voltou de novo e vai para casa civil ele está aguardando uai, como é que ele vai assinar um negócio desse? Conselheiro Carlos Alberto Eilert:- Pessoal,nós já estamos entrando em um processo de deliberação, então eu começo a fala e as pessoas já foram inscritas e já falaram nós precisamos tomar aqui uma decisão, e a mesa se sente nesse momento, nós vamos pedir para enviar para o judiciário foi retirado aqui ou vai para o ministério público senão se pronunciar nós vamos montar um novo processo ou vai aguardar a resposta do que está lá ou acata a PGE vocês vejam bem como é que está aqui então eu gostaria que vocês me ajudassem neste encaminhamento então nós vamos votar nesse ai. Ok? Quer falar dona? Quer um esclarecimento? Então está bom. Encaminhamento. Conselheira Marivanda: - Se o secretário encaminhou uma defesa lá para casa civil para ir para PGE eu acredito,não sei,parece ser uma solução,do conselho estar encaminhando fazer uma reintegração desse encaminhamento que o secretário fez e pedir para que se faça um





2648

2649

2650

2651

2652

2653

2654

2655

2656

2657

2658

2659 2660

2661

2662

2663

2664

2665

2666

2667

2668

2669

2670

2671

2672

2673

2674

2675

2676

2677

2678 2679

2680

2681

2682

2683

2684

2685

2686

2687

2688

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

andamento mais rápido em decorrência até dos prejuízos que o conselho está tendo com isso, porque na realidade o conselho está sendo prejudicado nas suas ações nós estamos e não estamos com uma secretária executiva, estamos amarrados porque ainda está subjudice que poderia fazer uma reiteração do pedido que o secretário fez para que ele adiantasse o processo em caso de urgência né eu acho que poderia tentar fazer isso que ia ficar bom também. Conselheiro Carlos Alberto Eilert:- Podemos dizer então que este pleno delibera que seja enviada a casa civil para que a mesma se pronuncie com urgência em relação ao documento encaminhado pelo senhor secretário no dia vinte e seis do dois. Está certo ? Podemos votar isso ? Podemos fechar essa questão ? Muito bem. Em regime de votação: Os conselheiros que concordam, por favor a secretária anotou? Não não, urgência não tem prazo, é ontem; você anotou ai o encaminhamento? Vai,vai votar agora. Urgência tem prazo? Sete dias ? Conselheira Maria Luiza: Você falou que o conselho manda falar para a casa civil responder é urgente... Mais tem competência fazer isso? Conselheiro Conselheiro Carlos Alberto Eilert:- O presidente vai fazer o ofício da deliberação, o presidente do conselho em reunião de hoje aqui justifica e o presidente do conselho envia casa civil que haja essa manifestação com urgência em relação ao documento que já se encontra lá. Há mais de trinta dias o processo número tal. É um ofício simples ok? Vamos votar né ? Os conselheiros que concordam que o presidente do conselho solicite a urgência na documentação encaminhada daquela casa, por favor, se manifestem levantando o braço? Vamos contar ? Um,dois,três,quatro,cinco,seis,sete,oito,nove,dez,onze,doze,treze,quatorze. Contrários? Abstenções? Com uma abstenção, quinze votos favoráveis, então a secretária executiva vai encaminhar o ofício para que o secretário assine em decisão desta. Agora nós vamos para o outro ponto de pauta, por favor. Vou ler. O próximo ponto de pauta é: deliberação, encaminhamento referente a resolução que garante diária para acompanhar deficientes em viagens. Quem vai fazer a apresentação a respeito deste assunto? Quem vai se manifestar? (conselheira Alzita **Ormond:** Senhor presidente eu só queria colocar um adendo ai. Eu não gostaria que fosse deficiente, eu gostaria que fosse portadores de necessidades especiais, não pode por quê? Conselheiro Carlos Alberto Eilert:- Quem tem que se manifestar agora? Por favor quem vai esclarecer o problema da palavra? Lilian? Muito bem Lilian, esclareca para nós. Passa lá, passa lá. Por favor, esclareca a palavra deficiente e portador de necessidades especiais. Conselheira Lilia: conferencia nacional de deficientes que essa palavra portador de necessidades especiais foca alguma coisa., alguma doença que dá sentido ambíguo. Então lá na conferencia foi delineado que não deveria usar esse termo de portador e foi definido que a pessoa com deficiência. Porque você portar, qualquer um pode portar um vírus, uma doença contagiosa e nós não portamos então a gente debateu muito e chegou a conclusão que ficou dessa forma que foi colocado. (Conselheira Alzita Ormond: -Conselheira Lilian eu só fiz esse relato sabe porque? Porque assim nos concursos públicos a lei diz o seguinte fica-se reservado cinco por cento das vagas aos portadores de necessidades especiais. Então lá cadeirante, não cadeirante incluir todas as pessoas então em concursos públicos exige-se cinco por cento para portadores de necessidades especiais então por isso que surgiu isso,acho que fica mais amplo né. Não só cadeirante, não só quem usa. Conselheira Lilia Suely-.. É que a lei anterior, a lei sete mil oitocentos e cinquenta e três de oitenta e nove ela falava portador ai com o andamento da lei mil novecentos e quatorze de novembro de noventa e dois foi alterado não é mais cinco por cento, é dez por cento. O estatuto da pessoa com deficiência e ai foi onde a gente mudou o estatuto foi amplamente discutido na conferencia, em todos os movimentos que deveria ser pessoa com





2690

2691

2692

2693

2694

2695

2696

2697 2698

2699

2700

27012702

2703

2704

2705

2706

2707

2708

2709

2710

2711

2712

2713

2714

2715

2716

2717

2718

2719

27202721

2722

2723

2724

2725

2726

2727

2728

27292730

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

deficiência, então ai foi mudado a lei mais nova complementar que é onde fala que é pessoa com deficiência. Conselheira Alzita Ormond: Nós temos que avisar o poder executivo sobre isso porque o último concurso saiu portadores de necessidades especiais e cinco por cento não dez por cento. Conselheira Lilia Suely: O estatuto fala que é dez por cento. Conselheiro Carlos Alberto Eilert:-Esclarecido senhores? Vamos então para deliberar. Podemos deliberar? Porque faz tempo que ela está aqui a muito tempo a comissão. doutora Rosane quer se manifestar em relação a doutora Rosane: só quero fazer a leitura . Conselheiro Carlos Bazan: - Questão de ordem senhor presidente, questão de ordem, questão de ordem, primeiro: está tendo uma inversão e você precisa ser reequacionada por exemplo o caso específico o conselho já tomou a decisão dessa resolução correto foi há trinta dias atrás ou mais? Então depois que ele tomou a decisão foi construída a resolução, voltou-se para esse pleno, eu só quero saber se vai ser essa praxe, agora porque se tornou essa praxe para essa resolução para todos que nós fizemos vai ter que tomar a decisão do próximo mês é apresentada a construção dela e este é um complicador porque nos só vamos começar a poder ir para o gestor para a tomada da decisão que eu coloca mais trinta dias então abriu um precedente ai complicador pra gente. Precisamos saber s isso agora vai ser retira nossa. Até porque quando tomamos essa decisão sempre jurídico para ser construído e mandado eu entendo particularmente que não se apresente ela e não faça isso mais. Conselheira Lilia: - Questão de esclarecimento é o seguinte é que se for decidido que a redação estava muito pobre e queria que enriquecesse mais que estava tudo ok, foi isso que foi decidido no último plenário, não ia discutir novamente mais que a assessoria jurídica traria para poder o pleno ver a mudança que ela fez,é só a redação que foi falado que está muito pobre que precisava da inclusão de alguma coisa que só colocando ajuda de custo pagamento de diárias para conselheiros com deficiência, ai agora ela colocou mais uma colocação da onde ela fez foi uma Alzita ela fez do estudo mostrou toda a legislação eu trouxe bastante legislação para você também para implementar melhor. É só complementado senhor presidente. Conselheira Alzita: Não não vou apresentar, quem vai apresentar acho que é a Lilian. Eu só quero apresentando a fala da Lilian entendeu, é que faltavam alguns pontos considerando para ficar mais claro como seria isso entendeu o que o pleno estaria aprovando e do jeito que estava a resolução anterior estava assim muito a quem a gente sentou com a assessoria jurídica e colocamos alguns consideramos e no artigo primeiro já que a Lilian falou que se mudou não é mais portadores de necessidades especiais lá no artigo primeiro não consta isso ai entendeu? Ai então o caso teria que ser. Eu ainda gente eu juro por Deus ainda não me convenci em ser o que a Lilian está falando acho que ficaria mais amplo portadores de necessidades especiais mais como... Contemplaria todos independentemente. Conselheiro Carlos Bazan: Alzita o meu medo é que chegue depois de qualquer outra deliberação resolução nossa se esse conselho vir a redação e aprovou a redação a partir deste instante todas a deliberações e resoluções nossas vão ter que voltar para cá de novo para nós vermos a deliberação e parece que nesse caso funcionou porque a hora que voltou para cá já teve uma discussão não é para deficientes não é isso então nós estamos tendo um retrocesso burocrático é de trinta dias. Conselheiro Ângelo: Senhor presidente!! Conselheiro Carlos Eilert: calma ai vamos para o esclarecimento para eu poder encaminhar, vamos esclarecer, por favor. Conselheiro Ângelo: logo que comecei a ler aqui, quando comecei a ler aqui estava escrito assim: observação: resolução para garantir que os deficientes tenham um acompanhante nas viagens ai aqui no artigo primeiro já não se fala em deficiência se fala em portador de necessidades especiais ou muda uma coisa ou muda outra





2732

2733

2734

2735

2736

2737

2738

27392740

2741

2742

2743 2744

2745

2746

2747

2748

2749

2750

2751

2752

2753

2754

2755

2756

2757

2758

2759

2760

2761

27622763

2764

2765

2766

2767

2768

2769

2770

2771

2772

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

mais não é isso que eu queria falar porque veja bem o surdo ele pode viajar vai precisar de acompanhante? Então precisa especificar mais claramente aqui, quando necessário. Deficiente há necessidade de acompanhamento quando necessário. Ah bom, ai quem vai dizer é quem vai solicitar e dar justificativa, óbvio. Conselheiro Carlos Alberto Eilert:- Então para entender doutor Ângelo a proposta do senhor é no inicio ou modificação do considerando ou no artigo primeiro. Vou fazer a leitura: aprovar o pagamento de diária para o custeio de despesa com deslocamento, alimentação e manutenção aos acompanhantes para membros, pessoas com deficiência aos pares, aos acompanhantes de pessoas com deficiência e membros do conselho. Nós vamos ter que arrumar a redação. Para membros do conselho, vou ler novamente que daí a Lúcia me ajuda. vamos lá, Conselheiro Carlos Bazan: aprovar o pagamento de diária segundo solicitação do conselheiro é ele o conselheiro que necessita que vai dizer, não pode deixar para fora. Conselheira Lilia Suely: Ângelo quando necessitado. Quando o conselheiro necessitar tem momento que não vai ser necessário gente, isso que eu coloquei aqui. E há momentos que vai ter a necessidade, ai quando solicitado pelo conselheiro. Conselheira Leila Boabaid: Carlinhos, só uma questão de... Eu acho que. Cnselheiro Carlos Eilert: Eu vou perguntar ao pleno para ver se ele vai autorizar. Conselheira Leila Boabaid: Aqui você tem que abrir um parágrafo para justificar dessa necessidade porque senão vai ficar um texto muito grande e pode dar dupla interpretação viu Lilian, por exemplo, aprovar, para acompanhamento dos membros e coloca portador sei lá como é como que vai ficar isso. Para deficientes né especiais do conselho estadual de saúde quando do seu deslocamento para atender as ações no exercício em suas funções. Ai já está garantido ai parágrafo único, cabe a vocês criarem como é que vai ser essa justificativa esse pedido entende... Conselheiro Carlos Eilert: quando o conselheiro solicitar. Conselheiro Ângelo: - Quando estiver devidamente justificada. Ou não há necessidade? Então pronto. Conselheiro Carlos Alberto Eilert:- Eu acho o seguinte,o que está sendo colocado aqui é que veja só veja bem eu acho que está certo, concordo com a resolução é para não acontecer o que aconteceu na conferencia nacional de saúde na décima terceira, a nossa ex advogada não retornou para conselheira Lilian fico em Brasília, tinha que devolver a passagem aérea e as diárias porque ela foi como acompanhante e chegou desculpa a expressão mais chegou a se vestir como se fosse membro da conferencia nós tivemos que chamar a atenção dela porque ela não era, mais ela tinha um crachá e ai chegou na hora de voltar, ela falou assim não mais eu vou ficar em Brasília e acabou não acompanhando a conselheira no seu retorno então acho que por isso que é importante que está resolução to mentindo? Não estou não estou então para não acontecer isso nós precisamos acertar a marra ali eu concordo com a Lilian coloca lá quando solicitado pelo conselheiro porque daí a responsabilidade do acompanhante é do conselheiro eu tenho que acreditar que o conselheiro precise o único quando solicitado pelo conselheiro. Como é que fica a primeira redação lá então? O Ambrósio está solicitando aqui se ele pode falar novamente a este pleno, se este pleno concordar que ele pode. Conselheiro Carlos Alberto Eilert:-Aprovar o pagamento de diária, para o costeio de despesa com deslocamento, alimentação e manutenção aos acompanhantes. eu acho que tem que ficar melhor. Tem que ter a resolução está aqui. Do membro com necessidades especiais. De membros, não, com necessidades especiais não é isso? Com deficiência. E acompanhante de pessoas com deficiência e membro do conselho estadual de saúde. Não não não e membro. Isso. Quando solicitado pelo conselheiro paragrafo único acabou. É inclusão? O Ambrósio está pedindo para falar, vocês vão autorizar? Estou perguntando. Ouvinte Senhor Ambrosio: - Bom pessoal Ambrósio





2774

2775

2776

2777

2778

2779

2780

27812782

2783

2784

2785

2786

2787

2788

2789

2790

2791

2792

2793

2794

2795

2796

2797

2798

2799

2800

2801

2802

2803

2804 2805

2806

2807

2808

2809

2810

2811

2812

2813 2814

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

representante da fraternidade de deficientes. Eu quero colocar a observação primeiro que a frase conduza a pessoa a deficiência. Está convencionado em todos os membros da ONU segundo, eu tenho um interesse interessante que na nossa situação, porque aprovado como docente da qualificação de conselheiros especiais eu gostaria que nessa resolução de colocar que apresentasse as pessoas com deficiência que participasse de outras atividades também. Dentro da saúde claro, a resolução da saúde, essa a observação. Conselheira Maria Luiza: Até isso a gente questionou essa lei ela tem que ser para todo mundo nós questionamos nós falamos isso. A gente colocou para discussão ai eu falei não. Conselheiro Carlos Eilert: O colaborador no decreto de lei já diz assim, o colaborador já está na lei. A lei é bem clara, ela diz assim, colaborador então solicite o colaborador e quando a pessoa não é conselheira ele solicita um colaborador para acompanhar o melhor juízo é o que está na lei. A Lilian esta com a lei bem aqui têm um parágrafo na lei... Conselheira Alzita: colaborador não em relação a isso senhor presidente... Conselheiro mais não podemos colocar. Conselheira Lilia Suely: Questão de esclarecimento Carlinhos. Conselheiro Carlos Eilert: o Conselho não oferece curso. quem oferece é a escola... Conselheira Lilia Suely: mas a escola é do conselho, é da saúde é escola publica de saúde, olha aqui o que vamos deixar aberto é o seguinte os colaboradores está aqui no artigo segundo do decreto dois mil cento e um de dezoito de agosto de dois mil e nove os colaboradores eventuais participes de termos de comparação entre o equivalente dos colaboradores eventuais que foi selecionado, ele é colaborador e tem esse direito também. Conselheira Alzita Ormond: Conselheira Lilian, questão de ordem leia novamente, veja o que está falando colaborador através de termos...Conselheira Lilia Suely: os colaboradores eventuais partícipes de termos de cooperação... Conselheira Alzita: não cabe ai Lilian... Conselheira Lilia Suely: mais o que está acontecendo gente, não é nós que vamos decidir isso a lei fala que se ele é funcionário então já está ligado esta questão então ele vai ter direito. No caso como conselheira eu tenho como provar por A mais b que aqui dentro que me permitiria o direito mais já está garantido em legislação da secretaria o que estava dando equivalência, o que estava dando discussão no outro dia era que conselheiro não era funcionário então decretos e conselheiros também poderia porque saiu um decreto em nome do conselheiro sendo que os colaboradores equivalentes e os conselheiros antes não tinha "e os conselheiros" antes era somente os colaboradores. Conselheira Alzita Ormond: Tudo bem eu só quero dizer o seguinte conselheira Lilian que não cabe aqui esse colaborador entendeu não é este caso especifico entendeu esse caso que está falando ai ele tem que ter pena de cooperação técnica assinado entre as partes que não cabe aqui porque aqui é conselheiro então eu acredito que Conselheiro Carlos Bazan: questão de ordem, decreto está criado com a resolução agora fiquei perdido aqui... Conselheiro Carlos Eilert: a minha dúvida, desculpe, eu quero saber o seguinte a minha duvida é o seguinte... Conselheira Jucélia: o decreto só fala em relação ao conselheiro ele já é usado. Conselheiro Carlos Bazan: essa historia aqui ela colocou um trem novo aqui que bagunçou a minha cabeça o decreto já assegura que o conselheiro tem a sua acompanhante. Conselheira Lilia Suely: Pardal é o seguinte o decreto é um documento sem força de lei que possa ser revogado a qualquer momento pelo gestor atual e a resolução decretou foi retirado não funciona? Conlheiro Carlos Alberto Eilert: A conselheira Mazena tem uma contribuição. Conselheira Mázena: - na realidade é uma dúvida como foi aprovado, como vai ser feito o pagamento para essas pessoas porque quando você paga eu estou falando assim, Lilian só um minutinho porque nesse material que a gente recebeu não fala como, a forma né que quando é um serviço é uma forma ...é só





2816

2817

2818

2819

2820

2821

2822

2823 2824

2825

2826

2827 2828

2829

2830

2831

2832

2833

2834

2835

2836

2837

2838

2839

2840

2841

2842

2843

2844

2845

2846 2847

2848

2849

2850

2851

2852

2853

2854

2855

2856

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

questão de duvida. Conselheira Lilia Suely: e ai a gestão vai dar um encaminhamento ou eles fazem a contratação direta de alguma pessoa olha você vem fazer a limpeza para mim e paga não isso continua como serviço também, eu perguntei no outro decreto Ingrid que motorista terceirizado que pode prestar servicos eventuais a secretaria pode fazer trabalho só de viagem e quem vai pagar esse pessoal esse também é dúvida, entendeu como funciona? Eu vou lá chamo a empresa terceirizada ponha ela para fazer o trabalho mais dizer que não pode agora... Conselheiro Carlos Alberto Eilert: minha dúvida é o seguinte eu não sou mais gestor administrativo em termos de administração se poder me esclarecer tenho duvida qual que é a duvida? Nós estamos aqui aprovando uma resolução que diz respeito, já foi aprovada e só está modificando o ponto, se for fazer inclusão vai acabar alguém pedindo vistas ainda porque daí vai ficar mais difícil o que esta acontecendo essa é uma resolução para o conselho estadual de saúde, essa é minha maior preocupação como é que eu vou legislar quando eu estou prestando serviço para um outro órgão do governo então ai nós do conselho temos condições de fazer uma resolução que seja abrangente para todos os outros órgãos, desculpe, se alguém puder me esclarecer. No âmbito do conselho eu posso, eu não posso determinar que a escola de saúde publica que faça isso, concordo com Maria Luiza nós podemos provocar isto já foi aprovado só foi para consertar os considerandos desculpe. Conselheira Leila Boabaid: Eu sugiro o seguinte que a gente aprove essa nova resolução e revogue a anterior porque vai virar um imbrólio porque você aprovou uma, ela está aprovada. Conselheira Jucélia: Só uma questão de ordem, não foi aprovada o que foi aprovada é que se fizesse uma resolução sobre esse assunto. Conselheira Leila Boabaid: Então é diferente, eu estou falando coisas aqui Jucélia que não é pertinente porque o que foi colocado aqui é que aprovou uma resolução e que ela vai ser refeita vai alterar a redação se altera a redação o conteúdo dela ela tem que ser aprovada uma só resolução e revoga-se a outra. Conselheira Jucélia Jucelia: tipo assim gente as discussões que nós estamos fazendo aqui que nós fizemos anteriormente a gente falou pelo decreto, falou sobre algumas questões, o decreto que a Lilian está citando lembro que naquele dia eu até falei que trouxesse um parecer em relação especifica daquele artigo do decreto tem um entendimento a Alzita tem um entendimento a Lilian coloca o entendimento que ela tem e eu acho que há alguns equívocos ai então assim nessa resolução se for citar esse decreto porque ali não fala colaborador através de uma coorperação técnica eu não tenho esse entendimento que a Lilian coloca que esse colaborador poderia ser o acompanhante ele cita o conselheiro se citar esse decreto eu acho que tem que esquecer esse decreto ai tem que fazer a resolução que os conselheiros o porquê da importância de ter esse acompanhante porque no decreto não esta falando do acompanhante e ai ele teriam então que rever esse decreto que é uma lei que acho até maior. Conselheiro Carlos Alberto Eilert:- Ingrid por favor para a gente poder esclarecer. **Conslheira Marivanda:** quero reiterar o que a Jucélia está falando porque na realidade foi aprovado fazer a resolução e não foi aprovado a resolução gente pelo amor de deus pega a cópia ai da fala da reunião passada porque na realidade é apresentar a resolução a arrumação dela, (Conselheira Carlos Alberto Eilert)-bem. Ingrid por favor. Conselheira Ingrid: - eu acho que nós deveríamos encaminhar isso aqui para um estudo jurídico porque nós enquanto gastamos, deixa eu só terminar de falar Lilian é a minha vez, enquanto gestão nós somos impedidos de pagar diárias para qualquer secretaria municipal de saúde deste estado a nossa lei nos impede toda vez que a gente vai trazer qualquer funcionário da secretaria municipal a gente faz pacote, porque a lei impede, eu estou dizendo que antes de nós fazermos disto aqui uma resolução e darmos um tiro em nosso próprio pé vamos





2858

2859

2860

2861

2862

2863

2864

2865

2866

2867

2868

2869 2870

2871

2872

2873

2874

2875

2876

2877

2878

2879

2880

2881

2882

2883

2884

2885

2886

2887

2888 2889

2890

2891

2892

2893

2894

2895

2896

2897

2898

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

procurar entender melhor porque olha a quantidade de imbróglio que já deu aqui cada um está tendo um entendimento então antes nós fazermos uma resolução como essa nós precisamos de ter certeza do que pode e do que não pode, e nós não estamos tendo essa certeza aqui agora. Conselheira Lilian: Ouestão de ordem e esclarecimento, gente eu vou falar uma coisa para vocês, o que é o SUS? O SUS não é equidade ? O que é excluidade para os conselheiros que estão aqui? O que vocês entendem como equidade ? Gente está bem claro na legislação se ficou definido uma situação em outra reunião e nessa que vai revogar tudo que decidiu, vai votar sempre no que estava anteriormente, toda decisão que nós tomamos em um dia, é revogada em outro e é isso de conveniência e isso é bem claro para mim, mas vou citar um artigo da lei sete mil oitocentos e cinqüenta e três, gostaria de citar porque daqui deste momento eu vou fazer aqui como muita gente faz e fala que vai fazer muitas vezes falam polícia federal só que eu vou usar aqui ministério publico que intervirá obrigatoriamente as ações publicas coletivas ou individuais em que se discute interesse a pessoa com deficiência se eu não tiver um posicionamento aqui deste conselho que é um órgão onde existem pessoas com deficiência representando a saúde do estado de mato grosso eu diretamente daqui vou fazer um documento para o ministério publico e dizer que neste conselho há discriminação, há uma questão de não ter igualdade, que a equidade não funciona dentro desse conselho. Conselheira Ingrid Handell: Vou pedir um esclarecimento presidente, senhor presidente. Conselheiro Carlos Eilert: Eu não gostaria de levar para essa ceara esse momento, porque se nós formos levar para essa ceara neste momento, a acusação que está sendo feita, eu quero dizer o seguinte se a acusação for grave e ai o ministério publico resolver vir aqui e intervir neste conselho por esta situação eu acredito que também a gente tem que pensar, nas a consequência não é somente da denuncia porque senão provar nada eu tenho certeza que nós vamos para na justiça. Conselheira Lilia Suely: não é questão de provar ele vai ter que interferir, eu posso ler novamente o artigo? O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas coletivas ou individuais em que disputam o interesse relacionado a deficientes será que eu vou ter que usar o ministério publico para fazer uma defesa sendo que aqui é uma instancia democrática onde a gente esta defendendo ai a pessoa fala que não tem condições e pagar porque a secretaria não vai fazer o pagamento que isso é descriminação por parte de conselheiros, porque quando diz isso ela não coloca tudo o que ele pediu para trazer foi feita a redação foi feito o documento do jeito que o conselho pediu chega aqui fala outra situação mudou completamente o esclarecimento. Conselheiro Ângelo: Questão de ordem - questão de ordem me responda a uma pergunta esta resolução que nós estamos discutindo aqui ela foi aprovada antes? Não. Mesmo se ela o foi, ela foi publicada? Não. Então nós podemos alterá-la, de qualquer maneira podemos alterá-la o que nós estamos discutindo. Conselheira Leila Boabaid: Questão de ordem senhor presidente, Conselheiro Carlos Alberto Eilert: calma gente só um pouquinho, agora quem vai fazer a questão de ordem é o presidente, Leila, por favor. Conselheira Leila Boabaid: Dá licença Carlinhos eu pedi uma questão de ordem. Conselheiro Carlos Alberto Eilert: Eu vou encerrar a reunião. Leila questão de ordem, nós chegamos a dezoito horas perto dessa reunião nós podemos prorrogar até mais uma hora, ok? Eu tenho que colocar é uma questão de ordem, dezoito horas senão nós estamos aqui com os companheiros e estão querendo falar, eles estão aguardando termina a pauta até nos informes que os informes não aconteceram ainda. Então a pergunta que eu tenho que fazer é que vamos prorrogar ou não? E ai se passar a prorrogação qual é o prazo? Mais uma hora ou mais trinta minutos. Muito bem, os conselheiros que concordam com a prorrogação da presente reunião, por favor, se





2900

2901

2902

2903

2904

2905

2906

2907 2908

2909

2910

2911 2912

2913

2914 2915

2916

2917

2918

2919

2920

2921

2922

2923

2924

2925

2926

2927

2928

2929

2930 2931

2932

2933

2934

2935

2936

2937

2938

2939 2940

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

manifestem levantando o braço sem prejuízo do tempo. O prazo nós vamos decidir logo em seguida se é trinta ou uma hora. Os conselheiros que concordam que esta reunião continue deste pleno, por favor, se manifestem levantando o braço. Não vou nem contar. Abstenções? Contrários? Um voto contrário foi aprovado pela ampla maioria. Agora nós temos uma proposta de mais trinta minutos ou até uma hora regimental alguém mantêm trinta minutos? Pelos trinta minutos. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze. Abstenções? Contrários? Um voto contrário. Então foi prorrogado impreterivelmente mais trinta minutos. Ela vai se encerrar as dezoito e trinta. Agora pelas inscrições. Conselheira Leila, conselheira Maria Luiza conselheira Marivanda conselheira Alzita conselheiro Antonio e conselheira Clélia nem anotei aqui ainda, mais alguém deve estar anotando. Questão de ordem são questão e ordem, agora nós vamos abrir a fala de três minutos e a pessoa não vai fazer a questão de ordem. Vai se posicionar e ponto. E ai a gente delibera ao final então praticamente todos se inscreveram vamos lá então. Leila depois Maria Luiza. Conselheira Leila **Boabaid:** Eu queria colocar aqui que este pleno ele em momento nenhum esta discriminando alguém para chegar nesse extremo de ir a ministério publico eu acho que seria ridicularizar a todos nos mais o que se busca aqui é dar uma redação dentro da legalidade dentro da quilo que é possível fazer as contribuições da conselheira Ingrid pontuando, gente vamos observar tal lei e a gente vê Lilian é da a melhor redação e que contemple não só a uma deficiência e a todos essa minuta aqui ela merece ser revista e ser reformulada porque ela trás observação trás uma serie de pontos na redação que ao invés de melhorar de deixar maior clareza ela esta colocando em duvida, tanto é que nós estamos discutindo ate agora a mesma proposta, quando uma proposta vem para o pleno ela tem que vir dentro da técnica legislativa tem que vir dentro da técnica legislativa, não tem que vir com observação isso aqui não existe, ela tem que vir resolução e como ela deveria ser. Para que a gente possa aprová-la com firmeza e que ela venha atender realmente os anseios da proposta. Conselheira Lilia Suely: questão de esclarecimento, só colocando quando você fala... Conselheiro Carlos Alberto Eilert: vamos pedir ao pessoal que o coffebreak não vai andar então pedir as pessoas que venham aqui para gente poder deliberar logo, porque senão fica difícil obrigado desculpe. Conselheira Lilia Suely: A questão de esclarecimento que eu falo é que pessoas com deficiência é abrangente são todas as pessoas agora pessoas com deficiência física e química especifica ai ta bem abrangente atendendo todo tipo de deficiente mental, auditiva, visual, pessoas com doenças crônicas renais e todo o tipo de deficiência é isso que eu queria esclarecer. Conselheira Maria Luiza: Na duvida quando você trouxe Ingrid sobre essa questão do colocaborador porque também na minha instituição o colaborador tinha saída da figura administrativa é por isso que estou falando com ela quando eu questionei sobre isso que não poderia pagar por causa do colaborador ai ela trouxe a lei que é uma lei de dois mil e nove e ai eu fiquei na duvida também se tinha validade ou não mais é uma lei nova Ingrid, Conselheira Ingrind: por isso que eu fiz uma sugestão para entender melhor a legislação que está em vigor para nós não darmos tiro no nosso próprio pé porque nós aqui cansamos de fazer eventos aqui e nós temos que pagar o evento e o hotel para o pessoal não pode pagar diárias para o pessoal na secretaria municipal de saúde. Conselheira Maria Luiza: ele tinha caído mesmo como figura mais ela trouxe uma nova então por isso que... O colaborador, a figura colaboradora é toda pessoa que não seja ente público. Conselheira Leila Boabaid: Carlinhos esta encaminhando no lugar do presidente estou presidenta. Conselheira Alzita: só a titulo de esclarecimento entendeu essa resolução que foi apresentada, empresta aqui jucelia, eu tenho uma sugestão para fazer primeiro artigo simples, aprovar





2942

2943

2944

2945

2946

2947

2948

2949 2950

2951

2952

2953 2954

2955

2956

2957

2958

2959

2960

2961

2962

2963

2964

2965

2966

2967

2968

2969

2970

2971

2972 2973

2974

2975

2976

2977

2978

2979

2980

2981 2982

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

o pagamento de diárias, custeio, de despesas com deslocamento, alimentação e manutenção aos acompanhantes de pessoas com deficiência do Conselho Estadual de Saúde quando do seu deslocamento para atender ações com exercício das funções ai contemplaria para parágrafo único cabe a cada conselheiro com deficiência ou justificar ou solicitar eu acho que solicitar a referida diária e ai veja bem eu não sei por que coloco aqui o artigo terceiro presidente poderá delegar competências do o artigo primeiro, parágrafo único artigo segundo e o quinto essa resolução entra em vigor, sabe secretario executivo entendeu? Manteria por quê? Quando fala assim, quando deporta o decreto vinte e um zero um de dois mil e nove ele diz o seguinte é bom a gente ler esse artigo. Artigo segundo os colaboradores essenciais participe de termos de colaboração ou instrumento equivalente e os conselheiros que ai entra como a Lilian confirmou o pagamento para conselheiros que não são servidores públicos formalmente nomeados e não pertencentes ao quadro de pessoas só da carreira do estado receberam diária correspondentes ao valor estabelecido que vinha a ser do anexo um desse decreto quando você retorna ao anexo um ta lá tabela de diária ele fala em SISU c o SISU c diz o seguinte eu já li isso para você vez passada, servidores remunerados pela simbologia DGA5, DGA6, DGA7 e DGA8 servidores de carreiras de nível superior e integrante de programa financeiro para social, ou totalmente financiados por entidades financeiras multilaterais escrivãs investigadores de policia oficiais intermediários subalternos e praças especiais. Se nós citarmos o decreto na resolução nós vamos ter que acrescentar no anexo um a alínea c o que, acompanhantes de conselheiros nos vamos ter que alterar o decreto alínea c incluir na alínea c e isso o governo pode fazer e porque isso? Isso porque o decreto para dar as diárias é a nível estadual então não tem como pagar valores diferenciados para um e para outro então esses colaboradores eventuais não entraria aqui como eu falei para Lilian, mas entraria no decreto sim desde que na alinea C nos pedimos após a homologação pelo governo ele vai ter que incluir nessa alínea c do decreto de dois mil e nove da qual a Lilian esta citando ai que acompanhantes de Conselheiros alguém falou ai acompanhantes de pessoas com deficiência ou então acompanhantes de conselheiros é com deficiência entendeu? Mais uai como que a gente vai fazer é a única solução plausível e a gente aprovar essa resolução aqui hoje não citar o decreto deixa-se para o executivo resolver essa situação. E ele resolveria como? Alterando o anexo um ou então cita o decreto e ali mesmo aprovar alteração na alínea c do decreto incluindo exato então não tem alternativa, a alternativa é omitir o decreto e o governo resolver a situação já que o pleno vai aprovar a resolução porque o problema é como ele vai pagar as pessoas acompanhantes e conselheiros deficientes. Conselheiro Carlos Eilert: Cinco pessoas inscritas vão ouvir questão de ordem senhor é na fala dela ou no artigo? **Conselheiro Edvande**: É só uma questão de ordem na fala dela que a lei complemnatar vinte dois noventa e dois fala que nós do conselho não somos colegiados porque somos positivos normativos recursal digligencial inclusive financeiramente então não precisa usar esse decreto nos podemos fazer essa resolução. **Conselheiro Ângelo:** Senhor presidente questão de ordem em relação ao que ela falou a segunda proposta dela é cabível agora a minha pergunta é a seguinte, existe orçamentariamente no orçamento da secretaria estadual de saúde recurso financeiro para diárias dos conselheiros então o que nós estamos fazendo? Nós estamos usando, nós não podemos usar alem daquele valor orçamentário, portanto dentro daquele valor orçamentário eu no meu entendimento e complementando essa segunda proposta dela faz sentido nós determinarmos que se pague dentro do ornamentado... Conselheiro Carlos Eilert: mais se ele não estiver na lei ele não pode receber. Conselheiro Ângelo: mas veja bem se nos temos competência para isso nos não





2984

2985

2986

2987

2988

2989

2990

2991 2992

2993

2994

2995 2996

2997

2998

2999

3000

3001

3002

3003

3004

3005

3006

3007

3008

3009

3010

3011

3012

3013

3014 3015

3016

3017

3018

3019

3020

3021

3022

3023 3024

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

podemos fugir a um ornamentado mais nem ornamentados nós podemos. Conselheira Lilia: Questão de esclarecimento Carlinhos eu sei que se eu solicito eu tenho acompanhante agora eu pergunto como que é pago o acompanhante ? Conselheiro Carlos Eilert: Não sei . Conselheira Lilia: Então gente é isso que eu quero esclarecer tenho o necessário para essa secretaria eles me dão o acompanhante quando eu fizer uma viagem muito longa quando eu vou para fora do estado. Conselheiro Carlos Eilert: Se o estado está dando porque nós temos que aprovar a resolução porque regimental legaliza a força de lei, normatiza. Conselheiro Carlos Eilert: Então ta vamos garantir a fala que depois a gente vê. Conselheira Marivanda está inscrita depois Antonio Clélia e Edvande é isso Edvande? Não. Então tá ai nós vamos encaminhar para a deliberação até para nós podermos ouvir os companheiros que estão aqui. Conselheira Marivanda: Bom eu acredito que quando se entra em uma discussão e as pessoas saem do seu limite eu acho que essas pessoas devem pedir desculpas a quem elas ferem eu me sinto ofendida Lilian com que você colocou Lilian, que a gente está te discriminando que o conselho está te discriminando você me desculpa mais em momento nenhum eu pego a fala de Leila não estamos discriminando o que você esta colocando aqui de maneira alguma eu assim me sinto bastante ofendida quando você coloca isso e na realidade em momento nenhum nós estamos fazendo isso e eu acredito Lilian que o seu desabamento de defesa ou coisa assim que você cometeu esse equivoco e eu queria que você se desculpasse o conselho, que em momento algum nós estamos tentando fazer isso ao certo e não gostaria que você levasse isso a promotoria porque vai ficar difícil da gente estar colaborando dentro de uma coisa, e outra coisa quando você fala de igualdade é tratar igual aos diferentes se fosse isso não precisava fazer resolução nenhuma, não precisaria de forma alguma então como não esta tendo esta equidade por parte do nível superior federal estadual municipal que fosse nem por algumas pessoas que não entende isso eu gostaria que você se desculpasse ao conselho só por causa desse motivo que você falou ai em momento nenhum o conselho quis fazer uma coisa que te ferisse ou ferisse o principio da deficiência daqueles que representam isso. Conselheira Lilia: Questão de esclarecimento, Marivanda do haja na questão de pedir desculpas eu sou muito humilde na questão de pedir desculpa peço a vocês que se eu feri ao conselho, mais eu gostaria de colocar uma colocação que no conselho eu não vou citar nomes aqui por uma questão ética eu já ouvi falando para mim para o conselheiro Ambrósio que não vai viajar o conselheiro porque tem que ajudar ele, isso é discriminação que não vai estar junto com a gente num trabalho de monitoramento que a gente dá muito trabalho isso daí eu já ouvi de trabalhadores é discriminação então quando eu falo isso é porque acontece aqui dentro, discriminação é você humilhar seu semelhante e ouvir de técnicos e conselheiros que nós estamos dando trabalho então as gentes pede igualdade aqui, direito de equidade é isso, você poder trabalhar com igualdade tentar subir no carro dar conta de poder carregar sua mala e conseguir isso é integridade, desrespeito é quando vocês faz a gente vir aqui e achar que quando a gente se coloca é particularizando é se auto beficiando e não é em momento nenhum a gente tenta se auto beneficiar então você talvez não tenha ciência mais isso aconteceu muitas vezes no conselho estadual acontece de o motorista te chamar de aleijado a gente tem que ter tem que pedir a uma pessoa para dar a sua diária da viagem para carregar a minha mala de outro companheiro que não vai fazer a limpeza higiene dele porque eu não sou obrigado carregar ele e fazer a higiene dele porque ele tem que pagar a diária dele para eu fazer isso daí é discriminação e acontece no dia a dia nesse conselho. Conselheira Marivanda: Lilian eu só quis colocar frente ao acontecimento aqui disso aquis e se existem essas outras questões eu





3026

3027

3028

3029

3030

3031

3032

3033 3034

3035

3036

3037 3038

3039

3040

3041

3042

3043

3044

3045

3046

3047

3048

3049

3050

3051

3052

3053

3054

3055

3056 3057

3058

3059

3060

3061

3062

3063

3064

3065

3066

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

desconheço mesmo e alguém tem que tomar providencia eu estou só falando a respeito dessa colocação aqui neste momento só. Conselheiro Carlos Eilert: Conselheiro Antonio, por favor, e depois conselheira Clélia ultima inscrita. E ai nós vamos deliberar, senão vai vencer o prazo e não delibera. Conselheira Leila Boabaid: comissão de ética já está ai, você não pode generalizar Lilian porque quem não faz isso com você se sente extremamente ofendido. Conselheiro Carlos Eilert: Já foi colocado conselheiro Conselheiro Antonio, por favor, desculpe mais eu tenho que fazer o papel de presidente. Conselheiro Antonio Cordeiro: Eu quero só me referir a um assunto que aconteceu a uma reunião com o conselheiro Agostinho no ano passado foi proposto e ele me disse o seguinte, através do ministério publico fui encaminhado pelo Ambrosio o Ambrosio entro no ministério publico e encaminhou a mim e eu vou ter que constituir um elevador aqui na secretaria por causa da lei de acessibilidade, veja a situação ele ia ter que construir era obrigado mais como nada aqui no Brasil fica tudo por isso mesmo né fui empurrando aqui que nesse caso aqui nós aprovamos pela maioria quando a Lilia fala do problema de meio de transporte e quando conselho se especifica na lei x trabalhador x governo x deficiente já esta dizendo x deficiente é um equivoco que por obrigação ali iá tinha, porque o deficiente está ali esta o acompanhante, quando você se lembra da menina que falou... esqueci o nome dela, a respeito de acompanhante quando de manda um paciente para se tratar pelo TFD a secretaria já paga o acompanhante para ele não é assim Solange? Então já se paga legalmente. Esse assunto é legal eu não entendo para que essa confusão toda nós que somos deliberativos esse dinheiro que vai se gastar com acompanhante é minúsculo gente o orçamento do conselho pode pagar isso se for o caso se o governo não puder pagar é coisa mínima meu deus do céu eu fiz uma viagem com o Ambrósio e falei isso na conferencia passada que eu fui para Campo Verde a cadeira dele deu problema e deu vários problemas lá porque não tinha acompanhante você não vai chamar uma pessoa de fora de uma conferencia de qualquer coisa para estar pedindo para fazer isso. Isso é obrigação do conselho então tira-se dessa lei aqui que não pode participar é igual se fala usuário um usuário participa cinquenta por cento de usuário será que da certo esse cinquenta por cento é realmente usuário? Então não temos que discutir, nós temos que aprovar só que nós temos que melhorar um pouquinho essa redação aqui mais aprova assim duvida essa questão de ética sem nada isso é. No meu ponto de vista. Conselheiro com deficiência. Eu sou cego de um olho daqui a pouco eu vou querer viajar também e querer um acompanhante pra arrecadar um dinheirinho. O cara tem um dedo cortado é deficiente então tem que se especificar o que é que deficiente que é para ficar bem certinho né para depois não ter o falso uso nesse sentido ai. Conselheiro Carlos Eilert: Conselheira Clélia ultima inscrita, e ai nós vamos deliberar. Precisamos do quorum em gente, pelo amor de Deus. Conselheira Clélia: Clélia Neon-eu fui contemplada em varias falas aqui mais eu só queria deixar registrado em relação a essa situação que esse assunto de pagamento de pessoas para acompanhar o conselheiro que necessita ele é do anseio desse colegiado até a ultima da reunião posterior então eu acho que o cento esse segmento esta dentro do conselho e é por isso que a gestão ela paga quando é solicitada ou o conselho nada mais esta fazendo do que normatizar essa situação agora eu acredito que assessora jurídica do conselho ela tem que se munir mais do conhecimento de como é que esta pagando a PFD que são pessoas que são profissionais da área de saúde e que sai e que precisam de acompanhantes tem que estar buscando todos os subsídios possíveis para que ela possa essa assessoria defender o pleno do conselho e eu acho que sim, está faltando um pouquinho isso a gente vê parece um distanciamento nessa questão porque tem ir á luta a assessoria jurídica ela





3068

3069

3070

3071

3072

3073

3074

3075 3076

3077

3078

3079 3080

3081

3082

3083

3084

3085

3086

3087

3088

3089

3090

3091

3092

3093

3094

3095

3096

3097

3098 3099

3100

3101

3102

3103

3104

3105

3106

3107

3108

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

tem que ir a luta tem que ir buscar tem vir com a defesa aqui para que a gente possa realmente conseguir o que a gente esta precisando e essa resolução ela é aprovada praticamente já está aprovada aqui neste pleno porque é de anseio deste pleno é de necessidade aqui deste pleno e o que a gente precisa realmente é que a gente tenha uma assessoria bem colocando bem a situação do nosso conselho e da nossa necessidade. Muito obrigado, existe uma proposta o conselheiro Ambrósio também falou que essa resolução fosse a mais abrangente possível, para atender a secretaria de saúde. Oual que é a proposta? Vou comecar a ler aprovar o pagamento de diárias para o custeio de despesa com deslocamento alimentação e manutenção aos acompanhantes de pessoas com deficiência, membros do conselho estadual de saúde quando o seu deslocamento para atender ações e os exercícios de suas funções e ai o conselheiro Ambrósio diz que ninguém levou em consideração a solicitação dele não foi só dos membros do conselho estadual de saúde mais que ela fosse estendida a toda secretaria. Vou deixar para a análise e depois a gente vota. Já está no decreto né? Então está bom. Então está no decreto muito bem. No decreto. Era colaborador ele vai estar no decreto. Bom, vamos lá, parágrafo único cabe a cada conselheiro com deficiência justificar em seu pedido de diária a solicitação referente ao capto desse artigo ok? Atenção Conselheiros artigo segundo compete ao Presidente do Conselho Estadual de Saúde encaminhar as solicitações constantes capta do artigo primeiro de acordo com a programação mensal das comissões diligência, conferencia, fórum, e eventos né solicitados. Artigo terceiro o presidente do conselho estadual de saúde procura delegar competência a secretaria executiva do conselho artigo quarto a competência das solicitações das diárias para o acompanhante quer que explica melhor? O Presidente do Conselho Estadual de Saúde poderá delegar esta competência a competência definida no artigo anterior. Parágrafo único então não é nem artigo terceiro Rosane. Neste capte a secretaria se prepara a executiva do conselho. Parágrafo único o presidente do conselho estadual de saúde poderá delegar competência definida nesse capte a secretária executiva do conselho, na secretaria. Artigo quarto todas as demais formalidades pertinentes a valores prestação de contas e outros serão em consonância com disposto no decreto vinte e um zero um de dezoito de agosto de dois mil e nove e suas alterações esta resolução entra em vigor na data da públicação. Em capacitação a Maria Luiza esta colocando compete ao presidente... Mensal das comissões, programação mensal das comissões diligências conferencias, capacitação, fórum, capacitações, e eventos solicitados ok? E ai na capacitação acaba atingindo aquele que sair. Vai trabalhar na capacitação. Podemos votar? Conselheiro Ângelo: Senhor presidente só uma questão de ordem, eu queria fazer a seguinte pergunta está resolução ela está tão somente no âmbito do conselho ou abrange o SUS? Essa é a minha duvida. Porque se abrange o SUS vai me trazer um problema porque vai abranger até os conselhos municipais de saúde então tem que ser um seguinte no âmbito do conselho estadual... Está escrito lá... Porque eu li e não está bem claro para mim. Conselheiro Carlos Eilert: Aprovar o pagamento de diária para o custeio de despesa com deslocamento alimentação e manutenção aos acompanhantes de pessoas com deficiência membros do conselho estadual de saúde. Conselheira Maria Luiza: Eu tenho duvida doutor Angelo se nós estamos fazendo a política de normatização da coisa para que eu vá restringir? Se eu quero que todos tenham direito. Conselheiro Ângelo: Ortiz isso daqui é diárias? Orçamentadas? Para o conselho e não para o conselho municipal de saúde. Conselheiro Carlos Eilert: eu não pago para o conselheiro vir aqui. Jucélia você tem uma contribuição? Jucélia vamos lá para poder votar, Jucélia está inscrita.





3110

3111

3112

3113

3114

3115

3116

3117 3118

3119

3120

3121 3122

3123

3124

3125

3126

3127

3128

3129

3130

3131

3132

3133

3134

3135

3136

3137

3138

3139

3140 3141

3142

3143

3144

3145

3146

3147

3148

3149

3150

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Eu só, eu vou contar se tem quorum. Conselheira Jucélia: A primeira proposta é essa né, eu queria fazer uma segunda proposta tem até o artigo quatro né? Quatro ou cinco? Quatro. Eu manteria o artigo um, o artigo dois o três. Para suprimir na minha proposta suprime o artigo três e já vou para o artigo quatro eu tiraria o decreto porque vai depender ainda de mudança desse decreto então a minha proposta é que não cite esse decreto e ai o executivo que ai ele pode não homologar essa resolução gente ele que se vira para pagar o recurso que foi antes a gente já esta dando motivo para ele mexer no decreto. Conselheiro Carlos Eilert: Pessoal vamos lá, eu tenho uma proposta com licenca eu vou fazer a proposta foi feita a justificativa da retirada eu vou fazer a proposta agora com licença? Vamos para a deliberação. Fala Pardal: Conselheiro Carlos Bazan: eu entendo o seguinte no artigo primeiro, aprovar o pagamento de diária de custeio com despesa de deslocamento alimentação e manutenção a acompanhante de pessoas com deficiência membros do conselho quando a seu deslocamento para atender ações de seus utensílios. Aqui no artigo dois diz o seguinte cabe ao presidente do conselho encaminhar a solução de acordo com o pacto primeiro só que aqui ele fala no exercício de suas funções ai ele começa definir as funções segundo comissão diligência conferencia ele acaba determinando quais são essas funções e pode ter uma função que ele não é segundo o artigo primeiro capto ponto final. Tira isso. É a função. Conselheiro Carlos Eilert: O conselheiro Pardal está encaminhando da seguinte forma é não nominar nossas funções. Mais ele vai justificar a fala. Conselheiro Carlos Bazan: Função só de conselheiro. Conselheiro Carlos Eilert: responsabilidade é da secretaria executiva se ela autorizar o pagamento da diária e o conselheiro não fizer... Conselheiro Carlos Bazan: aos acompanhantes com de pessoas com deficiência membro do conselho estadual de saúde quando do seu deslocamento para atender e execute as suas funções cabe ao conselheiro com deficiência justificar em seu pedido a solicitação que cabe neste artigo. E coloca uma vírgula aqui e prestar conta, essa questão do decreto. Conselheiro Carlos Eilert: Pessoal vamos lá senão nós não vamos votar aqui hoje. E ai vai encaminhar para a próxima plenária. Não tem quorum pelo que eu estou entendendo. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove é vou fazer o que né? O presidente fica aqui existe uma proposta de alteração e existe a proposta de manutenção nós temos que aqui votar quem quer votar aqui? Mantém o texto como esta ou existe a proposta de supressão das competências do conselheiro pelo conselheiro Pardal que aqui esta. Então o seguinte, primeiro nós vamos votar sem prejuízo de modificação os conselheiros que concordam com a presente resolução sem prejuízo de modificação no texto e alteração, por favor, se manifestem levantando o braço vou contar.. Cadê a secretaria para me ajudar? Nove. Contrários? Dois. Abstenções? Zero. Muito bem, então não há prejuízo na modificação agora eu vou fazer a leitura do que eu entendi. Cabe a ... No exercício de sua funções prestar contas, o conselheiro Pardal, no exercício de suas funções, prestar contas ponto e retira o artigo terceiro é isso conselheiro? Está certo faz de conta um decreto. E prestar contas pronto. Nos exercicio de suas funções e prestar contas. Mais diária não presta conta gente, senhor presidente eu queria uma pergunta para o nosso Conselheiro gente vai passar o tempo se esse prestar conta é fazer o relatório da viagem é isso que ele esta colocando? A Lucia esta acabando de me colocar, a pessoa recebeu a diária e ele tem que apresentar o relatório já esta instituído não sai mais não precisa escrever ponto. Vamos para o artigo segundo a proposta é compete ao presidente do conselho estadual de saúde encaminhar as solicitações constantes no capto deste artigo ponto. E ai retiraria-se tudo. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito conselheiros tem que ter nove pessoal já estamos passamos





3152

3153

3154

3155

3156

3157

3158

3159 3160

3161

3162

3163 3164

3165

3166

3167

3168

3169

3170

3171

3172

3173

3174

3175

3176

3177

3178

3179

3180

3181

3182 3183

3184

3185

3186

3187

3188

3189

3190

3191

3192

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

até da hora pelo amor de deus está na votação. Conselheiro Edvande: O regimento interno fala que passou da segunda chamada qualquer hora. Conselheiro Carlos Eilert: Pode votar nesse caso aqui ocorre maioria simples não estou nem usando nós precisamos votar aqui gente. Não mais olha só Lilian votou o seguinte vota resolução sem o prejuízo de modificação ou inclusão ai existe uma proposta de retirada de acordo com a programação mensal das comissões de diligências e conferenciam capacitações e solicitados existe um a proposta de retirada desse pedaço é só parar no artigo primeiro proposta do conselheiro Pardal aqui. Não não pelo amor de deus ele não perdeu falei nos vamos votar sem prejuízo de modificação. Nós votamos o que, o Pardal encaminhou e aprovou a resolução a resolução já esta aprovada agora só tem mais um imbróglio gente é rapidinho pelo amor de deus o Pardal se vocês não concordarem com o conselheiro vota contra é assim que funciona então está lá artigo segundo compete ao presidente do conselho estadual de saúde encaminhar a solicitação constante do caput primeiro o Pardal quer que para ai. ponto. Então nós vamos votar manutenção do artigo como esta ou não se vencer a não manutenção corta o restante ok? Muito bem os Conselheiros que concordam pela manutenção original artigo com tudo aquilo lá capacitação, por favor, se manifestem levantando o braço. Ninguém. Um voto. Os conselheiros que concordam que o artigo segundo termine no capte do artigo primeiro, por favor, se manifeste levantando o braco. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Então por dez votos e um e abstençoes desculpa? Nenhuma abstenção. Duas abstenções mantendo-se o artigo segundo compete ao presidente do conselho manteve-se com a alteração até o final da palavra com o artigo primeiro pessoal eu vou pedir só mais um pouquinho de paciência porque nós estamos com um grupo aqui que está esperando desde a manha inteira então nos vamos abrir para ele três minutos para nós podermos ouvir. Para a próxima ordinária ficam os outros dois pontos de pauta alteração do artigo sessenta e mais o outro ponto de pauta que é a seis ponto oito. Muitobem então desculpa volte aqui vamos votar. Desculpe desculpe conselheiro. Pessoal a conselheira Jucélia encaminha pela supressão do artigo terceiro. Os Conselheiros olha só não tem quorum viu; um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove. Os conselheiros que concordam que sejam suprimidos o artigo terceiro da presente resolução se manifestem levantando o braço os que concordam. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove. Favoráveis que se mantenha o artigo terceiro. Um dois. Abstenções? Foi retirado o artigo terceiro. Muito bem essa resolução só tem três artigos. Agora três minutos. É tem que trocar o nome do secretario. Agora os conselheiros que concordam com a comprovação geral da resolução como ficou, por favor, se manifestem levantando o braço. Nove. Dez. Doze. Contrários? Abstenções? Aprovados com doze votos favoráveis nenhum contra e nenhuma abstenção. Agora nós temos a fala aqui quem vai falar? Por favor, coloque-se ao lado do Pardal lá para que todos possam enxergar o senhor. Três minutos a fala. Rapidinho um informe sobre o seminário de nutrição, pessoal vamos colaborar com os companheiros que estão aqui. Ouvinte Edimar Gomes Vanderlei: Boa noite a todos meu nome é Edimar Gomes Vanderlei membro associado da ONG resgate da vida estou aqui expondo minha candidatura a nível estadual na PVH para a melhoria do nosso estado então estamos aqui requerendo nosso apoio de todo conselho assim se for nós agradecemos por tudo em nome do senhor Jesus. Ouvinte Welington: Meu nome é Welington. Boa noite senhor presidente, vice-presidente boa noite a todos os conselhos eu também sou membro associado da ONG a ONG existe quem pensa que não mais temos muitos pacientes e agora com a época do carnaval precisamos também vai aumentar os nossos pacientes com certeza ao longo dos tempos então eu quero dizer que





3194

3195

3196

3197

3198

3199

3200

3201 3202

3203

3204

3205 3206

3207

3208

3209

3210

3211

3212

3213

3214

3215

3216

3217

3218

3219

3220

3221

3222

3223

3224 3225

3226 3227

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

estamos nessa luta e eu sou ais um membro desta ONG e quero dizer que vocês reconheçam nosso trabalho sou e já fui voluntário e temos muito pela frente ainda na área de saúde para nos apoiarmos boa noite. Conselheiro Carlos Eilert: Eu faço uma sugestão a esse pleno que nós possamos abri na próxima reunião ordinária dez minutos para que a ONG possa apresentar o seu trabalho pode ser? Na primeira quarta feira do mês de maio. Já sugiro como ponto de pauta dez minutos tá ok? Então fica para o dia quatro de maio para vocês virem aqui apresentar a ONG o posicionamento, como é que trabalha direitinho. Welington: Nós precisamos também de muita orientação para os jovens. Conselheiro Carlos Eilert: A conselheira que ia falar do quorum, cadê a minha amiga conselheira? Sueli? Conselheira Lilia Suely: Carlinhos eu só queria fazer um apelo que fosse mandado essa resolução como foi aprovada para a gente ver e pedir para assessoria jurídica e o conhecimento como a gente ficou na integra. Conselheira Suely Correa: Então boa noite gente essa é a informe mesmo dia doze treze vai acontecer o seminário de segurança alimentar do estado do Mato Grosso e também todos os conselheiros que aqui presentes estão convidados a ir participar o segundo é o que aconteceu ontem o seminário da CIES estadual de Mato Grosso foi na escola de saúde onde discutiu a questão da capacitação de conselheiro então, portanto agora assim as regionais todas são assim sabendo e ficaram muito felizes de parabenizar essa iniciativa dos diretores e assim vai haver mais demandas agora da capacitação. Era esse o informe. Conselheiro Carlos Eilert: Antes que eu me esqueça foi informado que sexta-feira foi decretado ponto facultativo do estado é ou não é? Não? A Ligia da escola acabou de informar a Maria Luiza dizendo que sexta-feira é ponto facultativo eu estou transmitindo o recado. Conselheiro Carlos Bazan: Senhor presidente em exercício será ponto facultativo para os servidores do Conselho? Em senhor presidente? Nada mais havendo a ser deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada às 18:30 horas e, após lida e achada conforme, a presente ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo Presidente Kamil Hussein Fares, pelo Vice Presidente do Conselho Estadual de Saúde Carlos Alerto Eilert, pela Secretária Executiva Ana Maria Boabaid C. Couto e pelos demais Conselheiros presentes: Paulo Roberto (poder executivo); Leila Boabaid (Poder Executivo); Ingrid Handell (Poder Executoivo); Ângelo José (UFMT); Maria Luiza Ortiz (FUNAZA); Mázena Salah (Ent. Filantrópica); Leandro Jubileu (SINDESSMAT); Jader Luis (COSEMS); Maria Aparecida Amorim (CRP); Jucélia Clara (CRESS); Mariyanda Inês(CRMAV); Marcia Folador (FONOAUDIOLOGIA); Alzita Ormond (SISMA); Maria Aparecida Rodrigues (SISMA); Carlos Bazan (ADERCO); Orlando Francisco (SINTEP); Edvande P. de França (GRUCON); Suely Correa (MOPS); Clélia Araújo (NEON); Márcia Regina (NEON); Bermoro Metyktire (CONDISI); João Luiz Dourado (CUT); Lilia Suely (AMDE); Edenir Pereira (FEMAB); Antonio Toledo (SINDMINERIO); Antonio Cordeiro (APPDCD); Antonio Fátimo (FETAGRI);

